

**FURB – UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**KARIN CRISTIANE FREITAG**

**ENTRE AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS BENEFÍCIOS  
INDUSTRIAIS: ONDE FICAM OS TRABALHADORES?**

**BLUMENAU**

**2017**

**KARIN CRISTIANE FREITAG**

**ENTRE AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS BENEFÍCIOS  
INDUSTRIAIS: ONDE FICAM OS TRABALHADORES?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação ou Curso de Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Brandão

**Blumenau**

**2017**

**KARIN CRISTIANE FREITAG**

**ENTRE AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS BENEFÍCIOS  
INDUSTRIAIS: ONDE FICAM OS TRABALHADORES?**

Dissertação de mestrado aprovada para  
obtenção do grau de mestre em  
Desenvolvimento Regional, pela Banca  
examinadora formada por:

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Presidente: Prof. Leonardo Brandão, Dr. - Orientador, FURB

---

Membro: Prof. Ivo Marcos Theis, Dr., FURB

---

Membro: Prof. Dilson Trennepohl, Dr., UNIJUÍ

Dedico ao meu esposo Cassiano e ao meu filho Samuel.

Em memória de meu pai.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento especial ao meu Deus, meu refúgio, meu auxílio bem presente em todos os momentos. Pelo direcionamento, pela força e por Seu amor por mim, demonstrado todos os dias de minha vida.

Há uma série de pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho. Contudo, as mais importantes são, sem dúvida, meus amores, Cassiano e Samuel, que sempre estiveram ao meu lado, nos momentos fáceis e difíceis, iluminando meu dia com seus sorrisos e amor.

Ao meu orientador, Leonardo, que contribuiu ricamente para a concretização desta etapa da minha vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pelas aulas maravilhosas, os debates e as contribuições de ensino e aprendizagem que trocamos durante o mestrado.

Aos trabalhadores das indústrias que cederam as entrevistas para contribuir na parte empírica deste trabalho. Agradeço pela franqueza e pela riqueza das informações.

Aos meus amigos/irmãos que me ajudaram com palavras de força e contribuíram através das orações.

Aos meus colegas de trabalho, do CREAS/PAEFI, que tornam meus dias leves e agradáveis, mesmo em meio aos difíceis desafios que enfrentamos como equipe nas políticas públicas.

As minhas amigas (não vou nomear porque são muitas) que sempre estiveram presentes, sempre compreensivas, contribuindo nas discussões e, sobretudo, muito companheiras.

Finalmente, a todos os trabalhadores das indústrias que são verdadeiros heróis de sobrevivência em meio a questão social e o momento de perda de direitos em que vivemos.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

## RESUMO

Esta dissertação procurou evidenciar as estratégias que as indústrias têxteis da região de Blumenau utilizam para retenção de mão de obra através da oferta de benesses aos trabalhadores. A partir disso, realizou-se um estudo sobre os benefícios e programas oferecida em tais medidas e com isso, discutiu-se como o Poder Público contribui na exploração da mão de obra quando suprime direitos sociais. Para tanto, foi realizado uma contextualização sobre como foi o processo de industrialização no país e na região de Blumenau, bem como uma análise crítica sobre o processo de reestruturação produtiva no Brasil e as conseqüências para a classe trabalhadora e seus familiares. Os reflexos da reestruturação produtiva são perceptíveis no processo e nas relações de trabalho com conseqüências sérias em face das novas mudanças organizacionais adotadas nas indústrias têxteis, como por exemplo, o enfraquecimento da organização política dos trabalhadores. A metodologia utilizada para a produção desta dissertação foi através de pesquisa bibliográfica, coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, coletas de dados nos sites e revistas de distribuição interna das empresas e através de questionários respondidos pelas empresas. Os resultados da pesquisa apontam que a relação capital-trabalho aparece metamorfoseada em “novas” formas de gestão, as quais representam para os trabalhadores a reconquista da liberdade e qualidade de vida, porém, algumas vezes pode precarizar suas próprias condição de trabalho, vida e direitos sociais e ainda, enfraquecer a luta política dos trabalhadores, especialmente pela falta de efetividade das políticas públicas.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Indústria têxtil. Trabalhadores. Blumenau.

## **ABSTRACT**

This dissertation sought to highlight the strategies that the textile industries of the Blumenau region use for the retention of labor through the provision of benefits to workers. From this, a study was carried out on the benefits and programs offered in such measures and from this, it was discussed how the Public Power contributes to the exploitation of labor when it suppresses social rights. For that, a contextualization was carried out on how the industrialization process in the country and in the Blumenau region was carried out, as well as a critical analysis on the process of productive restructuring in Brazil and the consequences for the working class and their families. The reflexes of productive restructuring are perceptible in the process and in labor relations with serious consequences in the face of the new organizational changes adopted in the textile industries, such as the weakening of the political organization of the workers. The methodology used for the production of this dissertation was through bibliographical research, data collection semi-structured interviews, data collection on websites and magazines of internal distribution of companies and through questionnaires answered by companies. The results of the research indicate that the capital-labor relation appears metamorphosed into "new" forms of management, which represent for workers the reconquest of freedom and quality of life, but can sometimes precarious their own conditions of work, life and social rights and even weaken the political struggle of workers, especially for the lack of effectiveness of public politics.

**Keywords:** Productive restructuring. Textile industry. Workers. Blumenau.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro histórico ilustrativo sobre as indústrias da região de Blumenau..	46
Gráfico 1 – .....	69
Gráfico 2 – .....	71
Gráfico 3 – .....	72
Gráfico 4 – .....	73
Gráfico 5 – .....	75
Gráfico 6 – .....	76
Gráfico 7 – .....	78

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sobre os benefícios da empresa Malwee Malhas.....	59
Tabela 2 – Sobre os benefícios da empresa Kyllly.....	60
Tabela 3 – Sobre os benefícios da empresa Dudalina SA.....	61
Tabela 4 – Sobre os benefícios da empresa Cia. Hering.....	62
Tabela 5 – Sobre os benefícios segundo relato dos trabalhadores.....	70
Tabela 6 – Sobre os serviços públicos utilizados pelos trabalhadores.....	73

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CIA. – Companhia

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

LTDA. – Limitada

S.A. – Sociedade Anônima

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

## LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal  
CCQ – Comissão de Controle de Qualidade  
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos  
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ESF – Estratégia de Saúde da Família  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Geografia  
IES – Instituições de Ensino Superior  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LERs – Lesão por Esforço Repetitivo  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PR - Paraná  
PSF – Programa de Saúde da Família  
RH – Recursos Humanos  
SC – Santa Catarina  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Unica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - História da industrialização e formação da classe operária; as transformações no mundo do trabalho.....</b>	<b>17</b>
1.1 A formação da classe operária: do cultural para o social.....	18
1.2 A revolução industrial: o processo de industrialização do mundo para o Brasil.....	27
1.3 Do Estado de Bem-Estar Social à Era da Globalização .....	32
<b>CAPÍTULO 2 - A reestruturação produtiva na região de Blumenau e os benefícios industriais.....</b>	<b>40</b>
2.1 Blumenau e seu capitalismo tardio.....	40
2.2 A reestruturação produtiva de Blumenau e os benefícios industriais...	51
2.3 Os benefícios sociais das indústrias e os trabalhadores: uma questão de opinião .....	67
<b>CAPÍTULO 3 – Entre as políticas públicas e os benefícios industriais, onde ficam os trabalhadores? .....</b>	<b>80</b>
3.1 A Responsabilidade Social empresarial e governamental.....	82
3.2 As Políticas Sociais de Seguridade Social e seu silencioso desmonte	88
3.3 A Política Pública de Educação.....	95
3.4 Os benefícios empresariais nas áreas da Saúde, Assistência e Previdência .....	97
3.5 Programas de Incentivo à Educação, Qualificação e Treinamento nas empresas.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE A - Formulário de pesquisa.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE B - Questionário de pesquisa.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

*"Precisamos analisar o todo, para depois compreendermos as partes...".*  
(Aristóteles)

Esta dissertação desenvolveu-se vinculada institucionalmente ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB – Universidade Regional de Blumenau, a qual integra a linha de pesquisa Dinâmicas Socioeconômicas no território. Faz parte de um estudo exploratório sobre as estratégias capitalistas para retenção de mão de obra trabalhadora através de benefícios sociais oferecidos nas indústrias, tomando como lócus a cidade de Blumenau/SC.

O Desenvolvimento Regional ficou muito tempo centrado no crescimento econômico, entretanto, nos últimos anos houve uma forte tendência na área, a qual identificou que crescimento econômico não é sinônimo de bem estar social. Por esse motivo, é importante discutirmos sobre a percepção mais ampla de desenvolvimento, isto é, um desenvolvimento que leve em conta os aspectos sociais e, nesse caso específico, os trabalhadores do ramo têxtil.

As transformações vivenciadas no mundo do trabalho contemporâneo relacionam-se com a qualidade de vida dos trabalhadores. É comum as pessoas pensarem no trabalho formal como estabilidade socioeconômica baseados numa relação salarial. Contudo, a história nos mostra que essa é uma relação, muitas vezes, de exploração de força de trabalho entre o capitalista e os operários, que por conseqüência, precariza não apenas as condições de trabalho, mas reflete no modo de vida das pessoas. Ressalta-se que essa é uma situação que ocorre, desde os primórdios da industrialização, avançando até a contemporaneidade. Entretanto, atualmente usa-se estratégias mais sutis para amenizar a visão de exploração e, assim, reter mão de obra.

A reflexão que se apresenta é que o capital precisa utilizar-se da exploração da força de trabalho e da produção de mais-valia<sup>1</sup>, para tanto mistifica essa

---

<sup>1</sup> Mais valia ou Mais valor é um termo marxista de crítica em relação ao capitalismo. Indica a exploração capitalista aos trabalhadores, em referência aos salários pagos serem de uma porcentagem menor ao valor equivalente ao que era produzido. Em seu livro, *O Capital, crítica à*

realidade na oferta de serviços essenciais que possibilite melhor “qualidade de vida”. Isso acaba por implicar consideravelmente no enfraquecimento e na organização política dos trabalhadores no que tange a busca pelos seus direitos e luta por formas mais justas de trabalho.

Como afirmado no início, essa pesquisa procura analisar as transformações no mundo do trabalho da indústria têxtil da região de Blumenau<sup>2</sup>, Santa Catarina, a partir de estudos sobre como o capital tem criado e oferecido estratégias para a retenção de mão de obra na região. Propõe-se apresentar e discutir tanto as ofertas de serviços das empresas têxteis de Blumenau e região, quanto as condições de vida dos trabalhadores a partir desses serviços.

Atrelado a isto, o estudo amplia-se na reflexão de como os direitos sociais conquistados em Lei e que deveriam ser assegurados pelo Estado vão sendo suprimidos gradativamente.

É sabido que em anos recentes, especialmente nos últimos governos populares, tivemos conquistas importantes em relação aos direitos sociais<sup>3</sup>. Mas tem-se ciência também que o Estado, no mundo globalizado, minimiza suas responsabilidades com a sociedade, especialmente na oferta de mínimos sociais de sobrevivência e transfere esse encargo à própria sorte societal. As políticas públicas existem, mas carecem de avanço e aprimoramento em relação a universalização, qualidade e eficácia.

Diante desse cenário, e ao passar a oferecer serviços essenciais aos trabalhadores, a indústria consegue reter maior mão de obra, fazendo disso uma estratégia de continuidade da exploração do trabalhador e manutenção do capital. O operário acaba por aceitar tais serviços, devido ao sentimento de “segurança” que encontra na empresa e não encontra, muitas vezes, nos serviços públicos.

A partir dessas observações, consideramos relevante discutir essa temática, uma vez que a reestruturação produtiva tem sido uma constante da proposta

---

*economia política*, Marx divide o *Mais Valor* em dois parâmetros: Mais valor absoluto e Mais valor relativo. (MARX, 2013. p. 293 e 390).

<sup>2</sup> Blumenau é a terceira maior cidade do Estado de Santa Catarina e considerada um dos maiores pólos industriais do Vale do Itajaí, portanto, utilizada como referência para mencionar as cidades circunvizinhas.

<sup>3</sup> Intitulamos como governos populares o período de mandato do Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016), o qual o cientista político Emir Sader denomina de governos pós-neoliberais (SADER, 2011).

neoliberal e se configura conforme a necessidade da indústria em aumentar sua produção.

Assim, para impetrar esse estudo, este trabalho teve como seu objetivo geral evidenciar as estratégias que as indústrias têxteis da região de Blumenau utilizam para retenção de mão de obra, enfatizando as benesses, oferecidas por elas, aos trabalhadores. Como objetivos específicos, ele visou realizar um estudo sobre os benefícios e programas oferecidos nas empresas têxteis da região de Blumenau; bem como, perceber qual o nível de satisfação dos trabalhadores em relação tanto aos benefícios industriais, quanto as políticas públicas oferecidas pelo Estado; e ainda, discutiu-se como o Estado contribui na exploração da mão de obra quando suprime direitos sociais. Por fim, pretendeu-se no decorrer da dissertação discutir os objetivos abstrusos no oferecimento de tais benesses aos trabalhadores.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos permeou diversos métodos de pesquisa. Fez-se necessário fazer consultas em revistas internas<sup>4</sup> de uma das indústrias têxteis de grande porte da região de Blumenau, as quais são cedidas gratuitamente aos trabalhadores; também foi realizada pesquisa através de entrevistas junto ao setor de recursos humanos de duas outras indústrias têxteis de grande porte da região e mais uma pesquisa no *site* de outra empresa. Através da pesquisa em quatro empresas, com matrizes e filiais em diversas cidades da região, totalizando a empregabilidade de cerca de 16 mil trabalhadores, conseguiu-se levantar as benesses oferecidas nessas empresas.

O desenvolvimento da dissertação apresenta-se estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado “História da industrialização e formação da classe operária; as transformações no mundo do trabalho”, discorre-se sobre a história da industrialização no mundo e, em especial, como surge a classe dos operários, bem como o desenvolvimento da industrialização no Brasil. Ainda neste capítulo, aborda-se sobre a constituição de um Estado de Bem Estar Social – *Welfare State*, que se caracterizou como a proposta de Estado pleno que ampliava a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, como educação, habitação, saúde, renda e seguridade social aos trabalhadores, mas com a proposta neoliberal, que o

---

<sup>4</sup> Essas revistas têm o objetivo de divulgar os benefícios, ofertas e serviços oferecidos aos trabalhadores das indústrias. O recorte temporal utilizado foi entre os anos de 2010 a 2014.

sucedeu, acabou por fortalecer a liberdade de mercado e a globalização, trazendo mudanças catastróficas para a classe trabalhadora.

No segundo capítulo, apresenta-se o processo de industrialização em Blumenau, contextualizando as transformações da indústria têxtil na região e discutindo as estratégias da reestruturação produtiva. Também neste capítulo ficam evidenciados os benefícios sociais que as indústrias têxteis da região oferecem aos operários e a partir disso, uma análise de como isso pode influenciar a vida dos trabalhadores e seus familiares, se positiva ou negativamente, especialmente abordando a questão do enfraquecimento de organização e luta política na conquista de eficiência dos direitos sociais. Aqui foram analisadas as entrevistas efetuadas através do trabalho de campo, buscando problematizar a fala desses trabalhadores e, principalmente, o modo como percebem essa relação entre o oferecimento dos benefícios industriais e a carência de serviços públicos de qualidade. Esta análise foi pautada partindo do pressuposto que as indústrias oferecem essas benesses como estratégia para retenção de mão de obra, especialmente porque os cidadãos vivenciam a ineficácia dos direitos sociais oferecidos pelo poder público.

No terceiro e último capítulo intitulado de “Entre as Políticas Públicas e os Benefícios Industriais, onde ficam os trabalhadores?”, retoma-se o assunto das estratégias capitalistas na reestruturação produtiva, que tem seu lado avesso como, por exemplo, a terceirização, mas por outro lado, os trabalhadores sentem segurança nessas novas estratégias dos recursos humanos, na garantia de uma qualidade de vida. Acrescentou-se a discussão sobre a compreensão deturpada de Responsabilidade Social, que acaba sendo corporativa por incentivo do Estado e passa a ser estratégia de *marketing* empresarial. Novamente retoma-se a discussão do desmonte do *Welfare State*, dessa vez refletindo sobre o Sistema da Seguridade Social no Brasil, apresentando com afinco as três políticas de base da constituição brasileira, a saber: Saúde, Assistência Social, Previdência Social, juntamente com a Política de Educação, o que daria quatro elementos de análise. Neste momento, a discussão permeia em uma comparação do que é oferecido pelo Estado e na Indústria, comparando especialmente, essas quatro políticas apresentadas.

## **CAPÍTULO 1 - História da industrialização e formação da classe operária; as transformações no mundo do trabalho**

*“Para nós os grandes homens não são aqueles que resolveram os problemas, mas aqueles que os descobriram”.*

*(Albert Schweitzer)*

Escrever sobre o mundo do trabalho e as mudanças que ocorrem nesse meio torna-se um assunto bastante amplo, especialmente porque o trabalho é a categoria que constitui o desenvolvimento do mundo dos homens. Porém, ao mesmo tempo em que o trabalho pode incluir e emancipar, ele também pode excluir e alienar.

O trabalho é vital para o ser humano e é um processo unicamente pressuposto ao homem; é o que nos distingue dos animais. Marx aponta que,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Nesse viés, compreendemos que o trabalho é uma atividade humana, que depende de força física ou mental, voltadas para a transformação da natureza e assim na produção de bens e serviços, contribuindo, para a reprodução da vida humana, individualmente e/ou socialmente.

Compreendemos também que o homem não garante no trabalho apenas o seu sustento, mas o trabalho completa o próprio homem, pois, neste ciclo de transformação de matéria prima ou finalização da mercadoria, para objeto de uso ou de troca, o homem também se transforma e as relações sociais obtidas por intermédio do trabalho também contribuem neste sentido.

Assim, para reproduzir a vida, o trabalho é uma atividade que pode ou não passar valores e, portanto, o homem pode mediar a utilidade das suas obras, quando as reproduz para suprir suas necessidades, “[...] o trabalho revela o modo

como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias que fluem destas” (MARX, 1983, p.149). Logo, os homens se relacionam com a natureza por intermédio do trabalho e assim, realizam uma “humanização da natureza”.

Muitos estudiosos sobre a temática apontam mudanças sobre o trabalho e sua transformação, marcada na obra de Marx, *O Capital, crítica à economia política*, como sendo a transição da “*propriedade privada fundada no trabalho pessoal*” para a “*propriedade privada capitalista*” (MARX, 2013. p. 148).

Isso se reflete especialmente nas relações sociais e no modo de produção capitalista. O trabalho passou a ser uma estratégia do capital, deixou de ser visto como uma atividade de suprimento à necessidade do homem e, na dinâmica capitalista, os trabalhadores produzem riquezas. As relações sociais são construídas a imagem e semelhança do capital, bem como são explicativas da realidade social construída.

Antes do modo de produção capitalista a economia era considerada “natural” e tinha um mínimo de comercialização muito parcial, especialmente, de contratos de moedas, o que muda completamente na economia capitalista, na qual tudo é mercadoria (VILLAR, 1996).

Portanto, o trabalho passa a ser uma dinâmica de esforço de muitos para alcançar um lucro que é (re) distribuído para poucos e para tanto, o modo de produção capitalista, utiliza-se de mecanismos de posse da *força de trabalho*<sup>5</sup> que vai beneficiar o capital, nunca espontaneamente a classe operária.

### **1.1 A formação da classe operária: do cultural para o social**

A história da humanidade sempre foi marcada por divisão em classes, sejam elas definindo comportamentos, *status*, famílias ou agrupamentos. Nessa divisão, uma das distinções mais utilizadas, desde as sociedades mais primitivas, é a que pondera as condições sociais, especialmente econômicas.

Marx e Engels apontam que,

---

<sup>5</sup> Nota-se que: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 242).

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX; ENGELS, 2011, p.7).

Nas sociedades atuais, sejam pré-capitalistas ou de capitalismo avançado, o antagonismo das classes é o aguilhão para muitas discussões e lutas. No pensamento marxista, a luta de classes sempre existiu e a sociedade cada vez mais se dividirá em campos opostos: a burguesia e o proletariado.

Diante da história da formação do proletariado e posterior classe operária contextualizaremos a fenomenologia da palavra “classe” para que consiga explicar o processo da ação humana e seus condicionamentos.

Para Thompson, a formação da “classe” é um fenômeno histórico que ocorre nas relações humanas como algo que acontece efetivamente em contextos reais. A classe acontece quando a experiência comum de alguns homens articula a identidade de seus interesses, contra o interesse oposto de outros homens. Essa experiência, geralmente é determinada pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. No entanto, a “classe” é uma relação e não pode existir para ter um interesse ou uma consciência ideal. (THOMPSON, E. P. 1987)

À denominação de “classe” foi incorporada ainda por uma consciência em relação às experiências vivenciadas e em como ela são tratadas em termos culturais, ou seja, nas tradições, nos valores, idéias e formas institucionais. Devido a esta superestrutura cultural, a consciência de classe não é determinada, embora possa existir de experiências parecidas, mas nunca nasce exatamente da mesma forma. Por isso, é inconsciente de sua própria posição e interesses reais.

A partir desse estudo, podemos definir a classe operária como componente da estrutura social. Em um determinado período, um grupo de homens, vivendo suas próprias histórias, tinham várias experiências em comum, sendo isso o que lhes definia, e a partir disso, tinham padrões em suas relações, idéias e instituições, portanto uma formação social e cultural. Thompson exemplifica que,

Nos anos entre 1770 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores. Essa classe dirigente estava, ela própria, muito dividida, e de fato só conseguiu maior coesão nesses mesmos anos porque certos antagonismos se dissolveram (ou se tornaram relativamente insignificantes) frente a uma classe operária insurgente. Portanto, a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica (THOMPSON, E. 1987, p. 12)

Portanto, podemos compreender que os trabalhadores vivenciaram histórias semelhantes num determinado local e período, que gerou identidades para um grupo específico (nesse caso trabalhadores), divergente dos interesses dos empregadores, surgindo assim, naquele momento, uma classe operária.

Singer no seu livro “*A formação da classe operária*” define o termo como sendo,

“[...] conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda e que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é, a vender sua força de trabalho para poder viver. São os trabalhadores assalariados” (SINGER, P. 1994, p. 5).

O mesmo autor faz uma interpretação sobre a diferença entre trabalhadores autônomos e trabalhadores assalariados. Por trabalhadores autônomos, consideramos aqueles que possuem seus próprios meios de produção, como exemplo, o artesão que dispõe de matéria prima para produzir; o camponês que cultiva sua própria terra; o comerciante que vende mercadorias próprias ou que lhe foram confiadas; o professor que pode dar aulas particulares; o médico, o dentista, que podem ter consultórios particulares, etc, todos com algo em comum: recursos para trabalhar por conta própria. Esses são chamados de *pequena burguesia*.

Sobre os trabalhadores assalariados, consideram-se aqueles que não possuem autonomia ou recursos próprios para trabalhar e, portanto, necessitam da empregabilidade em algum terceiro para garantir sua sustentação. Esses recebem o nome de *classe operária* ou *proletariado*.

Segundo o autor ainda, embora sejam consideradas *classes trabalhadoras* distintas, ambas têm muito em comum, como viver apenas dos seus próprios trabalhos e conseqüentemente, compreendem a “quase totalidade” dos pobres, com rendas baixas. Representam a grande massa e geralmente sofrem os mesmos

problemas de ficar a mercê da insuficiência dos serviços públicos, especulação imobiliária, fragilidade dos bairros periféricos, etc (Ibidem, p. 6).

Outra diferença importante (o foco principal da nossa discussão) é que a pequena burguesia trabalha nos ramos da produção em pequena escala e o proletariado trabalha nos ramos mais avançados da economia, nas grandes indústrias, a qual constitui o pólo dominante das economias capitalistas. Ou seja, enquanto a classe operária vende sua força de trabalho para as grandes empresas e torna-se parte integrante do que a movimenta; a pequena burguesia agencia suas mercadorias.

A indústria funciona a serviço do capital, totalmente voltada para a produção de lucro, sendo necessário que tenha a seu dispor muitas pessoas na cadeia hierárquica, sendo eles os assalariados burgueses, sobreposta a uma enorme base de operários, os assalariados proletários. Essa base de operários é formada especialmente pelo modo como produzem mercadorias subordinadas ao capital, tanto diretamente como indiretamente.

Para Marx,

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, K. O capital. Livro I. O processo de produção do capital, 2013. p. 719.).

Sob a luz do autor, essa base operária é compreendida entre trabalhadores ativos e uma gama de desempregados estruturais. Quanto maior o número de desempregados, maior a sujeição ao funcionamento das indústrias, ou seja, no mercado capitalista, o que determina o valor da mão-de-obra é a oferta da mão-de-obra.

Na sociedade burguesa moderna, brotada da decomposição da sociedade feudal, um novo campo de ação lhes aparecia e crescia com a abertura de novos mercados. A pequena burguesia dava lugar para a média burguesia manufatureira

que também cedeu espaço devido tornarem-se insuficientes para a produção do mercado mundial, surgindo assim, as grandes indústrias e a burguesia moderna.

Nessa definição, a divisão da sociedade pode ser categorizada em *classe dominante* e *classe dominada*. Trata-se de uma hegemonia cultural, a qual Gramsci define como,

“[...] o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, conjunto dos organismos chamados comumente de ‘privados’) e da sociedade política ou Estado, que corresponde à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’ [...]” (GRAMSCI, 1991. p. 10).

Ou seja, a *classe dominante* é aquela que, na maioria das vezes, influencia ou controla direta ou indiretamente o Estado, organizando de forma coercitiva sobre o conjunto de indivíduos como instrumento da sua dominação, utilizando-se muitas vezes de organismos consentidos da classe dominada.

Para Gorender,

Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. Mas os enlaces das idéias dominantes com a classe dominante se obscurecem. As idéias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de idéias abstratas como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa) (GORENDER, J. apud ENGELS; MARX; 1989, pág. 27).

Nesse sentido, compreende-se que em toda sociedade, sempre haverá uma classe dominante e uma classe dominada, a qual reproduz a estrutura social ordenada, persuadida e convencida pela classe dominante. Essa é uma estratégia de perpetuação da exploração.

Se percorrermos a história mundial, o surgimento da classe operária aparece da dissolução das relações feudais européia, numa época que vai entre os séculos X a XVIII. Existem várias passagens relatando a transição do modo de produção feudal para o modo capitalista, em Estados e Países diferentes, portanto, não pode dar colocada de uma maneira acabada.

O modo de produção feudal baseava-se na servidão dos camponeses aos senhores. Os trabalhadores tinham os meios de produção, mas eram obrigados a entregar parte do que era produzido e a trabalhar gratuitamente por alguns dias nas terras dos senhores feudais, classe dominante nobre e alto clero da época.

Nessa época a organização da nobreza era através da aristocracia, na qual o suserano tinha a obediência e lealdade de vassallos. Esse sistema era fechado e hereditário, pois só entrava pelo nascimento e só terminava com a morte, ou seja, os servos não podiam sair dos domínios dos senhores feudais sem seu consentimento.

Um fato determinante é que nem sempre a história entre vassallos e senhores era inerte. Em guerras e invasões que aconteciam até mesmo entre os senhores feudais, os camponeses eram recrutados para as batalhas e, aos que eram derrotados, lhes restava a condição de salteadores ou viver à margem da sociedade feudal, formando assim um contingente de pessoas excluídas.

Singer relata que,

Esses 'excluídos' da ordem predominantes povoaram as cidades, que ressurgem na Europa a partir do século X, juntamente com o comércio. Dizia-se então que "o ar da cidade é livre", porque seus habitantes não estavam submetidos ao jogo feudal. Essa liberdade urbana foi conquistada, ao longo de séculos, por uma combinação de lutas e negociações com os senhores feudais, que continuavam dominando o campo. Cidades mais poderosas, enriquecidas pelo comércio e pelo artesanato, dispunham de poder militar para impor à nobreza circundante o respeito pelos seus direitos, que se originavam muitas vezes da "compra", pelos burgueses (habitantes dos burgos), do cancelamento de suas obrigações feudais. A aristocracia tendia a se endividar junto aos mercadores e, quando não conseguia saldar suas dívidas, aceitava renunciar a certos direitos que constituíam obrigações de seus ex-vassallos (SINGER, P. 1994. p. 18).

A organização da sociedade feudal era fundamentada nas corporações de ofícios, divididas por ramos de atividade, sendo cada um monopolizador de um serviço específico. As regras eram as mesmas do caráter feudal, com hierarquia hereditária e número de membros fixo.

A partir do século XVI, a dissolução das relações feudais tomou impulso, especialmente devido ao desenvolvimento do comércio internacional. A pressão dos senhores sobre os camponeses (embora já acontecesse muitos anos antes) fica exacerbada quando percebem que o mais-produto podia ser convertido em dinheiro

com sua venda. Assim, a exportação de produtos traz confortos e cobiças desvendadas.

Com esse aumento da exploração do mais-produto e o enriquecimento dos senhores feudais, inicia-se uma desigualdade nos padrões de vida entre um e outro, um aumento exorbitante de trabalho e conseqüentemente, a revolta da classe dominada, resultando algumas vezes em fugas em massa das terras. Em alguns lugares os senhores foram obrigados a emancipar seus servos, ceder regiões e ainda renunciar a prestação de produtos e trabalhos em troca de pagamento pela terra.

Por outro lado, essa dissolução implicou na proletarização dos camponeses. Com poucas terras, eles tiveram que completar sua renda vendendo sua força de trabalho como empregados nas manufaturas.

A primeira forma de produção capitalista foi a manufatureira, na qual ainda não havia a produção através de maquinários. Os métodos de produção eram artesanais, mas havia um empregador capitalista que ordenava as diversas linhas de produções onde os trabalhadores desenvolviam tarefas distintas (SINGER, 1994).

Marx explica que,

Muitos artesãos, que fabricam produtos iguais ou da mesma espécie como papel, tipos para imprensa ou agulhas, são reunidos pelo mesmo capital, simultaneamente e na mesma oficina. Tem-se, aqui, a cooperação em sua forma mais simples. Cada um desses artesãos (talvez com um ou dois ajudantes) produz a mercadoria inteira, executando sucessivamente todas as diversas operações requeridas para sua fabricação. Ele continua a trabalhar conforme seu antigo modo artesanal, mas circunstâncias externas logo fazem com que a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos sejam utilizados de outro modo. Uma quantidade maior de mercadorias acabadas deve, por exemplo, ser fornecida num determinado prazo e, por esse motivo, o trabalho é dividido. Em vez de o mesmo artesão executar as diversas operações numa sequência temporal, elas são separadas umas das outras, isoladas, justapostas espacialmente, sendo cada uma delas confiada a um artesão diferente e executadas ao mesmo tempo pelos outros trabalhadores em cooperação. Essa divisão acidental se repete, exhibe as vantagens que lhe são próprias e se ossifica gradualmente numa divisão sistemática do trabalho. De produto individual de um artesão independente, que faz várias coisas, a mercadoria converte-se no produto social de uma união de artesãos, em que cada um executa continuamente apenas uma e sempre a mesma operação parcial (Marx, K. 2013. p. 412).

Portanto, essa divisão de trabalho possibilitava ao empregador aumentar muito os ganhos de produtividade, segundo o autor, essência do capitalismo, tais quais não seriam possíveis se tivessem trabalhadores independentes uns dos outros. Esse sacrifício da independência do trabalho foi basicamente o segredo do modo de produção capitalista.

Para Villar, não podemos considerar capitalismo, essa sociedade antiga, apenas quando falando de sociedade moderna, na qual a exploração do trabalho assalariado pelos donos dos meios de produção fica evidente sobre aqueles que não possuem outra forma de sobrevivência. Ele afirma que esses personagens jamais dominaram a produção social da época, mesmo que viviam em estado de servidão. Nessa produção industrial da época feudal, “*não há separação entre os meios de produção e o produtor, não há uma redução das relações sociais a simples laços de dinheiro, portanto, não há capitalismo*” (VILLAR, 1996. pág. 38).

Até o século XV, esse sistema de produção europeu era chamado de corporativo. Nestas corporações de ofício, os mestres trabalhavam com um número limitado de oficiais e aprendizes, impedindo o desenvolvimento da divisão técnica do trabalho e cuidando para que esse desenvolvimento dos produtos não fosse alterado. Era prezada pelos mestres a fidelidade nas tradições, conservação dos hábitos, costumes e valores, com o objetivo de assegurar um preço justo pelas suas mercadorias, lógica esta, totalmente diferente do modo de produção capitalista.

Com a descoberta das vias marítimas da Europa à América e ao Extremo Oriente, houve um investimento no comércio mundial que abriu as perspectivas do desenvolvimento. O capital comercial logo tratou de extinguir o exclusivismo das corporações, com o intuito da exportação de mercadorias.

Singer afirma que “os grandes mercadores de pano, no século XVI, estabeleceram-se fora dos limites urbanos e, portanto, fora da jurisdição corporativa, e contrataram com os camponeses serviços de fiação, tecelagem e acabamento” (SINGER, P. 1994. pág. 15), iniciando então, o sistema de *putting out* (Inglaterra) ou *verlag* (Alemanha), aqui no Brasil contemporâneo conhecido como *façções*. Nesse sistema, o mercador trazia a matéria prima e contratava os serviços dos camponeses em épocas de não plantio, para que entregassem o produto em fase final de acabamento ao capital comercial.

No entanto, outro fator marcou o processo de produção capitalista, foi a iniciativa dos mestres das corporações que abandonaram seus ofícios na cidade para se instalarem no campo. Reunidos em grandes oficinas, esses empresários manufatureiros contratavam camponeses para trabalhar mediante salários e eram orientados à divisão técnica do trabalho, revolucionando assim, as relações sociais de produção e as forças produtivas, através do trabalho coletivo disciplinado e coordenado pelos produtores especialistas.

Nesse sentido, os trabalhos, social ou coletivo, passam a requerer uma direção que estabeleça harmonia entre as atividades individuais, para chegar a uma conformidade do produto no final. Essa função de supervisionar, dirigir, mediar é uma especificidade do capital, quando o trabalho se torna cooperativo, na qual objetiva a máxima exploração da força de trabalho (MARX, K. 2013).

Os camponeses tiveram que aprender a trabalhar adequadamente as exigências da indústria, num ritmo regular diário ininterrupto, diferentemente do trabalho agrícola ou da intermitência auto-controlada do artesão independente (HOBBSAWN, 2009). Essa “disciplina” pode ser considerada a predisposição em se dedicar várias horas na mesma função, em tarefas repetitivas, sem significado e em troca receber um modesto salário, sendo esta a característica fundamental da classe operária. Nessa evolução da produção capitalista, o essencial é os trabalhadores por educação, costume, tradição reconhecerem esse modo de produção como *lei natural*, evidente (MARX, 2013; SINGER,1994).

Com isso, enquanto as cidades eram pobres e pequenas, elas podiam ser consideradas democráticas e igualitárias, no entanto, quando cresciam e enriqueciam passavam a ostentar a desigualdade e o domínio por grupos plutocráticos, outra característica essencial da expansão do capitalismo, na qual uma minoria enriquece na custa da maioria.

Para contribuir ainda mais com os capitalistas, os governos da época usaram a força para induzir o proletariado a vender sua força de trabalho, através de diversas leis constituídas, na Inglaterra, França e outros países, as quais estipulavam punições para as pessoas saudáveis que não tinham como se auto-sustentar e fossem encontradas sem emprego regular, constituindo assim, parte da classe operária. As punições variavam entre trabalho forçado, açoitamento,

marcação com ferro em brasa, escravização e enforcamento, mostrando que o trabalho assalariado nasce como forçado, ou seja, não livre (SINGER, pág. 26).

Portanto, o processo que criou as relações capitalistas baseou-se na separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, transformando em capital os meios sociais de subsistência e de produção e convertendo os produtores diretos em trabalhadores assalariados, a classe operária.

## **1.2 A revolução industrial: o processo de industrialização do mundo para o Brasil**

O sistema econômico da sociedade contemporânea passou ao longo da história por vários processos até chegar ao auge do capitalismo. Os motivos primórdios que nos trouxeram a esta realidade de que o homem explora o próprio homem, divergem na opinião de diversos pensadores, porém, este impulso egocêntrico do ser humano, genericamente resultou no início do escravismo, passou pelo feudalismo e encontra-se atualmente no capitalismo.

No modo antigo de produção, o escravismo, os homens (escravos) eram submetidos a condições degradantes, com o mínimo de consideração acerca da dignidade humana, caracterizada pela inexistência de direitos fundamentais que garantisse qualidade e segurança para o ser humano. Os senhores eram “donos” tanto da força de trabalho, quanto dos meios de produção e do produto final.

No período de economia feudal, o trabalho era realizado pelos servos da gleba; diferentemente do escravismo, os servos não eram propriedades dos senhores feudais, mas trabalhavam em troca de moradia e alimentação. No feudalismo, os servos podiam produzir para si próprios, entretanto, essa produção estava cada vez mais dificultada diante do aumento da exploração sobre eles.

Instalou-se então, uma crise na economia feudal, tendo alguns motivos primordiais para que essa tensão tomasse corpo: a diminuição do rendimento da agricultura; os regulamentos de ordem feudal colocados para frear a produtividade dos artesãos e o crescimento das cidades; o aumento notável de encargos e

impostos e, partir disso, um declínio da servidão. Nesse período, começavam a aparecer as relações capitalistas de produção.

Hobsbawm (1979) afirma que no século XVII na Europa, a transição da economia feudal para a economia capitalista foi marcada por uma “crise geral” e que em vários momentos, alguns lugares da Europa pareciam estar à margem do capitalismo.

[...] se o capitalismo deve triunfar, então a estrutura da sociedade feudal ou agrária deve sofrer uma evolução. A divisão social do trabalho deve ser muito elaborada se se deseja incrementar a produtividade e a força social do trabalho deve ser redistribuída radicalmente – da agricultura à indústria – enquanto persista esta situação (HOBSBAWM, 1979. p. 20).

Portanto, essa época ficou marcada pela transição do feudalismo para o capitalismo com uma passagem longa e lenta evidenciada pelas revoluções políticas sancionadas juridicamente, com mudanças de estrutura e com novas classes dominando o Estado (VILLAR, 1996. p. 37). Dessa forma todos foram incorporando esse novo modo de produção, pelo fato que caso contrário, poderiam agravar a crise, pois segundo a máxima apresentada por Hobsbawm, “a expansão capitalista é cega” (HOBSBAWM, 1979. p. 21).

A satisfação das necessidades dos homens por meio de suas próprias produções, lentamente vai sendo substituída pelo trabalho do empregado assalariado, através do seu processo de trabalho e os meios de produção oferecidos pelo proprietário, na qual a matéria prima era transformada em valor de troca e de uso, ou seja, a mercadoria<sup>6</sup>.

Desde modo, o trabalhador vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção e com o salário adquirido deste processo, compra as mercadorias produzidas (pelo próprio trabalhador) para garantir suas necessidades básicas.

A sociedade capitalista consolidada, também passou por diversas fases em seu processo histórico. No começo do século XVIII, já existiam regiões industriais na Inglaterra que produziam grande quantidade de mercadorias, as chamadas cidades

---

<sup>6</sup> “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza destas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estomago ou da imaginação - não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013. p. 113).

“pré-industriais”, com arcaicos maquinários a vapor, as quais passaram pela “revolução industrial” apenas na segunda metade do século XIX (HOBSBAWM, 1979).

Entretanto, a expansão do capitalismo juntamente com o processo de industrialização, teve início entre os anos de 1760 e 1780, com a percussora Inglaterra, num processo lento, com obstáculos e crises de crescimento.

Engels e Marx apontam que:

[...] os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos (MARX; ENGELS, 2011, p.7).

A substituição do trabalho artesanal deu lugar ao trabalho assalariado realizado através de maquinários. Literalmente, o homem foi substituído pelas máquinas, seu trabalho não era mais produzir e sim, vigiar, alimentar, manter e reparar o maquinário (SINGER, 1994. p. 31).

A Inglaterra detinha abundante matéria prima necessária para a produção algodoeira, portanto, a indústria têxtil foi o que impulsionou a revolução industrial e a transformou no “empório do mundo” (HOBSBAWM, 1979. p. 101).

Esse período ficou conhecido como a I Revolução Industrial, tendo como principal fundamentação; o avanço tecnológico na melhoria das ferramentas e dos motores de combustão em vapor, o que substituiu a força humana e animal. Já em termos econômicos, houve uma redução de custos, devido os ganhos de produção e a hegemonia do capitalismo na esfera da produção, devido às máquinas de alto custo que demandavam somas expressivas de dinheiro, propriedade de poucos.

Esse processo de produção em grande escala, ainda maior que a produção de manufatura e, as diversas máquinas mecânicas que geravam um “sistema unificado de máquinas” precisaram de um lugar maior, diferente das pequenas oficinas dos artesãos. Com a revolução industrial, surgem as *fábricas* e, com elas, o aumento expressivo da produção de mercadorias. Formou-se, desta, uma ampla categoria de trabalhadores fabris (proletários) que vendiam sua força de trabalho para os proprietários (burgueses). Deste modo, a partir da revolução industrial, tornam-se mais nítidas as clivagens de classe, como a burguesia e o proletariado.

Na segunda fase da revolução industrial, ocorrida na metade do século XIX, as inovações tecnológicas sofisticadas de maquinários e a divisão social do trabalho marcaram essa época da Inglaterra e também em países da Europa continental, Estados Unidos e Japão.

O economista Paul Singer aborda a segunda fase da revolução industrial:

A Segunda Revolução Industrial, caracterizada pela energia elétrica e o motor de combustão interna e suas numerosas aplicações, consolidou a dominação capitalista da agricultura (via trator e insumos químicos) e de vários ramos do terciário (comunicações, entretenimento). Com o advento do capitalismo industrial generaliza-se, portanto, para toda a sociedade, a relação capitalista de produção: os meios de produção são propriedade de não-produtores, os produtores são não-proprietários, quer de seus meios de trabalho, quer de seu produto: a produção é dirigida com o objetivo de gerar o maior lucro possível em relação ao montante de capital investido (SINGER, 1994. p. 33).

A entrada da eletricidade configurou-se como expansão do capital e teve como pressuposto o desenvolvimento da indústria, alterando ainda mais, o processo de trabalho e de produção, por meio do aperfeiçoamento de máquinas e técnicas, como por exemplo, as indústrias têxteis de tecer e fiar.

Os trabalhos com o aço, a utilização da energia elétrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor e o desenvolvimento de produtos químicos foram as principais inovações desse período.

Na Alemanha, por exemplo, essa intensificação da revolução industrial foi atrelada ao processo de mecanização agrícola, assim houve um cerrado êxodo rural em busca de sustento familiar (PETRY, 2000).

Trabalhadores como homens, mulheres e crianças tiveram uma expansão da jornada de trabalho, eram forçados a trabalhar cerca de quinze horas diárias, em trocas de salários precários e condições de trabalho subumanas.

O Brasil não passou por uma revolução industrial nos moldes europeus, entretanto, isso não significa que, aos poucos, também fossem surgindo aqui as primeiras experiências fabris.

O território brasileiro até o final do século XVIII era colônia de Portugal, portanto, não podia ter um desenvolvimento industrial e eram “incentivados” a consumir os produtos manufaturados portugueses, de acordo com seus interesses.

Com a chegada da família Real no século XIX, duas medidas importantes foram tomadas pelo príncipe regente D. João: a primeira foi a autorização de abertura dos portos para que houvesse um intercâmbio comercial com o mercado externo e a outra foi a aquisição de terras por estrangeiros (PETRY, 2000).

O escravismo colonial no Brasil era ligado diretamente à produção de produtos minerais e agrícolas, especialmente o açúcar, o ouro e o café (com ênfase para o café), principais elementos de exportação para o mercado mundial. Por muitos anos, mesmo com tratados europeus à abolição da escravatura, o Brasil fechou os olhos para o cumprimento dos acordos, para manter a mão de obra escravocrata (SINGER, 1994).

Em 1850 o governo brasileiro decidiu acabar com o tráfico de escravos, com a implementação da Lei Eusébio de Queiroz<sup>7</sup> que fez com que o escravismo no país não tivesse mais suprimento externo da África. Sobre a substituição do escravismo no Brasil, Singer aponta ainda que,

[...] tratou-se de promover a imigração européia como forma de suprir de mão-de-obra a cafeicultura e as atividades urbanas. É claro que essa “solução” já estava em discussão antes da Abolição, pois o exemplo contemporâneo dos Estados Unidos inspirava todos os que sonhavam tornar o Brasil um país moderno, baseado em trabalho livre. E tais sonhos, impotentes em face da hegemonia do latifúndio escravocrata. Só tinham podido até então dar lugar a colônias de povoadores suíços e alemães, em áreas periféricas afastadas do roteiro do café. A criação de um campesinato nas serras do Rio, no Espírito Santo e na região serrana do Rio Grande do Sul se deu propositalmente em áreas ainda não desbravadas, para não competir, de modo nenhum, pelo solo com as plantações de café e de cana e com as estâncias e charqueadas, operadas com mão-de-obra escrava (SINGER, 1994, p. 54).

A presença dos proletários alemães, os quais não estavam satisfeitos com o processo de proletarização em seu país, acabaram por vislumbrar uma nova perspectiva de vida e almejavam ter suas próprias terras, o que foi marcante para a imigração do chamado Novo Mundo. Paulatinamente, iniciou-se o processo de “industrialização” no Brasil, no final do século XIX, quando os cafeicultores investiram todos os seus lucros obtidos da exportação de café em maquinários, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Também se

---

<sup>7</sup> LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850 - Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império brasileiro. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm) acesso em 27/05/2016.

estabeleciam indústrias de calçados e tecidos em outras regiões do país que se pretendia povoar, como a região sul.

Entretanto, até a década de 1930, esse processo de industrialização no Brasil foi lento, as “indústrias” eram pequenas e na sua grande maioria familiar. Estes *estabelecimentos industriais* ou *estabelecimentos manufatureiros* ainda eram caracterizados por trabalho não mecanizado ou pouco mecanizado, com ferramentas e maquinários manuais. Singer afirma que,

A partir dos anos 40, o processo de industrialização e, portanto, de formação da classe operária no Brasil entra numa nova etapa. Constitui-se no país a chama *grande indústria*, formada por estabelecimentos em geral de grande porte, nos quais são fabricados produtos intermediários (aço, alumínio, cimento, vidro, papel, plástico, etc), bens duráveis de consumo (automóveis sobretudo, eletrodomésticos, televisores, etc.) e bens de capital (máquinas de toda espécie, motores, caminhões, navios, aviões, tratores, etc.). Esses estabelecimentos são em sua maioria propriedade não de indivíduos ou famílias, mas de empresas multinacionais, do Estado ou de associações de capitais estatais, estrangeiros e nacionais privados (SINGER, 1994, p. 68).

Portanto, foi apenas a partir 1940, com Getúlio Vargas, que o processo de industrializar o país toma corpo e se inicia uma nova etapa de industrialização com surgimento de *grandes indústrias*, com padrões mecanizados e automatizados e que necessitavam de mão de obra qualificada com habilidades que apenas conseguiriam através de “esforço” na busca por qualificação/aprendizado especializado.

### **1.3 Do Estado de Bem-Estar Social à Era da Globalização**

O desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar Social está intimamente relacionado ao processo de industrialização e a questão social<sup>8</sup> originada a partir disso. No começo do século XX, a economia capitalista era livre de controle estatal e formas de regulamentação, no entanto, isso gerava grandiosas desigualdades sociais e conflitos que ameaçavam uma estabilidade política.

A partir disso na Europa, durante as três décadas que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o sistema capitalista passou por uma

---

<sup>8</sup> Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum, na qual a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação de seus frutos mantêm-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, M. V. 1998. p. 27).

transformação importante, solidificando-se a partir de um maior controle estatal na economia, de modo que buscava regulamentar as atividades produtivas, assegurar a geração de riquezas e diminuir tais desigualdades sociais. Esse modelo ficou conhecido como *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) e se caracterizou pela ampliação dos direitos sociais, enfrentamento a pobreza, serviços públicos e pelo pleno emprego. Tratava-se de um Estado de seguridade social, construído a partir da teoria do economista John Maynard Keynes, e que possibilitou a construção de uma ampla cidadania aos trabalhadores.

Entretanto, após o ano de 1973 – marcado pela crise do petróleo – uma nova política econômica foi se implantando. Seu protagonismo ficou evidente na Grã-Bretanha, e isso a partir da emergência de Margareth Thatcher ao poder, no ano de 1979. Assim, a ascensão do projeto neoliberal, fruto do Partido Conservador, se fortaleceu e conseguiu acabar com a trajetória anterior do trabalhismo inglês. Isso acarretou em transformações substanciais nas condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas e valorativas (ANTUNES, 2009).

Nas condições econômicas e sociais do período, ficaram evidentes as mudanças na estrutura jurídico-institucional, que objetivaram fortalecer a liberdade de mercado e ascender a configuração capitalista e individualista. No mundo do trabalho essas mudanças foram significativas, especialmente, com a redução e privatização de empresas estatais; a retração do setor industrial; ampliação do setor de serviços, principalmente privados; o desenvolvimento de uma legislação desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais. Outra repercussão expressiva do modelo neoliberal europeu também aconteceu nos movimentos sindicais e conseqüentemente, nas negociações coletivas, nos movimentos sociais, ideologias.

É importante registrar também que com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se colocaram numa situação privilegiada, como a mais forte, coesa e próspera economia mundial, com um vasto plano de apoio para recuperar as economias capitalistas da Europa ocidental. O dólar americano se tornou a moeda padrão para as relações no mercado internacional, com consistência e estabilidade, patrocinando tratados multilaterais, garantindo a estabilidade de mercados, consolidando sua hegemonia. O resultado desse conjunto de medidas foi um

crescimento econômico sem precedentes das economias industriais (SEVCENKO, 2001. p. 25).

Nas duas primeiras fases da revolução industrial, os novos maquinários não foram suficientes para ampliar o processo de produção da era industrial. Outras interferências na organização política administrativa das indústrias e as novas formas de trabalho foram fundamentais para que o capital obtivesse o máximo de margem de lucro.

Para que houvesse a manutenção e re-produção do modo capitalista de produção, o capital precisou incessantemente se revolucionar. Engels e Marx já esclareciam no livro *Manifesto Comunista* que “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2011, p. 7).

Nesse sentido, apenas uma mudança contínua nas relações de produção e nas atividades industriais seria o que garantiria a ampliação dos lucros e a expansão da indústria, especialmente por meio da racionalização.

Os problemas que aconteciam no processo de fabricação elevavam o valor final do produto e limitava a possibilidade de produção da fábrica. Por muito tempo a mão de obra de um trabalhador era desperdiçada por ficar ocioso na espera da conclusão da tarefa do outro trabalhador, devido desempenharem funções aleatórias.

As crises vivenciadas pelo sistema capitalista de produção exigiram uma constante necessidade de avivamento do capital. Entre as diversas crises, uma das mais expressivas foi no final do século XX, na qual ficou evidente que as organizações de produção, *fordista*<sup>9</sup> e *taylorista*<sup>10</sup>, causavam uma efervescência nas relações sociais. Segundo o geógrafo David Harvey; “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo (HARVEY, 2012. p. 135)”.

---

<sup>9</sup> Fordismo – Modelo de produção em massa, através de um sistema de linha de produção, criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914.

<sup>10</sup> Taylorismo – Modelo de produção criado no começo do séc. XX pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor, o qual determinava que cada operário ficasse responsável por uma função específica dentro do processo de produção assim como o modelo *fordista*, mas nesse caso, de forma supervisionada e cronometrada.

A partir disso, novos processos de produção e reestruturação produtivas foram incentivados, com o intuito de organizar o tempo e possibilitar uma maior apropriação da riqueza produzida. Hobsbawn destaca algumas características sobre esse novo modelo de organização da produção,

[...] Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil “ciclo de estoques” da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques “só para a eventualidade” de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores *Just in time* (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança. Não seria a era de Henry Ford, mas da Benetton (HOBSBAWN, 1995. p. 394).

A partir disso, evidenciou-se a terceira fase da Revolução Industrial, especialmente, com destaque à década de 1980, na qual países de capitalismo avançado presenciaram as profundas transformações no mundo do trabalho, na qual o universo fabril é invadido pela robótica, a microeletrônica, a microinformática, a automação, etc., e ainda, invadido pelas formas desregulamentadoras da flexibilização, terceirização, incentivadas pelo modo neoliberal que se fortalece com mais evidência (ANTUNES, 2009; 2010).

A ênfase dessa terceira fase aparece na facilidade de transmissões de dados de forma rápida e eficiente, através da utilização de computadores que podem armazenar dados de forma eficaz e ainda na substituição de máquinas grandes, pesadas e limitadas operacionalmente para máquinas portáteis, leves, de baixo custo e com uma infinita gama de possibilidades operacionais, tornando-se um mero bem de consumo não durável.

Após os anos 90, o crescimento econômico foi retomado, sujeito às oscilações voláteis causados por essas tecnologias microeletrônicas. Também houve um crescimento significativo no setor de serviços, que em alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos, chegou a gerar mais de setenta por cento do Produto Interno Bruto (SEVCENKO, 2001. p. 26).

Essa revolução das “novas tecnologias” foi incentivada ainda mais por medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados, marcados pelo

fenômeno da “era da globalização”, que permitiu a ampliação de investimentos por todo o mundo, oferecendo dinamização da produção e de serviços.

Tudo isso refletiu de forma intensa diretamente na vida dos operários, repercutindo ainda em seus inter-relacionamentos e na construção das subjetividades. Os processos produtivos foram sendo mesclados ou até substituídos, pelo *toyotismo*<sup>11</sup> na flexibilização de produção, através de novos padrões de busca por produtividade.

O *toyotismo* é uma organização do trabalho que segundo Coriat (1994) passa por quatro fases de implantação: na fase introdutória, o trabalhador opera diversas máquinas ao mesmo tempo; na segunda fase, o objetivo é buscar o crescimento produtivo sem o aumento de trabalhadores, ou seja, intensificando o processo de trabalho; na fase seguinte, são importadas técnicas dos supermercados norte-americanos de reposição de produtos, originando o *kanban*<sup>12</sup> que produz somente o que será vendido e por fim; a quarta fase, a qual expande o *kanban* para os fornecedores e empresas contratadas (elemento integrante indispensável da terceirização) (CORIAT, 1994).

Nesse modo de produção, o trabalho repetitivo da perspectiva de produção do binômio *fordista/taylorista*, dá espaço para a realização de múltiplas funções, através de *especialização* quase que obrigatória do trabalhador. Nesse processo ainda, o trabalhador incorpora novas atribuições sociais para otimizar o espaço/tempo no trabalho, como ser *participativo, polivalente, multifuncional e qualificado*.

Antunes em sua obra “*Adeus ao trabalho?*” aponta algumas mudanças importantes nesse novo modelo de produção:

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a produção em *série* e de *massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em

---

<sup>11</sup> *Toyotismo ou Hohnismo* – Modelo de organização produtiva, idealizada a partir da década de 1950 pelos engenheiros Eiji Toyoda e Taichi Ohno, da montadora de veículos japonesa Toyota.

<sup>12</sup> *Kanban* - Técnica que busca o estoque zero, produzindo o que já se encontra vendido, normalmente são utilizadas placas para reposição dos produtos. Faz parte do sistema *just in time*.

várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase (ANTUNES, 2010. p. 24).

Nesse viés a flexibilização da produção também amenizaria o colapso existente no capital, já que um dos elementos que o autor aponta como causa da crise capitalista, seria encontrado nos excessos do fordismo, na produção em massa.

Essa reestruturação no sistema produtivo também causa o desemprego em grande escala e somado à globalização, as empresas adquiriram um poder de mobilidade ligada a sua capacidade de negociação. Desta forma, as empresas passaram a poder deslocar suas unidades para lugares que pudessem pagar menores salários, menos impostos e recebessem mais incentivos, deixando tanto a sociedade, quanto o Estado, submetidos aos seus interesses (SEVCENKO, 2001. p. 31).

No caso brasileiro, o capitalismo se desenvolve a partir da economia internacional. No final da ditadura militar, o padrão de acumulação industrial, ainda distante do processo de reestruturação produtiva, sofreu suas primeiras alterações. Com isso, as transformações capitalistas aqui relatadas, ficam mais evidentes no Brasil, a partir de 1990, em especial, a partir da gestão do presidente Fernando Collor de Mello.

Desta forma, os padrões mecanizados das indústrias passam por uma nova etapa de reestruturação produtiva, através da informatização, tecnologia e microeletrônica, ganhando novas formas de organização social de trabalho. Inicia-se também o uso de sistema *Just-in-time*, baseados no *team work* e o incentivo a participação dos trabalhadores como mecanismos de envolvê-los nas iniciativas da empresa e fazê-los se sentirem úteis.

Para Antunes,

Foi nos anos de 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *Just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2004. p.18).

Nesse sentido ainda, assim como nos países industrializados, o processo de reestruturação produtiva possibilitou uma descentralização de produção, através de mudanças geográficas espaciais, na busca de remuneração rebaixada e acentuando características de superexploração do trabalho. Um exemplo bem regional são as indústrias têxteis que criaram suas filiais nos Estados do nordeste brasileiro, como o Ceará e a Bahia.

Os conflitos entre capital e trabalho são inelimináveis e sua nova reestruturação produtiva são impactantes aos sistemas organizacionais das fábricas e empresas, causando a desestabilização e a desregulamentação do trabalho.

## Capítulo 2 – O processo da industrialização têxtil de Blumenau e os benefícios industriais

*“O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é quem faz as verdadeiras perguntas”.*

*(Claude Lévi-Strauss)*

### 2.1 Blumenau e seu desenvolvimento capitalista

Diversos foram os motivos de imigração europeia para o Brasil, especialmente na região sul do país. A necessidade de expandir o capital e as crises cíclicas do sistema capitalista emergente conectaram os espaços europeus com o Vale do Itajaí.

Os europeus passaram por dificuldades financeiras devido a vários fatores, dentre eles, a desunião política, as conseqüências sociais da revolução industrial, as terras em áreas rurais serem insuficientes e especialmente pelo crescimento excessivo da população urbana.

Singer (1968) aponta que,

As razões que levaram milhões de alemães a imigrar foram, basicamente, as mesmas que induziram irlandeses, italianos e outros povos marginalizados pelo menos transitoriamente, pelo processo de industrialização, a adotar atitude idêntica. Qualquer grupo humano em crescimento, cuja técnica de produção não se desenvolve, acaba esgotando os recursos naturais do território em que vive. O aumento demográfico tem que, mais cedo ou mais tarde, esbarrar com a disponibilidade limitada destes recursos, disponibilidade esta que só pode ser ampliada através do uso de técnicas novas, o que geralmente implica uma mudança do modo de produção vigente. [...] As ondas imigratórias de antes de 1880 foram fruto da ausência de desenvolvimento (SINGER, 1968, p. 86-87).

No vislumbre de uma nova terra com promessas de nova vida, de melhores condições socioeconômicas, os estrangeiros europeus, em especial os alemães foram incentivados a colonizar o Brasil, a região sul, na qual acreditavam que haveria melhor adequação das famílias devido às condições climáticas mais frias.

Houve uma regulamentação de aquisição de terras para garantir segurança aos novos moradores, por parte do governo de D. Pedro II (PETRY, 2000).

Enquanto que o Brasil se inspirava em outros países para extinguir a mão-de-obra escrava, na região do Vale do Itajaí a força de trabalho era vendida em troca de um salário, ou seja, a mão-de-obra vinda da Europa sempre foi livre (THEIS, I. M. 2000, p. 166). Os imigrantes europeus traziam consigo uma base sócio-cultural de raízes no trabalho disciplinado das corporações de ofícios (KOHLHEPP, G.; RENAUX, M. L., 2007, p. 162).

O processo de estruturação das colônias logo no início teve algumas dificuldades, quando em 1846 foi criada a Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil. O representante, o químico Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau aprovou a política pública de povoamento da nação com trabalhadores livres.

Em 1846, foi enviado ao Brasil o jovem Armam Bruno Otto Blumenau, como procurador da sociedade Protetora dos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil, com sede em Hamburgo. Blumenau permaneceu no Rio alguns meses, submeteu seu plano de colonização ao governo imperial, visitou colônias alemãs no Rio Grande do Sul e Desterro (Florianópolis) capital da Província de Santa Catarina. Em fins de 1847 associou-se a outro alemão, Ferdinand do Hackradt, a quem conheceu no Rio, e resolveu explorar pessoalmente a Região do Vale do Itajaí, para verificar a possibilidade de ali localizar o projeto de colonização que tinha em mira (SINGER, 1968, p. 94).

O Dr. Hermann Blumenau incentivou os imigrantes alemães a adquirir suas próprias terras, agora de forma regulamentada. Seu trabalho consistiu também em percorrer vários núcleos dos seus conterrâneos para levantar dados e diagnosticar as condições de vida que estavam vivendo. Fez diversos comparativos de aspectos positivos e negativos entre o Brasil com outros países alvos dos imigrantes europeus, como Chile, Estados Unidos, Austrália (PETRY, 2000. p. 44).

No espaço geográfico onde atualmente situa-se a cidade de Blumenau, há aproximadamente 65 quilômetros do litoral, havia a presença de índios Kaigangs, Xoklengs e Botocudos (THEIS; MATTEDI; TOMIO, 2000. p. 169); sendo que antes da fundação da Colônia, havia famílias localizadas na região de Belchior, nas margens do ribeirão Garcia e do rio Itajaí-Açu.

Na viagem exploratória no vale do Itajaí (1847), houve um deslumbre com o espaço para colonizar e foi com essa expectativa que os então sócios (Hermann e Ferdinand) compraram as terras como domínio particular. Ferdinand ficou preparando o lugar para receber os novos moradores, enquanto paulatinamente, o Dr. Blumenau foi atraí-los da Alemanha na intenção de formar uma colônia com atividades agrícolas e industriais.

Nessa busca por imigrantes para a colonização de Santa Catarina, o perfil ideal para emigrar era de pessoas que entendessem de um ofício, que fossem ou agricultores ou artífice, os quais teriam tanto a possibilidade de serventia na industrialização, quanto para o cultivo da sua própria subsistência (PETRY, 2000).

Em 2 de setembro de 1850 foi fundada a colônia Blumenau, tendo como seus primeiros imigrantes pessoas chegadas da Saxônia, norte da Alemanha. Segundo Singer, eram

[...] 17 imigrantes. Havia 11 homens adultos. Destes, apenas 3 eram lavradores, 1 era veterinário, 1 agrimensor e 6 eram artesãos: ferreiros, carpinteiros, funileiros, etc. Em 1852 havia na colônia 80 homens entre 20 e 60 anos de idade. Destes, pelo menos 17 eram artesãos. No entanto, todos trabalhavam na lavoura, dedicando-se a seus ofícios, eventualmente, como ocupação secundária. Este fato mostra que a divisão de trabalho era extremamente incipiente (SINGER, 1968, p. 98).

Diante disso, os primeiros dez anos da colônia foram baseados na produção para o auto-consumo, na qual os camponeses enviavam ao mercado o excedente da sua produção através dos “vendeiros<sup>13</sup>”. Os artesãos predominavam entre os imigrantes e tiveram que voltar ao seu antigo ofício para firmar a base econômica da colônia de Blumenau, através de algumas manufaturas artesanais produzindo produtos primários.

No entanto, o crescimento da colônia catarinense, idealizada pelo Dr. Blumenau, tornou-se lenta, devido à falta de recursos financeiros para atendimentos das demandas imediatas e conseqüentemente da diminuição de novos imigrantes. Fato este que levou o fundador H. Blumenau a devolver a colônia ao Governo Imperial.

Segundo Simão,

---

<sup>13</sup> Vendeiro – Comerciante que funcionava como um banco primário (acumulando as mercadorias e exportando-se para fora da colônia), numa relação monetária. (TOMIO, F. R. L. apud THEIS, I.M.2000).

[...] H. Blumenau dirigiu a petição à Corte para que o governo emancipasse a Colônia. Depois de várias investidas de H. Blumenau, as negociações se concretizaram em 13 de janeiro de 1860. Nesse ano, a Colônia deixou de ser um investimento particular, passando ao Governo Imperial a responsabilidade pelo projeto de colonização (SIMÃO, V. apud. THEISS, I. M. p. 16).

Portanto, a Colônia foi entregue ao governo imperial, chegando ao fim esse momento de decréscimo do local. Com o pagamento pelo território no valor de 35 contos de réis, descontados o valor dos empréstimos realizados, Dr. Blumenau ainda recebeu a proposta de ser vice-diretor vitalício da colônia, nomeado por D. Pedro II, como funcionário público.

Dr. Blumenau continuou seu projeto de povoamento da colônia e para tanto, passou um período na Alemanha como representante do governo imperial para assuntos imigratórios, o que ritmou um crescimento e expansão à colônia, com novos grupos de alemães ao vale do Itajaí.

Ainda nessa época, a economia era baseada no trabalho familiar voltada para a policultura de subsistência do açúcar, fumo farinha de mandioca e banha. O comércio de Blumenau era feito através da troca do excedente, na qual os vendedores “adquiriam artigos manufaturados para suprir a demanda da colônia, negociando a produção local em outros mercados” (PETRY, 2000. p. 52). Com o tempo, os vendedores adquiriram casas de comércio, os quais ganharam importância e transformaram em espaços para lazer, entretenimento, troca de idéias e decisões da comunidade.

Blumenau toma um novo rumo em sua economia, com a chegada de novos imigrantes alemães na maioria operários, técnicos e pequenos trabalhadores da indústria doméstica. Eles foram responsáveis pelo surgimento de indústrias familiares, as quais algumas se tornariam grandes empreendimentos, especialmente no ramo têxtil.

Em 1874, a população de Blumenau chegava em torno de 7.000 habitantes, sendo a maioria alemã, seguidos de italianos e poloneses, os quais se instalavam na periferia da colônia (THEIS, I. apud THEIS; MATTEDI; TOMIO, 2000. p. 170). O país ainda utilizava-se de mão de obra escrava à sua produção econômica e por isso, o fundador iniciou uma nova concepção de trabalho (PETRY, 2001. p. 101).

Anos mais tarde, a partir de 1880, mais alemães chegam ao país, eram 71% dos 16.000 habitantes, dentre eles encontramos já os tecelões responsáveis pelas primeiras fábricas familiares têxteis em Blumenau e região. Com isso, ocorre uma mudança no perfil profissional dos emigrantes, a qual foi predominada por artesãos e operários com experiências industriais e que possuíam reservas financeiras adquiridas na Europa através da agricultura (PETRY, 2000).

Com essa nova safra de imigrantes para Blumenau, houve o início do processo de industrialização na cidade. Singer aponta que “a industrialização blumenauense consagrou-se por meio de dois processos inter-relacionados, ou seja, a inserção crescente da economia local no mercado nacional e a divisão do trabalho entre cidade e campo” (SINGER, 1968. p. 114).

Um dos fatores marcantes para contribuir no processo de industrialização de Blumenau, foi a construção de estradas de ferro ligando o recém município ao *Alto Vale do Itajaí* e o litoral, sendo decisiva para impulsionar não somente o povoamento da região, mas impulsionar a expansão das atividades econômicas (THEIS; MATTEDI; TOMIO, 2000. p. 172). Paulatinamente, o surgimento da energia elétrica em 1909 foi outro determinante para impulsionar a estruturação de Blumenau como pólo industrial, permitindo que a produção aumentasse cada vez mais.

Nesse sentido, alguns fatores ficaram evidentes no que diz respeito ao amadurecimento da dimensão almejada, sendo o desenvolvimento da economia de subsistência, adensamento populacional, intensificação da divisão social do trabalho e o fortalecimento das relações de troca (FRONZA, 2006).

O processo de industrialização em Blumenau, desde o princípio foi baseado na expropriação da força de trabalho imigrante, especialmente nas atividades tradicionais da agricultura que geraram as indústrias alimentícias e nos ofícios ligados ao ramo têxtil, originando as instalações têxteis.

Os pólos de imigração e colonização alemã em Santa Catarina, sobretudo as colônias de Blumenau e Brusque que foram implantadas a partir da metade do século dezenove, converteram-se rapidamente nos espaços mais fortemente industrializados de Santa Catarina. Nesse contexto, ganhou posição de destaque o ramo têxtil, embora a produção industrial, localizada em cidades de pequeno e médio porte, se caracterizasse, quase toda, por uma considerável diversificação. Entre 1914 e 1918, a indústria têxtil tornou-se o ramo mais importante da região (MAMIGONIAN, 1965; KOHLHEPP, 1968, 1969 apud THEIS, I. M. 2000, p. 173).

O período da Primeira Guerra (1914 – 1918) foi outro fator positivo importante para o crescimento do setor têxtil, pois puderam utilizar toda sua capacidade produtiva durante o período, garantindo-lhes uma maior autonomia (TOMIO; 2000. p. 73). O que antes era importado da Alemanha, como a matéria-prima, equipamentos, fios e produtos semi-acabados, a partir de então, Blumenau conseguia por um fim na sujeição da dependência estrangeira. As indústrias têxteis em Blumenau e cidades circunvizinhas mostram a consolidação diversificada na região, transformando-a num dos pólos mais importantes do país nesta época, com inserção na economia regional e nacional.

Segue quadro histórico ilustrativo das principais indústrias têxteis de Blumenau e região.

Ano de fundação	Nome	Nome fantasia e fundador	Breve História
1880	Malhas Gebrüeder Hering	- Cia. Hering -irmãos <i>Hering</i>	Foi a primeira indústria têxtil na cidade de Blumenau. Fabricação familiar de camisetas.
1882	Roeder, Karsten & Hadlich	- Cia. Karsten - Johann Karsten	Sociedade entre um agricultor e um comerciante, na qual resultou uma tecelagem de panos de algodão
1884	Empresa industrial Garcia	- Garcia - Roeder e Grewsmuehl	Associação de Roeder com uma pequena tecelagem de propriedade de um outro imigrante alemão, Grewsmuehl. A <i>Garcia</i> mudou várias vezes de proprietários nas décadas seguintes.
1922	Altenburg	- Acolchoados Altenburg - Johanna Altenburg	Chefiada por uma mulher e que posteriormente teve o apoio do filho mais velho, o qual era conhecedor do mercado e com isso conseguiu expandir as fronteiras da fábrica para outros estados e toda região sul do país
1924	Haco	- Bordados e Cadarços Haco - Johanna e Henrich Conrad, e seu filho Carl Heinz Conrad	Imigrantes alemães. No início, a empresa produzia apenas cadarços de algodão em um rancho de madeira e em teares convencionais. Atualmente, a empresa fabrica etiquetas.
1926	Teka	- Tecelagem Kuehnrich	Fundador da empresa, imigrante alemão. Fez um empréstimo no valor de 600 contos de réis, no qual

		- Fritz Kuehnrich	adquiriu teares usados e matéria-prima para iniciar a produção.
1929	Mafisa	- Malharia Blumenau - Ralph Gross e Ulrich Steinbach	Netos do industrial e fundador da Hering, Hermann Hering.
1935	Cremer	- Gazes medicinais Cremer - W. Cremer, Alwin Schrader e Victor Hering.	Criada por um imigrante alemão chamado W. Cremer (representante comercial de uma fábrica alemã de gases medicinais) que se associou a Alwin Schrader (comerciante) e a Victor Hering (industrial) para formar o capital inicial da empresa.
1936	Artex	- Artex - Ricardo Peiter, Teófilo Zadrozny e O. Huber.	Surgiu por união do capital de Ricardo Peiter (comerciante de Brusque) com o de Teófilo Zadrozny (representantes de firmas comerciais) e o de O. Huber (mestre tecelão da Empresa Industrial Garcia)
1938	Linhas Círculo	- Indústria de Linhas Leopoldo Schmalz - Leopoldo Schmalz, Willy Schossland e Júlio Schramm.	Surgiu de uma sociedade entre Júlio Schramm (comerciante local), Willy Schossland (comerciante de São Francisco do Sul) e Leopoldo Schmalz (industrial em São Paulo), cunhado de ambos.
1945	Sul Fabril	- Sul Fabril - Paul Fritzche e Maurício da Graça.	Surgiu por iniciativa de dois empregados (Paul Fritzche e Maurício da Graça) da fábrica de camisas Rodolfo Kander, localizada em Blumenau, que se associaram para criar nova empresa de vestuário na região. Atualmente a empresa declarou falência e está em processo judicial pelas dívidas com trabalhadores.
1953	Malharia Majú Ltda	- Atual Marisol - Cecília Weege - Transformada em S.A. em 1955	Surgiu do capital da Chapéus Nelsa, como uma alternativa mais rentável de negócios da família Weege. Em 1965, encerrou os negócios originários.  Em 1995, a conhecida <i>Majú</i> entra em processo de falência e o grupo Marisol, de Jaraguá do Sul, assume a empresa, conseguindo manter sua marca até dias atuais
1957	Dudalina	- Dudalina	Fundação em Luiz Alves, SC. Dudalina é a junção

		- Sr. Duda e Sra. Adelina	dos dois nomes dos fundadores.
1968	Grupo Malwee	- Malwee Malhas Ltda. - Wander Weege	Tem cinco unidades situadas nas cidades de Jaraguá do Sul/SC (matriz), Pomerode/SC, Blumenau/SC, Camacan/BA, Pacajús/CE.
1985	Kyly Indústria Têxtil	- Salésio José Martins	Em 1985, Salésio comprou dois teares usados para completar a renda familiar. A pequena malharia começou na garagem da casa, em Blumenau. Em 1987, inauguraram o primeiro galpão, em Pomerode, também em Santa Catarina, e assumiram os ativos e passivos de uma pequena confecção da família. Hoje o grupo tem diversas marcas. A empresa tem 32 lojas próprias da marca Milon e mais de 1,500 funcionários.

Figura 1: Quadro sobre as indústrias têxteis em Blumenau. Elaborado pela autora a partir de pesquisas no livro da historiadora PETRY, S. 2000; no livro Nosso Passado (In)comum de THEIS; MATTEDI; TOMIO, 2000., e no artigo de JURGENFELD; SILVA, 2013.

A partir da consolidação das indústrias têxteis na região, os momentos políticos pelos quais passaram o município de Blumenau fizeram com que muitos dos empresários blumenauenses desejassem a vida pública e passassem a governar a cidade direta ou indiretamente, através de altos cargos, formando assim um bloco hegemônico.

Para Simão,

Os grandes movimentos políticos do bloco hegemônico aconteceram com o objetivo de alcançar a representação política e, conseqüentemente, representações de interesses no Estado. Para que esses interesses fossem atendidos, propunham, inclusive, a organização de um Estado totalitário, onde alemães e descendentes dariam a direção política (SIMÃO, V. apud. THEISS, I. M. p. 15).

Esses blocos hegemônicos, em forma de associativismo investiam recursos próprios em serviços públicos visando fortalecer suas atividades no mercado local e regional. Essas representações de interesses econômicos e político-cultural também buscavam conservar as tradições culturais e econômicas, já que o empresariado local era de origem alemã.

Com a nova constituição estadual promulgada em 1928, os superintendentes passaram a denominação de prefeitos, sendo Curt Hering o primeiro representante industrial a ser eleito governante de Blumenau. Durante sua gestão, “desenvolveu várias políticas que contribuíram para a ampliação do comércio: criou condições de instalação de telefonia, construiu rodovias e novas instalações para as repartições dos correios e telégrafos” (SIMÃO, V. apud THEIS, I. M. 2000. p. 37). Essas políticas atendiam aos interesses hegemônicos, especialmente à circulação das mercadorias.

Ainda nesse sentido, foram restabelecidos os contatos comerciais com a Europa no pós-Segunda Guerra (1939 a 1945), tendo como desafio aumentar a produção industrial. A política de governo brasileira abriu um espaço ainda maior à indústria têxtil, passando a estimular, uma exportação para a América Latina, Europa, África do sul e Oriente Médio, como forma de resolver a superprodução dos têxteis. Segundo a historiadora Petry,

[...] a política de proteção alfandegária desenvolvida pelo governo brasileiro, aliada à desvalorização da moeda alemã, favoreceu o projeto dos blumenauenses, que direcionaram os investimentos para a importação de maquinários e equipamentos alemães e ingleses (PETRY, 2000. p. 138).

Diante disso, Blumenau que até então havia se desenvolvido com recursos gerados pelo próprio território ou com baixo grau de integração com a economia nacional, mais voltados na produção alimentícia, notou-se uma industrialização do município com crescimento acelerado, desenvolvimento tecnológico, resultando numa economia financeira favorável.

Os contatos com a Alemanha foram fundamentais para a aquisição de matérias primas semi-elaboradas (fios de algodão, placas de ferro cromado, latão, soda cáustica etc.), máquinas e o fornecimento de técnicas e de novos conhecimentos industriais (know-how). Além disso, a Alemanha figura, ainda, como um dos maiores importadores de produtos blumenauenses (KRZIZANOWSKI, 1992, p. 16).

O processo de industrialização da região de Blumenau foi vinculado a um contexto maior e essa constituição não é autônoma. Muitas pessoas vieram para a cidade, atraídas pelas riquezas que a industrialização blumenauense apresentava. Os imigrantes vinham em busca de trabalho por ter a qualificação específica aos

padrões industriais, em busca de qualidade de vida e ainda para fugir da crise que assolou a Alemanha depois dos conflitos bélicos do pós-1945.

Com o crescimento da população urbana de Blumenau, outro público que aparece com destaque são os *operários-colonos*, os quais vinham trabalhar na cidade, na indústria têxtil, mas moravam no campo. Nos seus espaços de moradia, possuíam suas terras e ali tinham produções agrícolas e pecuárias para seu auto-consumo de subsistência, dado os baixos salários pagos pela indústria (THEIS, I. M. apud THEIS, MATTEDI; TOMIO, 2000). Todos foram absorvidos pelas indústrias têxteis, as quais a essa altura, já conquistavam o mercado nacional.

Até a década de 1940, a metade da população de Blumenau ainda se dedicava a agricultura, no entanto, em 1950 esse número caiu para um quinto da população ativa, enquanto os trabalhadores que passam a depender da indústria chegavam a representar 40% da população blumenauense (SINGER, 1968. p. 131).

Alguns fatos importantes ficam em evidência nas décadas de 40 e 50. Enquanto na década de 20 aconteceu a primeira greve, causando na época a expulsão do país por parte do governo de dois líderes grevistas alemães, os quais foram considerados “anarquistas”; em 1950, iniciara outro movimento grevista partindo dos próprios operários, em uma dimensão maior, com a paralisação das indústrias de fiação e tecelagem da cidade por um período de 25 dias. Após esse momento, apenas em 1989 juntamente com o movimento nacional, outra manifestação dos operários blumenauenses toma proporção chegando a uma paralisação média de 30 mil operários, por cerca de onze dias (PETRY, 2000; SIMÃO, 1996).

Ressalta-se que neste mesmo período, devido a greve na qual os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e, os surtos de doenças ocorridas na região, as indústrias iniciaram ações sociais e benesses aos trabalhadores; como a construção de casas em vila de operários (Artex e Garcia), ambulatórios para pronto atendimento, creches e ainda, a instalação do Serviço Social da Indústria – SESI e do Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI para atrair mão-de-obra jovem qualificada (FRONZA, 2006; PETRY, 2000).

As décadas seguintes, especialmente a que sucedeu o golpe de 1964, foram marcadas por uma decadência no ciclo econômico brasileiro, envolvendo medidas

econômicas recessivas que acentuou o desemprego, mas não uma crise que tenha colocado em risco a acumulação capitalista.

Nesta época, a indústria têxtil ficou marcada pela queda na produtividade e na competitividade, devido ao atraso tecnológico e os equipamentos antigos, tendo o governo militar que subsidiar crédito financeiro para modernizar seus equipamentos (BARRETO, 2000).

Em Blumenau esse acontecimento marcante (Golpe 64) não afetou o crescimento econômico da cidade, pelo contrário, o município estava vinculado ao protecionismo de produtos nacionais, fato que contribuiu com o processo de modernização da cidade.

As indústrias têxteis seguiram a década de 1970 continuando a crescer, seu índice chegou a 19,51% e o PIB de Santa Catarina cresceu uma média de 17,6%. Esse segmento saltou de 1,9% de empregos gerados em 1959 para 10,5% em 1980 (TOMIO, 1995). As indústrias se sustentaram no II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, mantendo a taxa de crescimento em altos níveis. Para tanto, o governo militar recorreu ao Fundo Monetário Internacional – FMI, como forma de manter os elevados níveis de investimento produtivos, favorecendo assim, o aumento da dívida externa (BARRETO, 2000).

Esse “milagre econômico” (1969-1973), marcado pelo forte crescimento na economia nacional, começou a dar sinais de esgotamento, colocando em risco o modelo de produção taylorista-fordista acatado nas indústrias têxteis de Blumenau, os quais mostram-se incapazes de conter as contradições do capitalismo. Para Petry,

Uma inversão no final de 1973 quebrou a euforia pelo progresso do Brasil. A conjuntura mundial abalou-se com o primeiro choque do petróleo, elevando brutalmente os preços do combustível, de cuja importação o Brasil dependia. O aumento das cotações do produto provocou uma explosão das taxas de juros internacionais, encerrando o “milagre brasileiro”, uma vez que o modelo de crescimento e modernização industrial financiado pela poupança externa estava esgotado (PETRY, 2000. p. 258).

Portanto, até 1973, houve o choque do petróleo e uma forte onda inflacionária e, a partir de 1973 um período deflacionário, necessitando de uma reorganização do trabalho (HARVEY, 1993).

Essa instabilidade financeira nacional na economia local ficou marcada em todo o país na década de 1980, expressando especialmente na demissão de mais de dois mil trabalhadores do ramo têxtil. Evidencia-se a queda das exportações por parte das indústrias por diversos fatores que influenciaram a credibilidade dos produtos nacionais.

Com a posse do presidente Fernando Collor de Mello em 1990 e a sua política neoliberal, suas medidas extremas transformaram o país, através do confisco de aplicações financeiras, órgãos públicos fechados, demissões, estatais colocadas à venda e mercado aberto às importações. Até essa década, o ritmo do desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva ainda era muito lento, comparado aos países centrais, mas foi se desenvolvendo intensamente no transcorrer desta década em questão (ANTUNES, 2004).

## **2.2 A reestruturação produtiva na região de Blumenau e os benefícios industriais**

No período de fortalecimento da política neoliberal, a indústria têxtil passou por uma retração econômica, mas por outro lado, o momento trouxe a influência da globalização com investimentos estrangeiros e facilidades de importação. Além disso, teve a concorrência internacional de países com salários baixos, a exemplo da China e da Índia (KOHLHEPP; RENAUX, 2000). Para os autores,

[...] A crise da indústria e a abertura do mercado brasileiro no início dos anos 90 foi o ponto de partida para a revalorização da conscientização e a percepção de uma identidade regional específica. Essa crise exigiu análise da situação regional e, como resposta aos desafios da globalização, uma reestruturação industrial – mas também uma estratégia especificamente regional para superar problemas e garantir o futuro industrial da região (KOHLHEPP; RENAUX, 2000, p. 164).

Estrategicamente, as exigências do mercado levaram ao aprimoramento da produção, bem como a necessidade das indústrias na criação de *clusters*<sup>14</sup>. A partir

---

<sup>14</sup> Clusters ou Cluster industrial - modelo alternativo de industrialização localizada, que são ambientes produtivos dinâmicos dotados de dezenas de empresas que se articulam, cooperam-se na busca da eficiência coletiva (FIGUEIRAS, G. D. 2002).

disso, foi necessária a migração de especialistas qualificados oriundos de metrópoles, sobretudo de São Paulo. Ressalta-se que, essa estratégia fez aumentar ainda mais a mão-de-obra na cidade de Blumenau, na busca de recolocação profissional, atrelado a qualidade de vida, ambiente social, segurança, etc.

As empresas blumenauenses priorizaram a qualidade e a racionalização através do corte de custos e, especialmente, eliminando postos de trabalho considerados supérfluos. Harvey descreve sobre as conseqüências da crise do sistema capitalista,

No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise – o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação. Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas conseqüências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. (...) Tudo o que precisará acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista, será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação (HARVEY, 2005. p. 46 - 47).

Portanto, o sistema capitalista precisou se reestruturar, para recuperar o seu processo de acumulação, mas desta forma investindo em estratégias à superacumulação. O autor esclarece ainda que as crises estruturais do sistema capitalista podem ser endêmicas, “produzidas” para seu próprio desenvolvimento (Ibidem).

Nesse sentido, o processo de reestruturação produtiva no país e também local, ficou evidente com a diminuição dos empregos formais, o fechamento de setores secundários, as demissões em massa, a queda da renda dos operários fabris e a necessidade de qualificação urgente dos trabalhadores têxteis de Blumenau.

Primeiramente por motivos de concorrência internacional foi importado moderno equipamento e máquinas, o que causou forte racionalização no mercado de trabalho. As estruturas empresariais foram então reduzidas, sobretudo fiações e tecelagens que tiveram que fechar. Devido à

concorrência com os produtos vindos de países asiáticos, que produzem 40 até 70% mais barato, muitos empregados foram demitidos e setores de produção terceirizados. Em meados dos anos 90 surgiram, pela primeira vez, grandes problemas na exportação devido à sobrevalorização do Real, um fato que se repete nos primeiros anos do séc. XXI (KOHLHEPP; RENAUX, 2000, p. 169).

Os efeitos da globalização são gravíssimos para a indústria têxtil. Entre os anos de 1990 e 1999, pesquisadores indicam que esse setor, nacionalmente, perdeu mais que 295.000 trabalhadores, ou seja, 54% dos empregos totais (KOHLHEPP; RENAUX, 2001. p. 169). Já em Santa Catarina, entre 1996 e 1998, houve cerca de 5 mil demissões<sup>15</sup>.

Além disso, outro fator marcante do processo de reestruturação produtiva foi a efetividade da política neoliberal no país, fato marcante no governo Fernando Henrique, no qual incentivou a privatização dos direitos sociais, a flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista. Segundo Chauí,

[...] Dois momentos, intercalam-se os governos de Fernando Henrique Cardoso, que tornaram esse modelo hegemônico ao realizar a chamada reforma e modernização do Estado, isto é, a adoção do neoliberalismo como princípio definidor da ação estatal (privatização dos direitos sociais, convertidos em serviços vendidos e comprados no mercado, privatização das empresas públicas, direcionamento do fundo público para o capital financeiro, etc.) [...] Por sua vez, a ideologia neoliberal afirma que o espaço público deve ser encolhido ao mínimo enquanto o espaço privado dos interesses de mercado deve ser alargado, pois considera o mercado portador de racionalidade para o funcionamento da sociedade. Ela se consolidou no Brasil com o discurso da modernização, no qual modernidade significava apenas três coisas: enxugar o Estado (entenda-se: redução dos gastos públicos com os direitos sociais), importar tecnologias de ponta e gerir os interesses da finança nacional e internacional (CHAUÍ, 2013. p. 127).

Assim como em todo o Brasil, as conseqüências foram visíveis em Blumenau. As características do *toyotismo* ficam evidentes na reestruturação produtiva em toda a região; a renovação da acumulação adicional apenas produzida na quantidade negociada, a racionalização, a difusão da prática da terceirização, a flexibilização de produção (tanto no trabalho como com os trabalhadores), gestão participativa, são

---

<sup>15</sup> Revista Economia & Tecnologia - Ano 07, Vol. 25 - Abril/Junho de 2011. [www.economiaetecnologia.ufpr.br/.../Economia\\_&\\_Tecnologia\\_Ano\\_07\\_Vol\\_025.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/.../Economia_&_Tecnologia_Ano_07_Vol_025.pdf) acesso em 12/04/2017.

elementos integrantes e indispensáveis desse novo modelo produtivo. Como consequência, surge um novo perfil de trabalhador; polivalente, mais qualificado, criativo, autônomo com capacidade decisória, e especialmente, que segue os ideais de produtividade das indústrias, deixando-as mais enxutas.

Marini, em sua obra *dialética da dependência*, sinaliza sobre o modo de produção fundado na superexploração do trabalhador, sendo “a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para refazer sua força de trabalho” (MARINI, R. 1976, p. 28). Assim, a reestruturação produtiva trouxe em seu contexto modificações pautadas na lógica capitalista de acumulação de capital e o regime de acumulação flexível, nos modelos de exploração da força de trabalho, propiciando a precariedade dos ofícios no mercado de trabalho. Suas consequências expressaram os traços históricos notáveis da questão social.

Este cenário foi gerado por uma construção de desigualdade social subsidiada pelo capitalismo e com contribuição fundamental do Estado, na qual as classes dominantes estão asseguradas pela Intervenção Política do Estado que fornece condições que favorecem o alto nível de exploração da força de trabalho (SANTOS, 2008).

Destaca-se essa experiência refletida nos Estados brasileiros mais vulneráveis, como os do Nordeste, os quais adotam políticas para atrair investidores e gerar empregos, através de incentivos fiscais, com baixos salários. A partir dos anos 90, por exemplo, houve um processo importante de redistribuição espacial das indústrias têxteis para o nordeste brasileiro, fazendo-o virar a terceira região de maior concentração desse segmento do país (RAULINO, 2008).

Baseado no apresentado, reflete-se que concretamente o capitalismo influencia, recria, recobre e especialmente revoluciona todas as formas de organização social do trabalho, da produção e da vida. Os princípios da produtividade, lucratividade e consumismo passam a influenciar as pessoas, as sociedades e nações, criando um *modus vivendi* entre a burguesia e o proletariado.

Atrelado a isto, as configurações do *Welfare State* nos países de capitalismo avançado fazem questionar se no Brasil, com outra realidade política e econômica, tivemos um Estado de Bem-Estar social efetivo que financiasse todas as políticas

sociais necessárias para a proteção e reprodução da força de trabalho. Silva acredita que o Brasil se trata de,

[...] país de capitalismo tardio e periférico que, nos moldes econômicos, desenvolveu-se num sistema produtivo, estimulador da concentração de renda e socialmente excludente e, politicamente marcado pelo autoritarismo e por uma sociedade civil heterogênea na sua composição e débil na sua organização (SILVA e SILVA, 1997, p.01, apud. SILVA, 2011, p. 29).

Ressalta-se que mesmo nos períodos de redemocratização do Brasil, não se teve políticas sociais de caráter universal. As políticas sociais brasileiras sempre estiveram desprezadas, com restrição de cobertura e em segundo plano, num padrão mínimo de renda, alimentação, saúde, habitação e instrução, o qual deveriam ser asseguradas pelo Estado, como um direito a todos, e não para alguns como medida beneficente (SILVA, 2011, p. 31).

Historicamente as indústrias se apropriaram dessa inexistência de cuidados aos trabalhadores por parte do Estado e começaram a oferecer políticas sociais para manter a constância dos seus operários, lhes oferecendo os mínimos sociais<sup>16</sup> necessários. E é nesse processo de exploração e na esfera da subjetividade, que se reflete nas técnicas de gestão e planejamento incrementadas como estratégias de criar rotinas e disciplinas inconsciente aos trabalhadores, as quais também acabam se estendendo à família e a vida social.

Nessa lógica, como incremento e estratégia do capital, surgem os benefícios sociais disponibilizados pela indústria, sendo benfeitorias dentro das empresas que, além do salário, contribuem para o bem-estar do trabalhador. Os benefícios industriais oferecidos aos trabalhadores eram e ainda são, o grande suporte dessa classe, por se tratarem de necessidades básicas do ser humano.

Pode-se afirmar que os benefícios sociais industriais são certas regalias e vantagens concedidas pelas organizações, adicional aos salários, à totalidade ou a parte de seus trabalhadores. Constituem geralmente um pacote de benefícios e serviços parte integrante da remuneração e servem para livrar os funcionários de

---

<sup>16</sup> Segundo Pereira, os Mínimos Sociais resumem-se, geralmente, em recursos mínimos de sobrevivência destinados às pessoas incapazes de prover sua subsistência através do trabalho. Esses recursos são identificados como forma de renda, benefícios setoriais (nas áreas de saúde, educação, habitação etc) ou categoriais (Idosos, Pessoas com Deficiências, Criança e Adolescente, etc) (PEREIRA, 2013. p. 16).

uma série de transtornos (CHIAVENATO, 1999, p.271), como por exemplos a falta de efetividade por parte do Estado.

No caso de Blumenau, esses benefícios foram sendo incorporados com o passar dos anos nas indústrias têxteis. A influência da cultura européia, da empresa familiar, somatizando com a tendência da *Era da Competência*<sup>17</sup> foram determinantes para introduzir um novo modelo de gestão empresarial.

Vianna escreve sobre estas novas tendências como sendo um determinante de adequação às indústrias em relação aos seus trabalhadores,

A mais importante mudança será a que se refere à dimensão Tempo de Responsabilidade. Hoje, na grande maioria das empresas brasileiras predomina o conceito de que a empresa passa a ser responsável por seu funcionário a partir do momento em que o relógio de ponto é acionado. Esta é uma grave distorção. Quem está passando na borboleta de entrada é um Ser Humano, carregado de pulsações e emoções, que não é capaz de fazer o interruptor do cérebro passar da conexão “sou um chefe de família” para a conexão “sou um chefe de seção”. Esta mentalidade data do início do século, quando as relações Capital-Trabalho se estabeleciam, no âmbito jurídico através de Diretos e Obrigações. A desconfiança mútua era, então, a base da negociação e os chefes e capitães de indústria tinham caráter indiscutivelmente disciplinador. No próximo século, o Ser Humano será, cada vez mais, um composto equilibrado de emoção e razão. Seus 8 núcleos de Resultados – Espiritual, Amoroso, Familiar, Sexual, Material, Social, Profissional, e Saúde – deverão estar balanceados de forma harmônica. Neste novo século, a produtividade será obtida através da harmonia e da plenitude dos Seres Humanos que pertencem a uma organização, no extremo oposto da correlação entre resultado e disciplina – Grifos nossos (VIANNA, 1993. p. 136).

Observa-se que a indústria continua sendo um indutor à produção da mais valia e dos lucros capitalistas, entretanto, aos poucos vai camuflando seu caráter disciplinador para uma organização harmônica aos trabalhadores, inclusive que garanta inconscientemente uma fidelização de empregados.

Temáticas como, responsabilidade social, saúde do trabalhador com atendimento ambulatorial, planos de saúde empresariais, plano de cargos e salários, segurança, lazer, sustentabilidade, cultura, educação/qualificação/capacitação, programas de qualidade de vida, foram sendo absorvidas pelas empresas brasileiras e tendencialmente na gestão de benefícios das grandes indústrias têxteis de toda a

---

<sup>17</sup> Termo utilizado pelo autor para designar as empresas que “são agentes da modernidade, propondo padrões internacionais, competitividade, vanguarda e desenvolvimento tecnológico e pessoal”. São estratégicas empresariais e do Ser humano que buscam o desenvolvimento pessoal, a orientação para o trabalho e a valorização do estudo (VIANNA, 1993. p. 14 e 15).

região de Blumenau. Mas também assuntos como terceirização, flexibilização e desqualificação do trabalho também vão sendo incorporados na rotina fabril.

Nas tabelas a seguir, para exemplificar a análise deste estudo, apresenta-se a coleta de dados dos instrumentais utilizados na pesquisa de campo, de algumas indústrias têxteis consideradas de grande porte<sup>18</sup>, em relação aos benefícios oferecidos aos trabalhadores. São elas: Malwee Malhas Ltda., Kyly, Dudalina; Cia Hering Ltda., nessa ordem.

No caso da empresa Malwee, o método para coleta das informações foi pesquisa nas revistas (Anexo A) de distribuição internas aos trabalhadores. As revistas analisadas não tem uma conformidade na quantidade anual de edições e utilizou-se todos os exemplares distribuídos, compreendendo o período de 2011 a 2014, totalizando 14 revistas. O objetivo das revistas de distribuição interna na empresa Malwee Malhas Ltda. é apenas para divulgar benefícios sociais internos oferecidos aos trabalhadores, veicular informações como ações dos projetos de voluntariados, responsabilidade social corporativa Malwee e, sobre metas da própria empresa, como vendas, lojas varejo, etc.

A indústria de representatividade das revistas é considerada de grande porte, com matriz em Jaraguá do Sul (SC) e até 2016, filiais nas cidades de Blumenau (SC), Pomerode (SC), Camacan (BA) e Pacajús (CE), totalizando aproximadamente 5.000 trabalhadores nas mais variadas funções. No ano de 2016, a empresa Malwee Malhas fecha uma de suas unidades na cidade de Blumenau (SC) – foto 1 Anexo B – com a demissão de cerca de 300 trabalhadores e outra unidade na cidade de Camacan (BA) – Foto 2 Anexo B – com a demissão de cerca de 900 trabalhadores. A empresa é familiar e atualmente seu gestor presidente trata-se da segunda geração desde sua fundação. Destaca-se que os serviços sociais desta empresa não são terceirizados. A tabela 1 apresenta os benefícios oferecidos na empresa, conforme divulgado/levantado nas revistas.

---

<sup>18</sup> Segundo se observa no site do IBGE, as indústrias consideradas de grande porte são aquelas que possuem mais de 500 empregados. No entanto, não existe fundamentação legal sobre a classificação por quantidade de empregados. Para a Lei nº 11.638/2007, indústrias consideradas de grande porte são aquelas que têm faturamento ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)) consultado em 15/06/2017.

Tabela 1

## Benefícios sociais oferecidos na Malwee

- ▣ Ambulatório com equipe interdisciplinar
- ▣ Cursos sobre segurança no trabalho, CIPA, etc.
- ▣ Atividades de lazer
- ▣ Atividades de Responsabilidade Social/Sustentabilidade
- ▣ Entrega de brindes aos trabalhadores em datas comemorativas
- ▣ Cursos de qualificação e treinamento
- ▣ Atividades culturais
- ▣ Refeitório na empresa
- ▣ Grupo de voluntariado
- ▣ Programa de incentivo aos estudos
- ▣ Premiação por tempo de serviço
- ▣ PPR - Programa de Participação nos Resultados
- ▣ Programa de cargos e salários
- ▣ Transporte próprio para os funcionários
- ▣ Curso de gestantes
- ▣ Plano de saúde
- ▣ Projeto de voluntariado
- ▣ Grupos de racionalização

Fonte: Revistas internas de distribuição Malwee; organização das informações elaboradas pela autora.

A seguir, a indústria têxtil Kyly trata-se de uma empresa familiar e tem sua matriz localizada na cidade de Pomerode (SC), totalizando uma média de 1.500 trabalhadores. Para coletar os dados, utilizou-se questionário com perguntas fechadas e abertas, as quais foram respondidas pelo setor de RH da indústria. Os serviços sociais da empresa Kyly não são terceirizados e atualmente sua gestão é realizada pela segunda geração desde sua fundação. A tabela 2 apresenta quais as benesses desta indústria aos trabalhadores.

Tabela 2

## Benefícios sociais oferecidos na Kyly

- Ambulatório com equipe médica
- Equipe interdisciplinar - Assistente Social, psicóloga, enfermagem, etc.
- Programa de incentivo para os estudos, com bolsas parciais ou integral.
- Programa de qualificação interna dos trabalhadores.
- Programa de responsabilidade social e/ou sustentabilidade
- Planos de Cargos e salários
- Refeitório na empresa
- Atividades culturais e de lazer
- Transporte próprio para os trabalhadores
- Sesi Escola (inCompany)
- Grupo de Gestantes
- Plano de saúde
- PPR - Programa de Participação dos Resultados

Fonte: Dados obtidos através de questionário respondido pelo RH da empresa Kyly, organizados pela autora.

A terceira indústria têxtil apresentada, a Dudalida, trata-se de uma empresa familiar, que foi vendida para fundos americanos, mas atualmente continua sendo presidida pela segunda geração da família, desde sua fundação. Tem sua matriz na cidade de Blumenau (SC); e cinco filiais: Blumenau (SC), Luiz Alves (SC), Benedito Novo (SC), Presidente Getúlio (SC) e Terra Boa (PR), além de uma média de 93 lojas distribuídas no Brasil, incluindo dois escritórios de Show Room em São Paulo (SC) e Milão (Itália), o que totaliza mais de 2.600 trabalhadores. Os serviços sociais oferecidos na empresa não são terceirizados e foram levantados através das informações disponíveis no site da empresa. A tabela 3 ilustra os benefícios oferecidos na empresa Dudalina.

Tabela 3

Benefícios sociais oferecidos na Dudalina	
Programa de Qualidade de Vida	Comemoração em datas especiais
Programa de Desenvolvimento de Lideranças	Ginástica laboral
Programa de Incentivo à formação	Curso de gestantes
Programa de inclusão	Programa Trainee
Sala de leitura para os trabalhadores	Programas de responsabilidade socioambiental
PPR - Programa de Participação nos Resultados	Ambulatório com equipe médica
Equipe interdisciplinar	Segurança no trabalho
Projeto de voluntariado	

Fonte: Dados obtidos no site: <http://sa.dudalina.com.br/> consultado em 07/03/2017, organizados pela autora.

A quarta e última indústria têxtil, a Cia. Hering, é a mais antiga da região. Foi uma empresa familiar e atualmente a terceira geração desde os fundadores ainda estão no gerenciamento, no entanto, aproximadamente desde 2005, tem sido administrada por uma equipe de investidores estrangeiros. A matriz fica localizada no bairro Bom Retiro na cidade de Blumenau (SC), tendo mais duas filiais na mesma cidade, nos bairros Velha (unidade Omino) e Bom Retiro, mais uma filial na cidade de Indaial (SC). Além de Santa Catarina, a Cia. Hering tem ainda mais cinco filiais no Estado de Goiás e mais uma filial no Estado do Rio Grande do Norte, totalizando atualmente uma média de 7.000 trabalhadores. Ressalta-se que no caso da Cia. Hering, a empresa ainda possuía duas unidades fabris, uma na cidade de Rodeio

(SC) – Foto 3 Anexo B – e outra na cidade de Ibirama (SC) – Foto 4 Anexo B –, as quais terminaram mais de 400 trabalhadores<sup>19</sup>. Para coletar os dados a seguir, utilizou-se questionário com perguntas fechadas e abertas, as quais foram respondidas pelos setores de Ambulatório da indústria, bairro Bom Retiro e bairro Velha (unidade Omino). Os serviços sociais da empresa Hering não são em sua totalidade terceirizados, apenas alguns. A tabela 4 apresenta quais as benesses desta indústria aos trabalhadores.

Tabela 4

<b>Benefícios sociais oferecidos na Cia Hering</b>
■ Ambulatório com equipe médica
■ Equipe interdisciplinar
■ Programa de Incentivo à formação
■ Ginástica laboral
■ Programa de qualificação interna dos trabalhadores
■ Controle de qualidade dos produtos
■ Grupos de ergonomia
■ Plano de cargos e salários
■ Refeitório na empresa
■ Programas de responsabilidade socioambiental
■ PPR - Programa de Participação nos Resultados
■ Atividades culturais e de lazer
■ Empréstimos consignados com bancos parceiros
■ Segurança no trabalho/brigada de incêndio
■ Projeto de voluntariado
■ Curso de gestantes

Fonte: Dados obtidos através de questionário respondido pelo Ambulatório da empresa Cia Hering, organizados pela autora.

<sup>19</sup> <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/09/cia-hering-vai-desativar-fabrica-de-rodeio-a-partir-de-outubro-4840740.html> consultado em 29/03/2017.

No estudo sobre as transformações no mundo do trabalho e as facetas do processo de reestruturação produtiva na região de Blumenau, algumas considerações merecem destaque.

Como se percebe nas tabelas 1, 2, 3 e 4, os benefícios sociais disponíveis aos trabalhadores pelas indústrias têxteis, os quais inclusive são oferecidos pela maioria das empresas de grande porte da região de Blumenau, assumem um papel importante na sociedade. Especialmente porque são políticas que deveriam e poderiam ser oferecidas com excelência pelo Estado e Poder Público local. Tomar para si políticas centrais e extremamente importantes à vida das pessoas faz com que inconscientemente haja um conformismo por parte dos trabalhadores, o que alguns autores indicam ser um projeto de dominação societal por parte do capital.

Segundo Antunes,

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural (ANTUNES, 2009. p. 49 e 50).

Sabe-se que o principal motivo que mantém os trabalhadores e sua subalternidade é a necessidade de renda. No entanto essa subalternidade também pode ser dar pela forma que o empregador acolhe seus empregados na gestão da sociabilidade, e ainda, pelo modelo de produção que a indústria oferece.

Na lenta transformação local do modelo de produção fordista para o modelo *toyotista* flexível, a automatização faz com que o trabalhador seja descartável e por isso incentiva à necessidade de constantes qualificações para ser um multiprofissional, condição primordial para manutenção do trabalho.

Nessa realidade social, está a apologia ao individualismo contra as formas de atuação coletivas e social, que induz o trabalhador a um novo modo de organização industrial e de relacionamento; de trabalhador mais participativo (ANTUNES, 2009).

Paulatinamente, na adequação desse novo modelo flexível, essa mudança de gestão, tem o intuito de gerir o impacto na vida dos trabalhadores, garantindo

também uma fidelização por parte deles, através do oferecimento destas políticas sociais. Especialmente, porque fazem o trabalhador não se sentir um empregado, mas sim, um parceiro, um colaborador.

Nesse modelo de produção, sem perceberem, os trabalhadores se dedicam mais ao trabalho e concomitantemente, o sentimento de ser útil, de crescimento profissional atrelado a imensa gama de benefícios oferecidos pela empresa, faz com que o trabalhador busque por esse ofício e se sinta, de certa forma, “seguro”.

Do mesmo modo, o “tornar-se” qualificado, participativo, multifuncional e polivalente são maneiras de instigar o trabalhador a melhorar sua produtividade através da sua força intelectual, cognitivo e física, havendo uma intensificação subjetiva de trabalho para si, igualmente uma exploração, no entanto, agora maquiadas por essa forma de gestão.

Nesse disciplinamento, exacerbado pelo grande *exército de mão de obra excedente*<sup>20</sup> estratégico do capitalismo, a classe trabalhadora é envolta de uma passividade ou impassividade bem escondida. Quando o trabalhador percebe que não há força de trabalho ociosa, que “ele” controla o mercado, acaba se colocando num nível de negociação mais exigente, entretanto, quando percebe que há ociosidade por trabalho, acaba se sujeitando as exigências do capital, sendo isso um fator contraditório da luta de classes.

Para Mézaros,

[...] a “totalidade do trabalho” jamais poderá ser considerada uma entidade homogênea enquanto o sistema do capital sobreviver. Há, necessariamente, inúmeras contradições encontradas sob as condições históricas dadas entre as parcelas do trabalho, que se opõem e lutam umas com as outras, que concorrem umas com as outras, e não simplesmente parcelas particulares do capital em confronto. Essa é uma das tragédias da nossa atual situação de apuro. E não basta desejarmos que ela não exista. Pois, como Marx há muito tempo explicitou: a concorrência parta os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mais ainda mais os trabalhadores, a despeito do fato de que ela os une (MÉSZAROS, 2007. p. 66).

Ou seja, o sistema capitalista consegue disciplinar inconscientemente a classe trabalhadora, pois a concorrência por trabalho e o receio pelo desemprego fazem com que a organização coletiva dos trabalhadores fique fragilizada e, desta

---

<sup>20</sup> Sobre a importância de ter um excedente de mão de obra, ver em Marx, K. “O Capital” e em Harvey, D. “A produção capitalista de espaço”.

forma, incentiva um isolamento do trabalhador que não detêm o controle individualmente (Ibid., p. 66).

Simultaneamente a essa hipótese, as mudanças tecnológicas da reestruturação produtiva, novos padrões organizacionais vão sendo incorporados nas indústrias. Todas essas inovações gerenciais visam um incremento na produtividade do trabalho e especialmente, na busca da adesão do trabalhador à ideologia empresarial.

Embora, percebe-se que nas tabelas 2 e 3, não foram mencionados pelas empresas em questão os grupos de qualidade, racionalização, etc, na tabela 1 aparece mencionado na revista de veiculação interna de uma das indústrias sobre o grupo de racionalização. Ressalta-se que os programas de Qualidade Total, racionalização e os sistemas *Just in Time*<sup>21</sup> também são parte da rotina atual dos trabalhadores das indústrias têxteis, fazendo-os eliminar o tempo ocioso, os desperdícios e contribuir com a lucratividade da empresa, na assimilação de práticas e discursos de competitividade, eficácia e qualidade que atendam o mercado consumidor (ANTUNES, 2009. p. 130).

Os benefícios sociais das indústrias aparecem então, como uma forma de cobrança aos trabalhadores para atingir as metas da empresa, visando o retorno do objetivo alcançado (recompensa). Para isso os gestores criam alguns benefícios esporádicos como forma de bonificação (SILVA; FIGUEIREDO, 2016).

Diante de todas essas considerações, acredita-se que o processo de reestruturação produtiva, se manifesta de diversas formas e pode variar de acordo com o posicionamento da indústria, a fase política ou econômica. Não deixa de ser uma estratégia de acumulação da lógica capitalista.

Baseado nisso, outra questão que se pode levantar é que as ações e pensamentos dos industriais do século XX da Europa que foram trazidas anos depois para o Brasil, por exemplo, eram diferentes das atitudes de um industrial norte-americano, tanto que a introdução de um modo de produção mais moderno como o americano *fordista*, gerava resistências. Para exemplificar isso, Gramsci explica que,

---

<sup>21</sup> *Just in time* - Sistema que visa eliminar desperdícios, com produtos produzidos no tempo necessário e com a quantidade necessária para atender o mercado (ANTUNES, 2010).

As diversas tentativas para introduzir na Europa alguns aspectos do americanismo e do fordismo devem-se ao velho grupo plutocrático, que pretendia conciliar o que, até prova em contrário, parece inconciliável: a velha e anacrônica estrutura social demográfica europeia com uma forma moderníssima de produção mais aperfeiçoada, a indústria de Henry Ford. Por isso a introdução do fordismo encontra tantas resistências “intelectuais” e “morais” e realiza-se de modo particularmente brutal e insidioso, através da mais extremada coerção (GRAMSCI, 1980, p. 377).

Nesse sentido, devido a Europa apresentar um pensamento social democrata, acredita-se que por isso, tiveram uma concepção de empresas familiares. Mesmo com a inserção do novo modelo de produção fordista e agora mesclando o toyotista, algumas características culturais europeias foram preservadas, e talvez por isso esses moldes foram conservados nas indústrias têxteis do sul do Brasil, com imigração predominantemente europeia.

Como vimos nas tabelas 1, 2, 3 e 4, todas as empresas apresentadas eram familiares e começaram a oferecer benefícios sociais desde a gestão da primeira geração da família, evidenciando conforme a história blumenauense que as características europeias foram introduzidas na formação das indústrias têxteis, mesmo agora no modelo flexível.

Nessa hipótese levantada, a concepção de uma indústria familiar fazia com que os grandes empresários também planejassem suas políticas “pensando” na família e conseqüentemente, fazendo com que o trabalhador não se sentisse um empregado, mais sim, um colaborador. Especialmente, oferecendo políticas sociais em um momento que o Estado Brasileiro encontrava-se fraco e não as oferecia.

Outra questão importante de ser mencionada é que as indústrias têxteis da região de Blumenau após os anos de 1970, passaram a contratar executivos para conduzir diversas áreas administrativas, no entanto, as famílias continuaram conduzindo o processo principal como é fato em duas empresas das quatro citadas. Essa tecnoestrutura, ficou evidente nos cargos especializados, com conhecimentos específicos que contribuiriam nos negócios da família (GALBRAITH, 1983).

No entanto, nessa hipótese ainda, levanta-se a suposição que os benefícios industriais possam ser suprimidos conforme vão surgindo as novas gestões, tendo em vista que há uma necessidade do capital em realizar uma desfamiliarização dessa gestão de cooperação do século XX, na qual não é indicada uma

administração familiar, tendo como exemplo as indústrias representadas pelas tabelas 3 e 4.

Essa desfamiliarização consiste em se distanciar daquilo que para a empresa é natural, familiar, tomando consciência dos sistemas ao qual faz parte e conseguindo assim, se posicionar diferente do senso comum (BURKE, 2013), é uma tendência das empresas nesse processo de globalização, especialmente para que haja uma significativa redução de custos.

Nesse sentido ainda, o fim do humanismo envolve o externo e o interno na cultura do trabalho, promovendo o rompimento do valor de uso nas relações cotidianas (GORZ, 2003).

Há, portanto, uma mudança no sentido do trabalho entre os antigos<sup>22</sup> trabalhadores, para os atuais, na qual o trabalho deixa de ser uma realização humana para ser uma relação de consumo. Os “novos”<sup>23</sup> trabalhadores precisam ter vantagens que os prendam e especialmente que possibilitem o consumismo. São inclusive, conduzidos pelo Estado neoliberal, o qual tem mudado a expectativa de vida e tem desencadeado especialmente na destruição dos direitos trabalhistas. Este aspecto juntamente com os recursos de aceleração de produção (tecnologia e divisão do trabalho) destrói todo atrativo para o trabalhador, deixando-o completamente desmotivado e contribuindo para a sua miserabilidade e coisificação.

Outro fator importante de análise é que muitas empresas investem em benefícios sociais para oferecer vantagens e facilidades para os seus trabalhadores com intuito de criar estratégias que auxiliam o clima organizacional e refletem direta e indiretamente em uma série de situações vivenciadas nas organizações como, por exemplo, o *turnover*<sup>24</sup> (SILVA; FIGUEIREDO, 2016) e o *absenteísmo*.

Sabe-se que tanto a rotatividade, quanto o absenteísmo, são geradores de gastos elevados para as indústrias, em relação às custas trabalhistas, custas para tratamento de saúde, especialmente quando são ocasionados/originados pelo trabalho na indústria e ainda, na perda do dia de produtividade.

---

<sup>22</sup> Também conhecidos nas indústrias como geração X. Uma expressão que se refere à geração nascida após o baby boom pós-Segunda Guerra Mundial até o ano de 1980.

<sup>23</sup> Também conhecidos nas indústrias como geração Y. É a geração das pessoas que nasceram entre os anos 80 e início dos 90 (Millennials, Geração Milênio, Geração da Internet).

<sup>24</sup> Turnover – Rotatividade. O termo rotatividade em recursos humanos é usado para definir a flutuação de pessoal entre uma organização e seu ambiente; em outras palavras, o intercâmbio de pessoas entre a organização e o ambiente é definido pelo volume de pessoas que ingressam e que saem da organização (CHIAVENATO, 1998, p. 176).

Assim, a indústria investe em benefícios sociais dentro do ambiente de trabalho, contribuindo para os trabalhadores não precisarem se deslocar e procurar esses serviços em outros espaços, e assim prejudicar o andamento da produção.

Um exemplo bem marcante são os convênios das indústrias com bancos, os quais disponibilizam agências bancárias dentro do espaço do trabalho, contribuindo para que o trabalhador não precise se deslocar e inclusive incentivando-o a utilizar os serviços consignados com a empresa.

Por outro lado, reflete-se também que essa estratégia além de ser uma forma de manter o funcionário subalterno as políticas empresariais, caso não ofereçam os benefícios, pois os trabalhadores acabam se endividando nos serviços bancários.

As empresas oferecem serviços sociais como estratégia de *marketing* e especialmente para alienar o trabalhador, mas por outro lado, o Estado neoliberal taticamente não provém direitos sociais e a indústria estrategicamente contribui para o bem estar social, em troca de isenção de impostos e outros incentivos fiscais por parte do governo.

### **2.3 Os benefícios sociais das indústrias e os trabalhadores: uma questão de opinião**

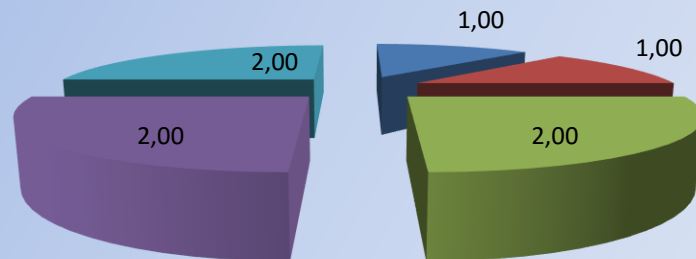
Embora haja vários estudos a respeito da temática em questão, o pensar e agir dos trabalhadores são variáveis ao que está posto.

Nas entrevistas realizadas com 8 trabalhadores do setor de produção de duas indústrias de grande porte da região de Blumenau, apresenta-se algumas opiniões acerca dos benefícios sociais oferecidos nos locais de trabalho.

Na primeira pergunta, representada pelo gráfico 1, foi questionado aos trabalhadores quais foram os motivos que os levaram a trabalhar na indústria têxtil:

## Gráfico 1

- Próximo de casa
- Já tinha experiência no setor têxtil, estava desempregada
- Empresa grande que poderia dar oportunidades de crescimento profissional
- Era o setor mais forte na época que contratava sem qualificação
- Empresa conhecida e que possui bons benefícios



Posteriormente, complementou-se a pergunta solicitando que os respondentes relatassem quais os benefícios que suas respectivas empresas oferecem, representada pela tabela 5.

Tabela 5

## Tabela 5 - Benefícios sociais segundo o relato dos trabalhadores

- Ambulatório com equipe médica
- Equipe interdisciplinar
- Programa de Incentivo à formação
- Ginástica laboral
- Programa de qualificação interna dos trabalhadores
- Controle de qualidade dos produtos
- Grupos de ergonomia
- Plano de cargos e salários
- Refeitório na empresa
- Programas de responsabilidade socioambiental
- PPR - Programa de Participação nos Resultados
- Atividades culturais e de lazer
- Empréstimos consignados com bancos parceiros
- Segurança no trabalho/brigada de incêndio
- Projeto de voluntariado
- Curso de gestantes
- Terapias alternativas
- Associação recreativa

Tabela 5 construída pela autora, a partir das falas dos 8 trabalhadores entrevistados.

Dois fatores se destacam entre os motivos que levaram os oito trabalhadores entrevistados a iniciarem seus ofícios na indústria têxtil; um deles é o fato do setor têxtil ser forte na região e contratar sem qualificação e o outro é por serem empresas conhecidas nacionalmente e ainda, oferecerem bons benefícios.

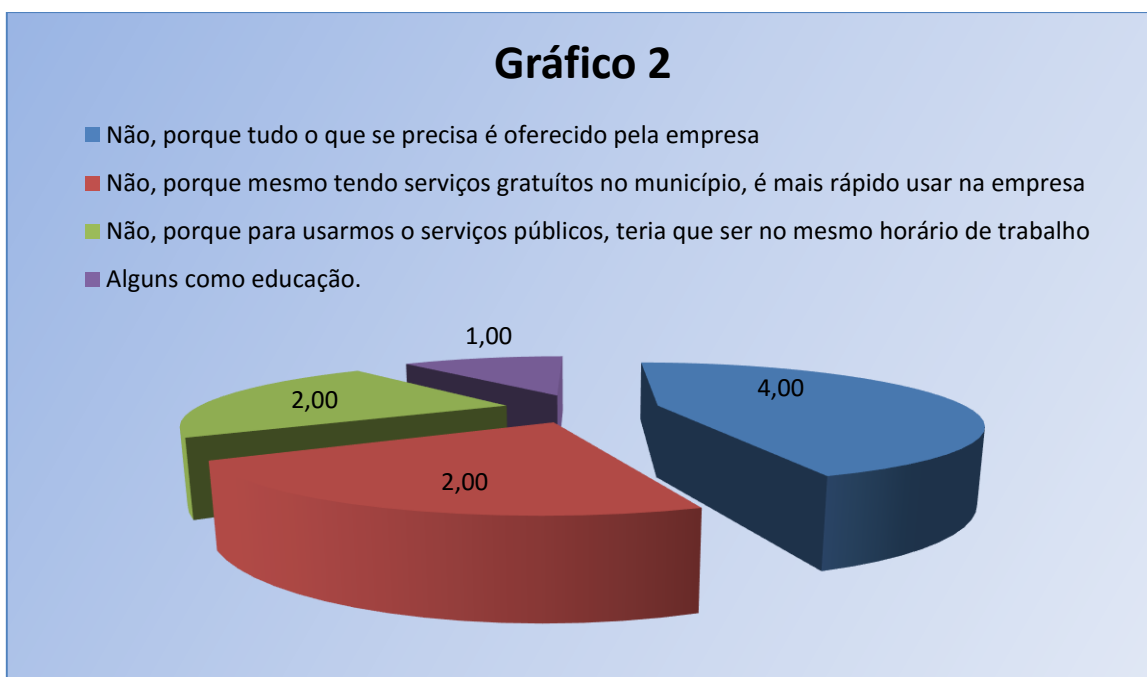
Na verdade era a única oferta de trabalho, mais forte na região, quando você não tem nenhuma qualificação profissional é a área que mais tem na nossa região e que tinha um salário minimamente que possibilita a sobrevivência (Entrevistada 6).

Conforme já mencionado no capítulo, a indústria têxtil na região absorveu muita mão de obra de pessoas que não tinham experiências nenhuma em fábrica e queriam auferir uma renda em algo novo.

A outra questão levantada é o *marketing* positivo que as empresas fazem quando oferecem benefícios sociais aos trabalhadores. Quando as empresas divulgam (mesmo que internamente) suas benesses, tornam-se indústrias socialmente responsáveis, que contribuem com o bem-estar dos trabalhadores e da sociedade. Por outro lado, uma empresa responsável e que oferece benefícios aos trabalhadores se destaca no mercado e acaba por ter preferência pelos clientes e claro, pelos trabalhadores.

As empresas divulgam seu *marketing* social conforme lhes gere um melhor resultado ou, seja conveniente, exaltando suas ações, melhorando a visão que toda a sociedade tem sobre si. Nesse sentido, acaba não divulgando sobre a isenção ou redução de incentivos fiscais que recebem em troca de tais benesses.

No segundo questionamento, representado pelo gráfico 2, indagou-se aos trabalhadores se continuavam utilizar os serviços públicos oferecidos pelo município, após iniciar suas atividades laborais na empresa em que trabalha.



Ressalta-se que um trabalhador, respondeu que não utiliza os serviços públicos, pois teria que faltar no horário de trabalho e isso lhe acarretaria desconto em salário, no entanto, refletiu que sempre estudou em escola pública.

Não uso o serviço público, porque é mais prático pra mim utilizar lá na empresa, aí as vezes eu percebo que acabo ficando sem um medicamento que é oferecido na rede pública, mas para isso precisava passar pela rede pública e eu acabo não passando, porque é mais conveniente, e se eu fosse lá ia acabar perdendo hora de serviço. Por isso eu utilizo na empresa porque é mais viável. Isso só na saúde, porque eu estudei em escola pública a minha vida inteira, só a faculdade que comecei em uma instituição particular (Entrevistado 2).

Conforme a fala do entrevistado, percebe-se que muitos trabalhadores que possuem benefícios industriais nas empresas, acabam deixando seus direitos sociais que deveriam ser ofertados pelo Estado, por serem induzidos pela indústria a utilizarem os benefícios da empresa. Isso acarreta em perda efetiva de direitos e especialmente, perde-se o caráter de luta do trabalhador, deixando-os acomodados.

Também foi questionado se antes de iniciar na indústria têxtil, os trabalhadores em questão utilizavam os serviços públicos oferecidos no Município, representado pelo gráfico 3 e quais serviços utilizavam, representada pela tabela 6.

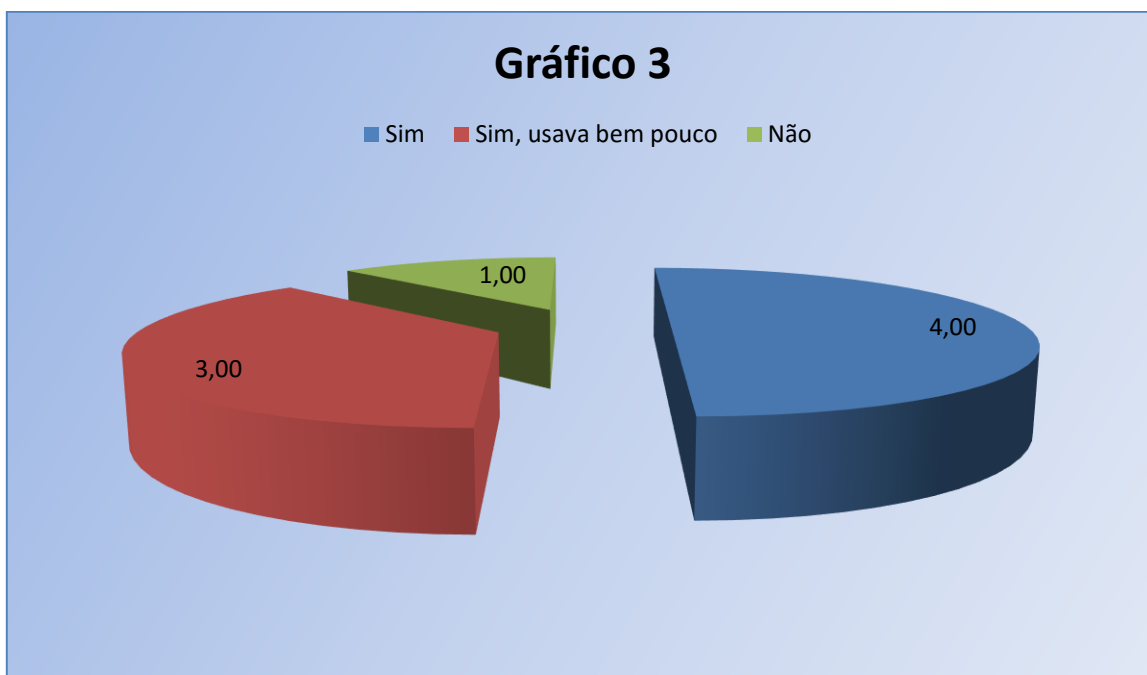


Tabela 6

## Tabela 6 - Serviços públicos mencionados pelos trabalhadores

■ Saúde

■ Educação

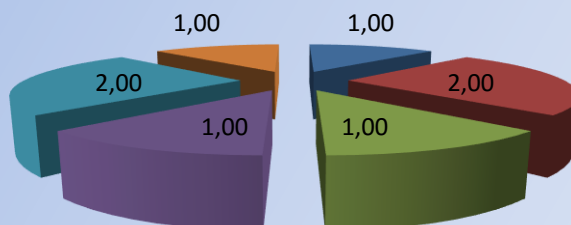
Fonte: Tabela organizada pela autora a partir das respostas dos trabalhadores entrevistados.

Embora um trabalhador mencionou que não utilizava os serviços públicos antes de trabalhar na indústria, todos os demais verbalizaram que utilizavam os serviços de saúde e educação antes de seus ofícios no setor têxtil, mesmo que poucas vezes. Ressalta-se que os trabalhadores não conseguem refletir em outros serviços públicos que o município possa oferecer, além de saúde e educação.

A próxima questão, representada pelo gráfico 4, indagou se os trabalhadores são satisfeitos com seus ofícios.

### Gráfico 4

- Sim, porque tem bastante benefícios
- Sim, mas não gosta da cobrança das lideranças por eficiência diária
- Sim, mas não gosta do método de ergonomia da empresa
- Sim, mas não há socialização
- Não, porque não há reconhecimento profissional e remunerado
- Não, porque não era o que eu queria fazer



Embora todos os respondentes levantaram alguma questão de descontentamento, cinco respondentes verbalizaram que gostam de trabalhar no

setor têxtil e se sentem bem na empresa, especialmente porque tem bastante benefícios.

Eu gosto do que eu faço, mas o sistema deles eu não gostava, porque do meu jeito eu conseguia fazer de uma maneira mais rápida que eu me cansava menos, mas eles não deixavam, tinha que ser do jeito deles, no método deles (ergonomia). Também pela questão da cobrança, não são todos os dias que você está bem pra conseguir produção<sup>25</sup>, tem dias que quando era muito quente ou muito frio, tu não consegue fazer 85%, daí a maneira que eles te cobravam, já começava que uma máquina ficava do lado da outra e eles chamam a tua atenção na frente dos outros: olha tu fez 75%, tu não fez, assim os outros colegas acabavam escutando, ficava chato. [...] Mas essa parte da ergonomia, embora era chato, era o melhor para o funcionário, ajudava bastante, tudo é pensado na ergonomia da pessoa e na melhoria do trabalho na produção; essa questão da tecnologia é bem avançada; e os benefícios ajudavam bastante, até pro pessoal ter acesso, porque eram pessoas informadas de seus direitos (na empresa), por que a empresa davam aqueles informativos que sempre tinham direitos e deveres dentro da empresa (Entrevistado 8).

Dos respondentes que afirmaram não gostar do trabalho, acreditam que na empresa não há um reconhecimento profissional e a remuneração não é condizente com o trabalho. Outra questão que foi levantada por um trabalhador o qual afirmou não gostar do seu ofício é que trabalhar na indústria não era seu objetivo de vida e apenas iniciou este trabalho por falta de opção, como pretexto de isso ser uma “ponte” para algo que acredita ser melhor.

Não, porque eu buscava uma coisa que me desse mais satisfação e reconhecimento profissional, e isso a gente acaba não tendo, porque é muito repetitivo o trabalho, massificado, eu achava que aquilo era temporário, eu sempre pensei isso. Eu achava que trabalhar ali seria uma ponte pra entrar em outra área, porque ainda não era a área que eu queria trabalhar e estudar (Entrevistado 5).

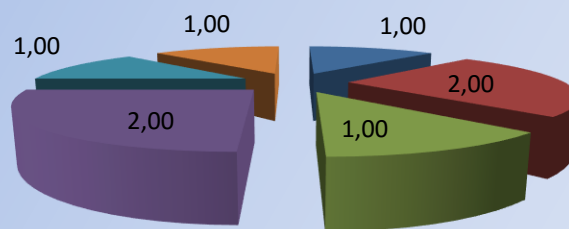
Também se questionou aos trabalhadores, se os mesmos acreditam que as empresas em que trabalham são adequadas. As respostas estão representadas no gráfico 5, a seguir.

---

<sup>25</sup> Conseguir produção - se refere a produção diária exigida na fábrica que era de 85% mínimo de eficiência.

## Gráfico 5

- Sim, comparando com o mercado
- Sim, pela parte de ergonomia
- Sim, pelo salário
- Sim, especialmente pelos benefícios
- Não, pela cobrança por eficiência aos trabalhadores
- Não, pelo tratamento das lideranças aos trabalhadores



Do total dos entrevistados a grande maioria acredita que seus trabalhos são adequados, havendo várias reflexões que pontuaram as empresas como boas. Destacando a parte dos benefícios industriais e da ergonomia exigida pelas empresas, a qual também faz parte do setor de benefícios das empresas.

Se for comparar no mercado, os benefícios que eles ofertavam, a média de salário, era bom (Entrevistado 1).

No que diz respeito a inadequação, mais uma vez aparece a questão da forma de cobrança por produção por parte da liderança.

A parte que eu não acho adequado é a maneira como eles tratam os funcionários, a questão psicológica, a pressão psicológicas que eles fazem nas pessoas. A parte psicológica eu acho que acaba sendo pior que o físico (Entrevistado 6).

Percebe-se pela fala do entrevistado que há diversas formas de sofrimento psíquico decorrentes, sobretudo do modelo de desenvolvimento e organização do mundo do trabalho.

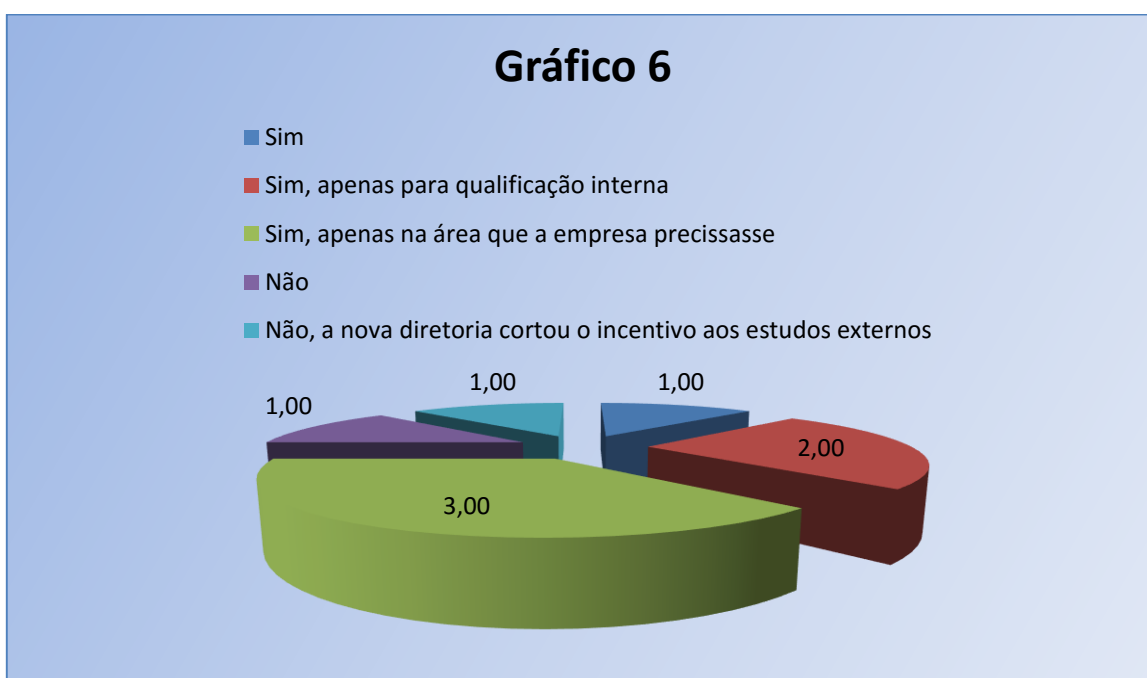
Um dos fatores que chama a atenção em relação a forma de cobrança está ligado diretamente ao ritmo pessoa de trabalho, os quais não são respeitados e os trabalhadores são obrigados a nivelarem-se pelos colegas mais rápidos, na busca

por atingir a meta de produtividade imposta. Isso gera ao mesmo tempo, tanto uma competitividade entre os trabalhadores, quanto um descontentamento daquele que não consegue atingir a meta, muitas vezes gerando um adoecimento (físico e psicológico).

Outro fator importante de ser mensurado é que mesmo com algumas situações de inadequações, os trabalhadores acabam ficando em silêncio por medo de perder o emprego, segundo a fala do entrevistado número 4.

Eu gosto do que eu faço, mas não gosto muito da liderança, entendeu? A encarregada é arrogante, ela é autoritária e gosta de mostrar que ela manda e você obedece, é aquele ditado: - manda quem pode, obedece quem tem juízo. Foi feito um abaixo assinado pra tirar ela e quando ela descobriu, a menina que levou o abaixo assinado no sindicato, ela acabou mandando a menina embora. Se ela fosse querida, ninguém teria assinado pra tirar ela, somos em 86 funcionários apenas no setor e 50 pessoas assinaram pra ela sair, e ainda tinha mais pessoas querendo assinar, mas são pessoas que tem medo; medo de perder o emprego, outras que o marido trabalha ali e pensavam: se eu assinar aqui, meu marido pode se complicar lá (no outro setor), daí ficavam com medo de assinar. A maioria era por medo de assinar (Entrevistado 4).

Para analisar a questão da introdução do novo modelo de produção flexível, o gráfico 6 representa a resposta dos trabalhadores sobre o incentivo por parte da empresa ao crescimento profissional.



Dos entrevistados, seis verbalizaram que a empresa incentiva o crescimento profissional desde que seja algo de necessidade da empresa ou para algum treinamento interno, ou seja, dispensado pelo setor de treinamento da indústria.

Sim, na época que eu entrei eles davam auxílio educação para áreas afins, que são pouquíssimas. Não sei se isso é crescimento profissional, mas na própria qualificação da mão de obra que a empresa ia precisar, porque eles não abriam o leque, era só para aquelas áreas ali. Se eles quisessem crescimento profissional, que o funcionário quisesse, isso eles não faziam (Entrevistado 2).

Nesse quesito, alguns trabalhadores referiram que a atual gestão da empresa está diferente da gestão antiga, e que o incentivo aos estudos não eram mais ofertados como antes.

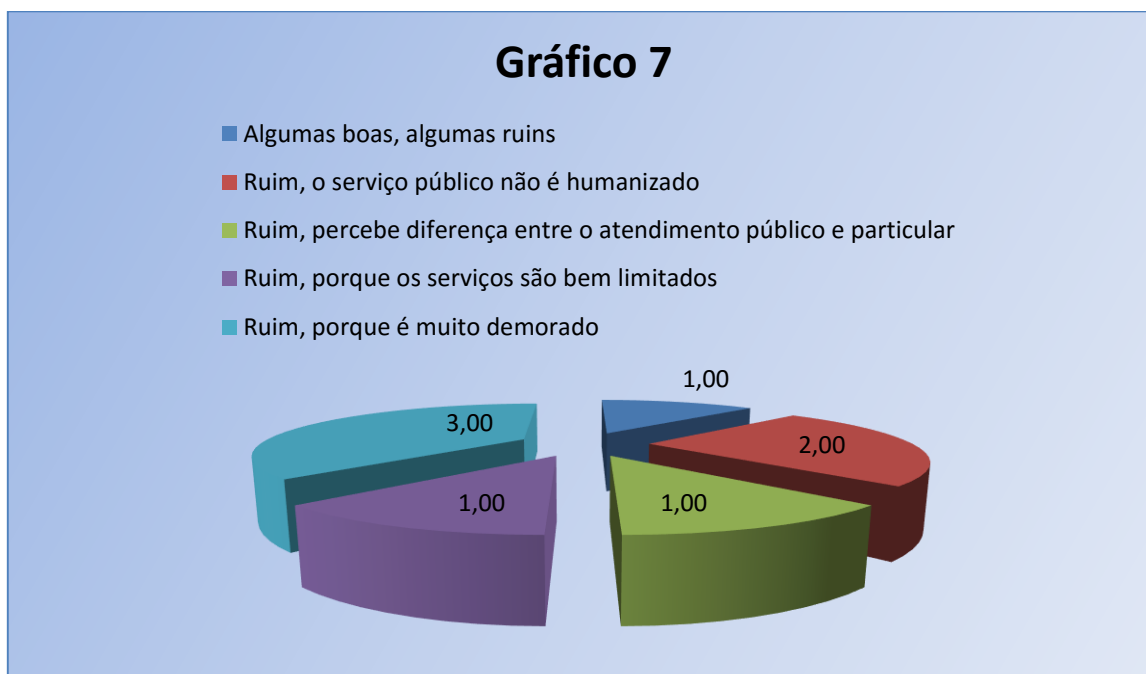
Olha, eu por exemplo queria fazer faculdade e fui pedir ajuda pra eles e eles não quiseram me ajudar né?. Mas eu acho que antes eles ajudavam bastante, mas agora nos últimos anos (da nova gestão) eles não quiseram ajudar mais, isso foi de uns dois anos pra cá, quando entrou a nova diretoria. A antiga gestão incentivava mais nos estudos (Entrevistado 1).

Outro trabalhador,

Eu sei que teve uma época que a empresa pagava para qualquer tipo de curso, mas quando eu entrei já não tinha mais. Isso realmente era bom, eles pagavam 95% de qualquer tipo de curso. Tenho uma colega que se formou assim, ela começou a trabalhar ali, só para conseguir alcançar uma profissão. Agora não é mais (Entrevistado 6).

Essas respostas são compatíveis com a hipótese de desfamiliarização da gestão de cooperação do século XX, a qual ainda faz parte das rotinas administrativas de algumas indústrias têxteis da região de Blumenau. A tendência da era da globalização e da lógica capitalista é que estes benefícios sejam suprimidos para redução de custos e obtenção máximo de lucro. Paulatinamente a essa lógica, a desregulamentação das leis trabalhistas, através das reformas, trabalhista e da previdência atual (2017), contribuem para que esse propósito de supressão seja alcançado com êxito.

E para finalizar as perguntas, levantou-se a opinião dos trabalhadores sobre a qualidade dos serviços públicos na cidade de Blumenau, representados no gráfico 7.



Com exceção de um trabalhador que verbalizou que acredita que existem alguns serviços públicos que possam ser bons, todos os demais acreditam que o Poder Público deixa a desejar nas ofertas dos serviços que lhes são ofertados.

Na maioria das falas, a questão da humanização dos atendimentos nos equipamentos públicos fica em destaque, pois referiram que são tratados com rispidez e até falta de educação, conforme a fala do entrevistado 3.

Ruim, porque em todos os locais públicos eles enrolam, te mandam pra outro lugar, em outra hora, tudo muito enrolado. O jeito que eles tratam as pessoas é com descaso, eles tratam as pessoas muito mau. Já precisei de serviço, um dia fui buscar um documento no Ministério do Trabalho que o atendente me falou que não era lá, mas era lá onde eu tinha que ir; ele não quis me atender e me mandou pra outro lugar, tive que voltar e era lá mesmo. Eles tratam muito mal mesmo. Na saúde também é muito ruim porque você tem que marcar a consulta, como é que eu vou saber quando vou ficar doente, se você precisa pra agora eu vou no posto, daí você perde dia de trabalho, te mandam pro hospital e no hospital te mandam voltar pro posto, daí eles dizem: - há isso é coisa de hospital; ficam te jogando de um lado pro outro, isso é muito ruim. A questão de remédio também, quando tu vai pegar remédio, eles também não te tratam muito bem. E a questão de administração pública também, talvez por falta de informação do próprio funcionário. Na educação também, eu estudo em uma instituição que é pra

ser pública, mas paga mensalidade. Na educação também falta muita coisa. O fato de que estão querendo fechar escolas né? As escolas estão precárias. Eu fiz estágio em algumas escolas que eu achei o método deles horrível, colocaram todas as crianças que reprovaram em uma mesma sala, daí o diretor e os próprios professores ficam falando mal dos alunos. Eu achei isso um absurdo. A questão do transporte público também é ruim, poderia melhorar mais (Entrevistado 3).

Outra questão que ganha destaque nas falas dos trabalhadores é sobre a limitação da oferta nos serviços públicos, especialmente na área da saúde e em decorrência disso, demoram muito para serem atendidos, principalmente em se tratando de atendimento médico especializado.

Olha, a saúde é muito demorado, o trabalho ofertado não é humanizado. Especialista é muito difícil de conseguir, exames são muito restritos. Tudo acaba demorando muito. Tem bastante diferença da oferta do serviço público para o privado (Entrevistado 8).

#### Outro trabalhador

Eu acho que é bem complicado, assim por exemplo, igual o do meu filho ali que eu estou levando, na psicopedagoga, é o que eu estou utilizando neste momento, mas assim é muito diferente do que era antes, eu pagava pra ele antes na psicopedagoga e o atendimento é muito diferente, totalmente diferente. Particular tem mais qualidade e não sei, parece que a profissional te atende diferente, é muito diferente. Essa parte assim, eu até falei pro meu marido, eu fico bem triste porque o atendimento deveria ser o mesmo, com a mesma qualidade entendeu? Mas é muito diferente (Entrevistado 7).

Também ficou evidente nesta última fala de um dos entrevistados sobre a diferença dos atendimentos prestados no setor público para o privado, relacionando qualidade no atendimento, agilidade do setor privado e comparando-as a fragilidade disso no setor público.

Conforme se percebeu nas falas dos trabalhadores entrevistados, a opção em trabalhar na indústria envolveu o oferecimento dos benefícios e a estratégia das empresas em investir na qualificação do trabalhador.

Interessa observar que a fragilidade das políticas públicas, especialmente as de base (saúde, educação), fizeram alguns trabalhadores a não procurar mais os serviços públicos após iniciarem suas atividades laborais na indústria.

Alguns são motivados, pelo estímulo da indústria em dar “continuidade” aos estudos, algo que dificilmente conseguiriam sem o incentivo financeiro custeado pela empresa. Já outros são determinados a permanecerem na indústria pela facilidade, agilidade e praticidade nos atendimentos à saúde, tratamento e até compra da medicação.

Revelaram também momentos de dificuldades de relacionamento interpessoal com chefias e cargos de lideranças, de “pressão” por produtividade que aos olhos dos trabalhadores, podem causar danos físicos e mentais. Entretanto, também demonstram que percebem todas essas problemáticas, confirmando conformismo com algumas situações, medo de demissões/represálias e as vezes até preferem se manterem subalternos a estas situações por trabalharem em uma empresa “boa”.

Ressalta-se que mesmo cercados de benefícios que lhes parecem bons aos olhos, um ambiente hostil de trabalho, muitas vezes pode ser um determinante para o adoecimento e os diversos problemas de saúde osteomusculares (ANTUNES, 2004).

Em 2013 foi divulgada uma pesquisa realizada pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina e pela UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, a qual destaca que 37% dos trabalhadores têxteis de Santa Catarina no período de 2005 a 2011 tiveram afastamento das atividades laborais para tratamento de saúde. Os principais diagnósticos foram de episódios depressivos, sinovite (inflamação das articulações) e tenossinovite (inflamação dos tendões), lesões do ombro, hemorragias no início da gravidez e dorsopatias (doenças das costas)<sup>26</sup>.

Por fim, outra questão que se retoma a partir das falas dos trabalhadores é o fato das mudanças de gestão, entre os antigos administradores familiares e os novos gestores a partir do novo modelo produção, da globalização e especialmente, que visam a diminuição de custos da empresa. A redução dos gastos não envolve apenas os processos de produção dentro das fábricas, conforme preza o modelo *toyotista*, mas também, o desenvolvimento organizacional e especialmente, o oferecimento das benesses. A interrogação que se reflete é que as políticas empresariais por serem privadas, podem ser mudadas a qualquer momento e, portanto extintas.

---

<sup>26</sup> <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/12/numero-de-trabalhadores-afastados-por-motivos-de-saude-em-sc-e-48-maior-que-a-media-nacional-4352685.html> Acesso em 01/07/2017.

### **Capítulo 3 – Entre as contradições das Políticas Públicas e dos Benefícios Industriais; onde ficam os trabalhadores?**

*“O conhecimento nos faz responsáveis”.*

*(Che Guevara)*

Na sociedade capitalista, as crises possuem papel vital para a sua reprodução, fazendo-se necessário uma reflexão sobre as transformações do mundo trabalho e as “novas” estratégias de acumulação do capital e exploração do trabalho, inclusive para discutir sobre as medidas que impactam a vida dos trabalhadores.

Entre os séculos XX e XXI, a crise de acumulação gerou inúmeras mudanças no mundo de trabalho, agravadas por contradições, expressas nas formas de absorção da força de trabalho, necessárias à manutenção do modo de produção e reprodução capitalista. Nesse contexto aparecem novas dinâmicas que trazem implicações para o agravamento da questão social. Entre algumas, pode-se destacar: a desregulamentação dos direitos sociais através da terceirização e a flexibilização, a fragilização da organização coletiva e política dos trabalhadores, assim como, a desqualificação do trabalhador.

Nesse lado avesso da reestruturação produtiva, o contexto negativo é muito evidente quando se observa o exemplo das indústrias (têxteis) brasileiras, incluindo Blumenau, as quais na metade da década passada empregavam o triplo de trabalhadores que atualmente. Nesse exemplo, a terceirização e agora a quarteirização, atingiram proporções gigantescas, mostrando que no lado negativo, a reestruturação produtiva causou e ainda causa estragos consideráveis.

Falvo explica que a tercerização é o processo em que o possuidor dos serviços “contrata de forma indireta e descentralizada a força de trabalho de que necessita, provocando uma ruptura no binômio empregado-empregador, a partir da presença de um intermediário” (FALVO, 2009. p. 2). Nesse sentido, na terceirização é como se não existisse uma relação direta com o empregador, encobrindo-o como verdadeiro favorecido com a superexploração do trabalho. Para Falvo ainda,

A descentralização produtiva consiste na transferência de parte da produção para empresas aparentemente autônomas ou independentes, que assumem a obra / serviço e o encargo trabalhista. O terceiro é definido como uma empresa que não possui estrutura própria, limitando-se a figurar como empregador dos trabalhadores que servem a empresa principal. O

problema é que o terceiro é confundido como o verdadeiro empregador, pois contrata o trabalhador em seu próprio nome, mas em benefício de outro que efetivamente exerce o poder de direção sobre o trabalhador e aproveita os frutos de seu trabalho (FALVO, 2009, p. 3).

Esse fato recorrente em Blumenau acontece porque as estratégias de competitividade estão ligadas significativamente na valorização das marcas das indústrias, muito mais próximas do consumidor do que da linha de produção.

A última pesquisa realizada pelo IBGE-PNAD<sup>27</sup> (2009-2010), indica que no Brasil aproximadamente 58,6% dos trabalhadores economicamente ativos encontram-se empregados, no entanto, em atividades informais e por isso, sem garantia de direitos trabalhistas e proteção social.

A relação capital-trabalho aparece nessa “nova” fase, na qual incitam aos trabalhadores uma forma de ver isso como conquista de liberdade e de autonomia. Para Simão e Wespthal,

Ao invés de empregar os trabalhadores nas grandes empresas, passasse a subcontratar seus serviços. Essa subcontratação aparece como uma nova oportunidade para a formação de pequenos negócios e, por meio deles, alguns trabalhadores passarão a ser autônomos. [...] No caso da terceirização no segmento da produção têxtil é conhecida como relações faccionadas, a qual tem poder de produzir para uma dada indústria e fora do espaço físico da fábrica contratante, com pagamento por peça produzida (SIMÃO; WESPHTHAL, 2013, p.2.).

Entretanto, especialistas apontam que é justamente o inverso. Esse tipo de liberdade e autonomia “não são empresas familiares, são conglomerados econômicos que enfrentam de forma destemida a justiça, pois os lucros são maiores” (PAIVA, 2014, p. 251). Geralmente ainda, acontecem no espaço doméstico e se fundem entre as atividades do trabalho e os afazeres domésticos, gerando muito mais carga de trabalho, podendo acarretar em adoecimento dos trabalhadores e um conformismo pela praticidade de “organização” da dinâmica familiar.

Essa tendência predominante atual, de flexibilizar e terceirizar, estão associadas ao processo de valorização do capital, e contribuem para a manutenção

---

<sup>27</sup> IBGE/PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Economia/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/defaulttab\\_hist.sh](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.sh)  
tm Acesso em 28/05/2017.

da divisão de classes. Situação esta que se agrava em sociedades periféricas, consideradas subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil, onde predominam relações de subordinação político, econômica e social.

Para grandes indústrias, muitas vezes, a redução de trabalhadores não é sinônimo de diminuição de rendimentos/faturamento de uma empresa, e em algumas situações, quanto menor o número de trabalhadores, maior o rendimento.

Desta forma, acaba sendo uma das estratégias e formas de minimizar gastos com contratação, encargos sociais/trabalhistas, e custas trabalhistas com rescisões e/ou adoecimento do trabalhador. E ainda, maximizar a polivalência dos trabalhadores empregados, exercendo várias funções pelo mesmo salário.

Por outro lado, as estratégias capitalistas ultrapassam a evidência das terceirizações, flexibilizações e desqualificação do trabalhador. Novas estratégias complexas de maximizar a produção ficam obscuras nas novas formas de gestão, através dos benefícios sociais oferecidos em seus locais de trabalho.

Da mesma forma, outro fator que merece destaque é que os trabalhadores, ao mesmo tempo em que perpassam por todas essas contradições trabalhistas já apresentadas, não podem usufruir com efetividade de um sistema de garantia de direitos sociais público, ficando a mercê de políticas industriais, mesmo que com uma contrapartida mais árdua.

As políticas industriais cercadas de benefícios contribuem para que os trabalhadores sintam-se acolhidos pelas empresas e desta forma não se sintam excluídos por políticas públicas minguadas.

### **3.1 A Responsabilidade Social empresarial e governamental**

A Responsabilidade Social é o tema da atualidade. Atualmente, as empresas querem tratar dessa temática, utilizando-a como estratégia de *marketing* positivo como forma de mercantilização, mostrando para a sociedade o quanto são responsáveis socialmente.

Primeiramente, é necessário compreender que o mercado estabelece um modelo de Responsabilidade Social, ao qual tomamos por verdade, sem ter compreensão do que envolve o seu verdadeiro significado social.

Nesse sentido os conceitos que envolvem Responsabilidade Social, ficam em torno especialmente da questão socioambiental e dos atores a que estão ligados a temática. Ter responsabilidade social é buscar uma sociedade mais justa, preocupando-se especialmente com um ambiente mais limpo e sustentável, através do planejamento e do desenvolvimento social adequado, considerando as necessidades sociais, a partir da escuta e do respeito à sociedade.

A palavra Responsabilidade vem do latim “responsabilitate”, que significa o ato de responder pelas próprias ações, pelas ações dos outros ou pelas coisas confiadas; enquanto Social, igualmente oriunda do latim “socialis” e diz respeito à sociedade<sup>28</sup>, assim, compreendemos que Responsabilidade Social refere-se às atitudes que a sociedade toma para cumprir deveres e obrigações para com a própria sociedade.

Dentre os atores que envolvem uma sociedade, podemos descrever três principais, sendo eles: o Poder Público, as Empresas e a Comunidade.

O termo responsabilidade social foi criado para que as organizações (Empresas/Poder Público) tivessem um compromisso através das suas atitudes para com a sociedade que lhe é confiada. Esse termo surgiu há muitos anos, mais precisamente na década de 1950 nos Estados Unidos e década de 1960 na Europa (BARTONCELLO e CHANG, 2007).

No entanto, foi na década de 1970 que foi rediscutido o termo com a reflexão mais interessante:

Nos anos 70, a Responsabilidade Social das empresas passou a fazer parte do debate público dos problemas sociais como a pobreza, desemprego, diversidade, desenvolvimento, crescimento econômico, distribuição de renda, poluição, entre outros. Em consequência disso, houve nova mudança no contrato social entre os negócios e a sociedade, o que gerou o envolvimento das organizações com os movimentos ambientais, preocupação com a segurança do trabalho e regulamentação governamental (BARTONCELLO e CHANG, 2007, p. 71).

Portanto, nesta época, Responsabilidade Social passa a ser uma obrigação legal das empresas para com a sociedade e notadamente uma inquietação com a questão ambiental. Essa preocupação deve focalizar no planejamento de ações que envolvam o bem estar social na sua forma mais ampla.

---

<sup>28</sup> FONTE: <http://www.priberam.pt/DLPO> acesso em 15/04/2016.

Embora o conceito dessa temática seja dinâmico e bastante complexo, após muitos estudos, compreende-se que Responsabilidade Social são ações planejadas a partir da escuta das necessidades de diferentes partes, incorporadas às atividades que atendam as demandas sociais, envolvendo orientação e educação à questão ambiental. Esta por sua vez, não pode ser vista ou planejada separadamente de qualquer e todo planejamento e estratégias sociais, tendo em vista que o homem sem a natureza não sobrevive. Santos, aponta que, o que chamamos hoje de agravo ao meio-ambiente, na verdade são agravos ao meio de vida do próprio homem (SANTOS, M. 1995. p. 697).

A Responsabilidade Social, portanto, envolve todo grupo de associação de mais de uma pessoa, ou seja, tanto organizações governamentais, não governamentais, quanto empresas privadas.

A partir disso nas empresas, a temática da Responsabilidade Social deveria justamente surgir para compensar a falta de consciência do capital e suas derivações com o meio ambiente e com a sociedade em que está inserida. Paulatinamente, o Estado reforça essa temática, afirmando que a Responsabilidade Social seja das empresas ou da sociedade, quando não tem políticas públicas suficientes e eficazes para atender a demanda ao qual é deparado.

Nessa era de chamada de novos atores sociais para mobilização nos cuidados socioambientais, o empresariado se coloca como desses atores e se aproveita da demanda para lançar novos modelos de Responsabilidade Social, o que pode lhe assegurar um bom *marketing* e gerar mais lucro.

As grandes empresas absorvem mão de obra com baixos salários, com a promessa dos benefícios sociais, especialmente serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado, como por exemplo, saúde, qualificação profissional, educação, etc.

Essas estratégias neoliberais do capital, além de ser um chamariz para a mão de obra, pois traz uma segurança que o Estado não dá, ainda é uma ótima opção para extinção ou diminuição de incentivos fiscais. Há ainda a incorporação de ações “solidárias” como exemplo, as doações, incentivadas pelo empresariado e colocando os “colaboradores” como co-responsáveis para a diminuição das mazelas sociais.

A partir disso reflete-se sobre a anistia do Estado na despolitização referente a questão socioambiental e na mercantilização para sua absolvição perante sua falta de efetividade neste quesito, no atual conceito de Responsabilidade Social empregado pelo capital e como influencia a vida das pessoas, especialmente trabalhadores das grandes empresas.

O Estado não tem políticas suficientes de Responsabilidade Social e com tantas outras demandas mais visíveis, essa questão acaba sendo deixada de lado e, portanto mercantilizada para outro ator social, o segundo setor, o qual pode oferecer os serviços que faltam no Estado em troca de geração de lucro.

Nesse sentido, a Responsabilidade Social aparece como estratégia dos grandes capitalistas. As empresas, baseadas na acumulação de capital e o Estado, na oferta mínima dos direitos sociais, utilizam-se da Responsabilidade Social para camuflar deveres que lhes são inerentes.

Com o avanço das tecnologias, o crescimento das empresas, e o interesse de absorver mão de obra, novos conceitos de Responsabilidade Social vão aparecendo, conforme o interesse de cada instituição. Entre os diferentes termos: responsabilidade social corporativa, responsabilidade social empresarial, responsabilidade social legal, todos apresentam praticamente o mesmo significado:

A responsabilidade social é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo. É uma prática voluntária, pois não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por exemplo). O conceito, nessa visão, envolve o benefício da coletividade, seja ela relativa ao público interno (funcionários, acionistas, etc) ou atores externos (comunidade, parceiros, etc.)<sup>29</sup>.

Ou seja, responsabilidade social se apresenta como uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que essa empresa se torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento da sociedade.

Entretanto, a questão principal dessa estratégia e o que se reflete neste estudo é que quando as empresas oferecem programas de bem estar para os trabalhadores como eixo de Responsabilidade Social, estão camuflando interesses

---

<sup>29</sup> <http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/> acesso em 15/04/2016.

de melhoria da produção. Ou seja, se o trabalhador está bem, será um trabalhador mais produtivo.

Outra questão que ficou evidente são projetos de voluntariado, nos quais as empresas incentivam seus trabalhadores a práxis voluntárias, doações, com o intuito de “ajudar o próximo” ou a comunidade, com “consciência de cidadania”, uma estratégia fragmentada e localizada. O objetivo é que a empresa se torne “responsável socialmente” e que apareça com “bons olhos” perante a sociedade e mídia.

Tais projetos desenvolvidos pelas empresas, ditos como Responsabilidade Social, também servem paulatinamente para isenção de impostos ou incentivos fiscais. São atitudes interesseiras e mercantilizadas, apropriadas da falta do Estado para se dizerem responsáveis socialmente.

Esse “marketing” oculto que as empresas utilizam, também é uma forma camuflada de aumentar sua produtividade, sem precisar adquirir novos recursos humanos, pois são ações “voluntárias” que se utiliza de força de trabalho já existentes.

A partir disso, compreende-se que a Responsabilidade Social aparece como valor de troca e vem sendo mercantilizada, esquecendo-se do verdadeiro significado da necessidade socioambiental e especialmente, de forma voluntária.

Quando falamos em ambiente ou questão ambiental, não estamos falando apenas dos seres não vivos, mas de todo ambiente, incluindo o território. Preservar o ambiente significa cuidar de toda a sociedade, da natureza e do bem estar dos que nelas habitam.

[...] o ser humano individual e social é parte da natureza; ele pertence à natureza, bem como a natureza lhe pertence como cuidado e trabalho. [...] ele possui sua diferença específica na medida em que somente ele é um ser ético capaz de cuidar da natureza, potenciar sua dinâmica interna de ascensão, como e feri-la e até destruí-la (BOFF, 1993. p. 11).

Entre todo o ambiente e toda a natureza, o homem é o único ser que tem a capacidade de raciocínio para proteger o meio em que vive. Nesse sentido, é o único que consegue criar estratégias para que melhore sua própria qualidade de vida. Esse mérito deve surgir sem interesses meticulosos ou *marketing*, sem um objetivo abstruso além daquele que realmente está descrito.

O desenvolvimento de uma sociedade depende prioritariamente de planejar e de vincular o desenvolvimento com a ação adequada. Sachs (2009) afirma que Desenvolvimento e planejamento estão estritamente ligados (SACHS, 325 e 326), já Tonneau e Coudel apresenta em um de seus estudos a experiência assertiva da vinculação entre formação e ação (TONNEAU e COUDEL, 2010, pág. 447) e, nesse sentido, podemos utilizar os fracassos ou erros cometidos até o momento para desenvolver melhor as práticas de Responsabilidade Social.

Dentro desse pensamento, considera-se essa perspectiva citada, uma forma de Responsabilidade Social consciente e ética tanto socialmente, quanto ecologicamente. Uma responsabilidade que traria um equilíbrio ambiental e um desenvolvimento social e econômico adequado.

Diante do exposto acima, é preciso pensar as políticas, projetos, programas, tanto públicos, quanto privados, numa perspectiva eficaz de desenvolver ações que cuide do bem estar da sociedade, ligado a um desenvolvimento socioambiental adequado.

Envolver tanto o setor privado no que diz respeito a Responsabilidade Social tão aclamada, quanto o Poder Público, através de ações que envolvam a sociedade na qualidade de vida, atrelada a questão ambiental.

O desenvolvimento territorial, numa visão ideal, favorece a emergência de valores universalistas, baseado na identidade das culturas e dos territórios; ele reforça a coesão social, os vínculos de proximidade e de solidariedade comunitárias, viabilizando assim a promoção da equidade, do respeito a diversidade, da solidariedade, da justiça social, do sentimento de pertencimento e de inclusão social. Além disso, potencializa a capacidade de ação da sociedade civil e dos movimentos de base, revigorando ao mesmo tempo a ação de empresários dinâmicos. (PERICO; RIBEIRO, 2005 apud TOUNNEAU e COUDEL, 2010, pág. 449)

Conseqüentemente, a união desses dois grandes atores sociais, serviria como exemplo e base para o envolvimento e implicação da sociedade civil, especialmente para apontar suas reais necessidades, respeitando suas adversidades, cultura e ambiente.

Tounneau e Coudel (2010) afirmam ainda que essa adesão conjunta entre setor privado, Poder Público e sociedade civil é perfeitamente viável:

Considera-se que a existência de relações de proximidade e de uma identidade compartilhada deveria permitir a melhoria do funcionamento do

Estado mediante uma gestão dos espaços de liberdade e de participação que beneficia instituições de menor porte, submetendo-as a um controle social mais efetivo. Desta forma, espera-se que as ações governamentais possam se tornar progressivamente mais eficazes na busca de respostas ágeis e consequentes às demandas cada vez mais complexas do conjunto da população (TOUNNEAU e COUDEL, 2010, p. 449).

Claro que não existe verdade absoluta para se criar uma sociedade com equidade social e desenvolvimento socioambiental e econômico adequado, pois a sociedade se transforma rapidamente, mas esses exemplos ponderados são bastante pertinentes e merecem consideração. Especialmente em relação à participação da sociedade civil na responsabilidade social tão desejada e obrigação do Estado na efetivação de ações das políticas públicas de planejamento e desenvolvimento social e principalmente na fiscalização das ações das empresas privadas.

### **3.2 As Políticas Sociais da Seguridade Social e seu silencioso desmonte**

Existem várias discussões sobre o período de iniciação e as fases de vigência do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. E, portanto, o objetivo aqui não é esgotar as possibilidades, mas apresentar tais ideias e fazer um diálogo com os estudiosos sobre o assunto.

Em uma primeira hipótese apresentada aqui, alguns autores demarcam a ideia de que o *Welfare State* no país só teve uma iniciação antes da Constituição Federal, entre os períodos de 1930 a 1943 e 1966 a 1971.

Na década de 30, o Estado brasileiro passou por um conjunto de transformações e com isso, formas de regulação social, como por exemplo, iniciativas trabalhistas/sindicais, a criação de institutos de aposentadorias e pensões e ainda, investimentos financeiros e institucionais nas áreas de saúde e educação (DRAIBE, 1993. p. 19 e 30).

Já no segundo período, a década de 60 seguida do processo de industrialização, favoreceu transformações institucionais e financeiras da política social no Brasil, as quais até o momento eram desenvolvidas apenas para atender os interesses da economia de mercado, embora integrassem a ação estatal (PEREIRA, 2000. apud. SILVA, 2011. p. 29).

Outros autores defendem a ideia que o Brasil nunca houve um Estado de Bem-Estar Social, levando em consideração as características das políticas já existentes, as quais mesmo nos períodos de redemocratização, sempre estiveram afastadas para segundo plano e com caráter restrito de cobertura. Para Silva, “um fato característico da experiência da proteção social brasileira é que os programas sociais foram mais amplamente distribuídos nos períodos das ditaduras” (SILVA, 2011. p. 31).

Na análise de Abreu (1997) o Brasil não teve uma ascensão ao Estado de Bem-Estar Social, assim como nenhum dos “países industrializados da periferia capitalista”. O que tivemos nacionalmente foi à solidificação das desigualdades sociais, causada por políticas públicas concentradores de renda e que excluem socialmente (ABREU, 1997. Apud. SILVA, 2011. p. 31).

Ressalta-se que embora não existiu um modelo padrão de *Welfare State* europeu (PEREIRA, 1997), o Brasil se distancia e muito da ideia de Estado de Bem-Estar Social, especialmente pela característica das políticas públicas brasileiras, de otimização da relação custo-benefício e o estímulo ao setor privado e ao voluntariado (BEHRING, 2010. p. 165).

Na terceira hipótese, a qual se apresenta com mais afinco nesta dissertação e predominou no Brasil é a implantação da ideia do Estado de Bem-Estar Social a partir do período chamado de transição democrática com a Constituição Federal, promulgada em 1988. Nessa proposição, a proteção social foi concebida pelos direitos sociais e políticas que fossem ao encontro da concretização desses direitos, através de um regime institucional redistributivo.

No plano social, o Estado de Bem-Estar Social justifica sua intervenção na ideia de segurança de existência do indivíduo, a qual deve ser organizada pelo sistema de Seguridade Social, como um direito do cidadão e dever do Estado.

A Seguridade Social alude uma visão sistêmica das Políticas Sociais. Trata-se de um conjunto integrado de ações e instrumentos por iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade que objetivam alcançar uma vida mais justa, igualitária, solidária e livre, visando erradicar a pobreza, a questão social e as desigualdades sociais, promovendo o bem estar de todos.

O art. 194º da Constituição apresenta que;

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único: Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (BRASIL, CF, 1988).

Essas diretrizes são apontadas pela Constituição que marcam as Políticas Sociais de Saúde, Assistência Social e a Previdência como tripé da Seguridade Social; direitos sociais de todo cidadão, para que se sinta seguro e protegido ao longo de sua existência em situações adversas, promovendo-lhes a assistência e os recursos necessários.

Portanto, com o sistema de proteção social que abrange as três Políticas Sociais de maior relevância, a questão social deixa de ser um problema meramente individual e passa a ser uma responsabilidade social, pública.

Dentre os três programas de base, a política de saúde é uma parte autônoma da Seguridade Social, tendo ela a finalidade mais ampla de todas as políticas, pois não possui restrição de usuários e é uma política não contributiva direta e descentralizada.

A Política de Saúde é regularizada e definida pelo SUS – Sistema Único de Saúde, Lei nº 8.080/90<sup>30</sup> e também pela Lei nº 8.142/90<sup>31</sup>. Como basal, as referidas Leis dispõem sobre a proteção e recuperação da saúde e ainda sobre a organização e o funcionamento dos serviços.

Segundo Fleury,

O novo padrão constitucional da política social caracteriza-se pela 'universalidade' na cobertura, o reconhecimento dos 'direitos sociais', a afirmação do 'dever do Estado', a subordinação das práticas privadas à regulação em função da 'relevância pública das ações e serviços' nestas

---

<sup>30</sup> Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm) Consultado em 15/04/2017.

<sup>31</sup> Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Fonte: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_siacs/docs/l8142.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_siacs/docs/l8142.pdf) Consultado em 15/04/2017.

áreas, uma perspectiva 'publicista' de co-gestão governo-sociedade, um arranjo organizacional 'descentralizado'. (FLEURY, 2006. p. 53)

Com isso, compreende-se que a política de saúde, deve prestar todas as coberturas necessárias para tratamentos, prevenção e educação em saúde à todas as pessoas, devendo ser um serviço oferecido de forma distributiva e não remunerado.

Desta forma, em nível de Santa Catarina os bairros possuem (na sua grande maioria) os PSF's – Programa de Saúde da Família e/ou ESF's – Estratégia de Saúde da Família, os quais devem prestar atendimentos às situações de baixa complexidade, prevenção e educação em saúde a uma territorialização designada, conforme as diretrizes apresentadas no SUS.

Para as situações de média e alta complexidade, os atendimentos passam a ser respectivamente em Centros Especializados de Saúde e/ou Policlínicas e hospitais, os quais devem ser equipados adequadamente e principalmente possuir uma equipe especialista de diferentes áreas e segmentos<sup>32</sup>, que garantam uma qualidade do serviço solicitado no momento.

Portanto, os serviços oferecidos pelo SUS e as ações realizadas não devem se restringir à área médica emergencial, mas deve haver medidas preventivas para contribuir no bem estar da população nas mais variadas áreas (educacionais, ambientais, sanitárias, nutricionais, psicológicas e sociais), evitando infortúnios futuros e desgastes desnecessários financeiros, emocionais e psicológicos.

Contudo, segundo a fala dos entrevistados, a política de saúde não se apresenta exatamente da maneira exposta acima. As filas no SUS para atendimento são demoradas, os atendimentos não são humanizados e a espera por especialistas nas Policlínicas chegam a demorar mais de meses ou ano.

Em relação a Proteção Social de Assistência Social, da mesma forma trata-se de uma Política não contributiva direta. Os recursos desta política são previstos à sobrevivência mínima àqueles que dele necessitarem<sup>33</sup>, sendo indicada para famílias e indivíduos hipossuficientes, em situação de vulnerabilidade social e econômica e, que não conseguem prover sua própria subsistência.

---

<sup>32</sup> Ver diretrizes do SUS. Lei nº 8.080.

<sup>33</sup> Compreende-se que "necessitarem" aparece como resposta subjetiva de compensação (Conceito próprio).

O direito a Assistência Social é garantida pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social através da Lei nº 12.435 de 2011<sup>34</sup>, a qual complementa a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742 de 1993<sup>35</sup>.

Assim como a política de saúde, a assistência social também é uma política pública descentralizada e visa o atendimento social de famílias e indivíduos a partir das demandas apresentadas por complexidades.

Em situações de baixa complexidade, a assistência social garante atendimento primário nos CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, o qual deve promover ações sócio educativas de orientação para que o vínculo familiar seja preservado. Neste espaço ainda, há disponibilidade de recursos financeiros e alimentícios para famílias que estão passando por privação de renda.

Nas situações de média e alta complexidade, a assistência social deve garantir atendimento no CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Este é destinado àqueles que se encontram com o vínculo familiar prejudicado ou rompido, objetivando o fortalecimento e resgate, quando possível, do núcleo familiar.

De qualquer forma, a assistência social tem o papel de promover ações de educação social, orientações aos direitos sociais, encaminhamentos para as demais políticas públicas, integralizar outros serviços públicos, garantir subsídio financeiro e alimentício para aquele que necessitar e assistir a família nas suas mais variadas expressões da questão social, sempre visando o bem estar social, a justiça e a equidade social.

A última base da Seguridade Social, a Previdência Social é regida pela Lei 8.213/91<sup>36</sup>, destinada a afastar ou custear necessidades sociais decorrentes de contingências sociais<sup>37</sup> que limitam ou incapacitam o auto-sustento de trabalhadores e seus dependentes.

A Previdência Social é uma política autônoma e assim como a Assistência Social, tem um público alvo definido, tratando-se de uma política de natureza de

---

<sup>34</sup> Dispõe sobre a organização da Assistência Social. FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm) Consultado em 15/04/2017.

<sup>35</sup> Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (LOAS). FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm) Consultado em 15/04/2017.

<sup>36</sup> Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm) Consultado em 15/04/2017.

<sup>37</sup> Exemplo de contingência social: invalidez temporária ou permanente, idade avançada, óbito.

seguro social, por isso tem contribuição direta que se destina exclusivamente aos trabalhadores e seus dependentes econômicos (DIAS; MACÊDO, 2008. p. 32).

Portanto, a contribuição previdência é obrigatória para todos aqueles que exercem atividades laborais remuneradas ou facultativamente, pois a essência de custeio dos gastos de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários disponíveis dependem dessa contrapartida.

Foi nessa perspectiva híbrida<sup>38</sup> que a Seguridade Social se constituiu no Brasil, sinalizando possibilidades de alcance e expansão das Políticas apresentadas, na consolidação de ações sólidas, com um modelo de gestão com constância nos financiamentos, dando conta de cada área e mantendo uma proteção universal, distributiva e democrática (VIANA apud BRAVO; PEREIRA, 2012).

Contudo, esses moldes sinalizados ficaram fragilizados, devido não terem efetivamente uma gestão unificada e sendo institucionalizadas em ministérios diferentes, com receitas separadas. Segundo Viana,

A integração prevista requeria não só uma “proposta de orçamento”, como referido na Carta (título VIII, cap. II, art. 195), “elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social”, como também, e sobretudo, uma gestão efetivamente unificada, um Ministério da Seguridade. Tal não ocorreu. Ao contrário, nos anos 1990, efetivada a transição do autoritarismo para um regime democrático, a previdência, a saúde e a assistencial social foram regulamentadas por leis distintas e institucionalizadas em ministérios diferentes, bem como tiveram suas receitas estipuladas separadamente. Sintomaticamente, o presidente da República eleito em 1989 – o primeiro depois de quase trinta anos sem eleições presidenciais -, ao realizar as habituais alterações na estrutura ministerial, transformou o antigo Instituto Nacional de Previdência Social em *Instituto Nacional de Seguro Social* e o reconduziu ao âmbito do Ministério do Trabalho, evidenciando um claro retrocesso no que concerne à construção de um real sistema de proteção social (VIANA apud BRAVO; PEREIRA, 2012, p. 177).

Com isso, as diretrizes constitucionais que sinalizavam um padrão de Seguridade Social homogêneo, integrado e articulado, como universalidade na cobertura, equivalência e distributividade dos benefícios, equidade no custeio, caráter democrático e descentralizado, não se materializaram.

A articulação e a consistência entre as três políticas de base perdem o predomínio da lógica social, sendo o fator determinante e evidente a partir da década de 1990, a onda neoliberal que instigou e instiga uma política econômica

---

<sup>38</sup> Junção dos modelos de seguridade Bismarckiano e Beveridgiano.

voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais, conduzindo o Estado a não assumir compromissos redistributivos (BOSCHETTI, 2008. p. 9).

Um dos fatores que contribuiu para o fracasso da efetivação do sistema de Seguridade Social é a despolitização, na qual a participação da sociedade é quase zero naquilo que lhe diz respeito e a burocratização e a tecnificação dos interesses públicos ficam a mercê apenas do Estado (VIANA apud BRAVO; PEREIRA, 2012. p. 180).

Na ideia beveridgiana, o Estado de Bem-Estar Social devem envolver a sociedade como um todo, com pilastras universais e não somente os necessitados, como uma medida compensatória.

Nesse sentido ainda, pode-se acrescentar que as políticas públicas brasileiras são voltadas às vítimas mais visíveis das astúcias neoliberais, para os mais pobres, os mais vulneráveis, apenas com medidas emergenciais (para apagar incêndio).

Deste modo, o sistema público brasileiro foi “se ‘especializando’ cada vez mais no (mau) atendimento dos muito pobres, ao mesmo tempo em que ‘o mercado de serviços médicos, assim como o de previdência, conquista adeptos entre a classe média e o operariado” (BOSCHETTI apud VIANNA, 1998. p. 142).

Confirmando isso, não são esporádicos os documentários nas mídias brasileiras, informando a situação alarmante destas políticas nos equipamentos públicos de ponta e especialmente, os escândalos envolvendo o sistema de Seguridade Social brasileiro e a previdência. Outro exemplo são as falas dos entrevistados no capítulo anterior, dos quais sete afirmaram que os serviços de saúde municipais são ruins e apenas um entrevistado verbalizou que alguns serviços da saúde são bons e outros ruins.

Contudo, acredita-se que embora a CF abra caminho para as reformas democráticas, o Brasil não passou por um Estado de bem-estar social efetivo. As leis tem sido constantemente descumpridas pelos governantes, apesar de terem em suas pautas valores de cidadania que beneficiariam toda a sociedade.

Outrossim, a partir dos anos 90 com a “contrarreforma neoliberal”, a hipótese de um Estado de Bem-Estar Social declinou ainda mais, desconstruindo o sistema de seguridade social, retrocedendo à lógica liberal da não responsabilidade por parte

do Estado e do encargo à esfera privada questões de base como saúde, assistência e educação (BEHRING, 2010).

### **3.3 A Política Pública de Educação**

Outro marco declarado na Constituição Federal Brasileira de 1988 é referente a Educação, a Cultura e o Desporto. O art. 205 esclarece que,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1998).

Compreende-se através dessa explanação que a Educação é um direito de todo o cidadão e busca seu desenvolvimento em todas as etapas da vida, devendo ainda ser promovida e incentivada como um dever do Poder Público e com colaboração da sociedade.

Promulgada em 1996 com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>39</sup>, Lei nº 12.796, a política de educação recebe todas as instituições e orientações necessárias para que seja garantido um desenvolvimento educacional adequado a sociedade brasileira, envolvendo não só a educação institucional, mas a instrução quanto ao desenvolvimento familiar, social e no trabalho.

Atrelado a isto, a política de educação se divide em várias áreas, conforme a fase de desenvolvimento do ser humano. Inicia-se geralmente na 1ª infância, quando a criança necessita de orientação para seu desenvolvimento social, cognitivo e acompanhamento psicomotor. São consideradas as primeiras etapas da educação, chamadas de educação infantil e pré-escolar. A faixa etária correspondida deste público é entre 0 a 5 anos de idade. Atualmente, este atendimento é garantido nos Centros de Educação Infantil ou pré-escolas (conhecidas popularmente como creches).

A educação básica que envolve o período pré-escolar até o ensino médio, são obrigatórias. Envolvem as idades entre 5 anos até os 17 anos quando cumpridos

---

<sup>39</sup>Última atualização da LDB – Lei nº 12796 de 2013. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)

dentro da idade própria. A pessoa com deficiência também recebe atenção na educação brasileira. A eles deve ser garantida educação especializada e principalmente inclusão social, através da convivência com outras crianças no âmbito escolar.

O ensino profissionalizante e/ou educação superior também são direitos sociais conquistados. Ambos têm o objetivo de integrar o educando às dimensões do trabalho e dos setores profissionais, desenvolvendo o pensamento científico, reflexivo e crítico.

Ressalta-se que a educação, principalmente no que tange crianças e adolescentes é reforçado nas leis brasileiras, inclusive no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>40</sup>, como um direito social. Tanto na LDB, quanto no ECA, a família e o Estado, nessa ordem, aparecem como responsáveis na garantia deste direito, pois se trata de um dever de busca e registro da família e do dever de oferta gratuita por parte do Estado. Passado essa faixa etária (18 anos incompletos), a educação continua sendo um direito social garantido pelo Estado, no entanto, opcional do adulto.

Contudo, segundo um documento do Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior do MEC,

A partir dos anos 90, o ensino superior sofreu um processo de deterioração acentuada. O prolongado ajuste fiscal, que já vinha desde a década anterior, teve como consequência imediata a diminuição dos investimentos públicos em educação em todos os níveis. Os sucessivos cortes orçamentários atingiram em cheio o sistema universitário federal, impedindo sua expansão e provocando o sucateamento das universidades existentes. Segundo dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no período de 1995-2001, as 54 instituições federais de ensino superior públicas perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimento em salas de aulas, laboratórios, computadores e acervo bibliográfico, apesar do número de alunos ter aumentado (BRASIL, MEC, 2004)<sup>41</sup>.

Interessa ressaltar que como as demais políticas públicas brasileira apresentadas, a Educação também passou pelas mesmas dificuldades com a “contrarreforma neoliberal” e portanto sofreu sérios declínios tanto nos investimentos

---

<sup>40</sup> Lei 8.069/90.

<sup>41</sup> <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/expifef.pdf> acesso em 01/07/2017.

de infraestrutura, quanto de manutenção do que já existia. Novamente, ficou evidente que as Leis foram inadimplidas pelos governos neoliberais.

Outrossim, até os anos de 2000 foram criadas no Brasil, cerca de 1.180 instituições de ensino superior privadas, sem adequações de infraestrutura e qualidade de ensino, confirmando que a educação não era prioridade brasileira. De cada 10 IES, 8 eram privadas e 2 públicas (BRASIL, MEC. 2004).

Destaca-se que no período do governo popular no Brasil, dentre a criação de novas IES, de novas vagas nos cursos superiores e abertura de escolas técnicas, o aumento de alunos inseridos nas instituições de educação continuada foi de 11% por ano. Atualmente são cerca de 300 Universidades públicas, que oferecem cursos totalmente gratuitos e, aproximadamente 2.258 Instituições de Ensino Superior privadas. Há ainda um sistema de cotas e bolsas de estudos para estudantes em situação de vulnerabilidade social que desejam cursar uma faculdade.

Mesmo com esse investimento na educação brasileira, a população é de pouco mais de 206 milhões de habitantes, dos quais 69,32%<sup>42</sup> têm entre 15 e 64 anos de idade, portanto em idade de educação continuada, compreendendo que a política de educação não parece ser suficiente.

### **3.4 Os benefícios empresariais nas áreas da saúde, assistência e previdência.**

Enquanto as políticas públicas de saúde, assistência e previdenciária deixam a desejar e mostram-se minguadas, excludentes e desumanizadas, as estratégias capitalistas demonstram astúcia e implicação com a vida do trabalhador, garantindo uma fidelização de público e exigindo uma contrapartida de altas produções.

Nas pesquisas realizadas com as quatro indústrias têxteis da região de Blumenau apresentadas no capítulo anterior, algumas observações merecem destaque.

Todas as empresas pesquisadas nesta dissertação oferecem o benefício social na área da saúde para os trabalhadores. Trata-se de ambulatórios bem equipados e com equipe interdisciplinar (Assistente Social, Psicólogo, médico na

---

<sup>42</sup> FONTE: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Consultado em 13/06/2017.

especialidade de clinica Geral, Ginecologista, Médico do Trabalho, Fisioterapeuta, Dentista, Enfermeiro e Auxiliar de Enfermagem). Esses, quando não são contratados da empresa, são terceirizados e prestadores de serviços.

Aos trabalhadores que necessitam de alguma especialidade médica que não há disponibilidade na empresa, são realizados encaminhados para consultórios particulares conveniados que lhes dão desconto e/ou para o sindicato da categoria, o qual dispõe de várias especialidades e também realiza convênios com consultórios e clínicas particulares.

Há ainda a opção de realização de exames de baixo valor, custeado pelas empresas e convênios com empresas de exames de alto custo para encaminhamentos dos trabalhadores que necessitarem, com parcelamento e desconto em folha de pagamento.

Em algumas empresas há também a opção de obter um plano de saúde privado, o qual a empresa custeia parte do valor e, outras ainda, oferecem a opção de um seguro de vida privado para os trabalhadores.

No que referem à assistência, os trabalhadores podem procurar os técnicos na área do Serviço Social e Psicologia que lhes oferecem a escuta qualificada e lhes orientam ou podem encaminhar para as políticas públicas necessárias para resolverem suas demandas específicas.

Conforme se pode perceber, a gama de benefícios empresariais nas áreas da saúde, assistência e previdência são bastante competitivos com as políticas públicas e ainda se considera que nas empresas os atendimentos são mais rápidos (pois não podem ficar com tempo ocioso fora da produção) que os disponíveis na rede pública.

Segundo a fala de quatro entrevistados, os benefícios oferecidos na indústria foi um dos diferenciais para a busca do ofício no setor têxtil. Em outra pergunta, sete dos trabalhadores entrevistados alegaram que não usaram mais o serviço público, um entrevistado ainda usa apenas na área da educação, pois alegam ser mais rápido usar os serviços disponíveis na empresa, a qual oferece tudo o que eles precisam.

As falas dos entrevistados demonstram que os trabalhadores se sentem mais seguros trabalhando em um ambiente que consegue lhes garantir cuidados primários e básicos.

Nesse sentido, mesmo que os trabalhadores sabem que não são apenas benefícios e que ficam sujeitos ao capital, preferem ignorar a árdua contrapartida e usufruir daquilo que lhes parece mais prático e cômodo.

Por outro lado, a despolitização do trabalhador naquilo que lhe é seu direito conquistado e constituído em lei fica evidente e parece estar em concordância tanto para a empresa, quanto para o Estado, o que Bourdieu chama de *conformismo lógico* (BOURDIEU, 2007. p. 9).

Também se questiona os motivos subjetivos e ocultos que envolvem o oferecimento desse tipo de benefício aos trabalhadores. Muitas vezes as longas jornadas de trabalho, as LERs – Lesões por Esforços Repetitivos e outros tipos de adoecimentos são remediadas através dos ambulatórios nas empresas. São *instrumentos de dominação* e “servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (Ibidem, p. 10).

Reflete-se ainda que, a falta de eficiência e efetividade na política pública acaba sendo um fator determinante para desmotivar o trabalhador e que por isso, mesmo com todas as implicações já apresentadas aqui, as quais muitas vezes são de conhecimento do trabalhador, acabam se desmotivando para procurar seus direitos. O desgaste do dia a dia, o cansaço e a falta de tempo para uma qualidade de vida também são fatores contribuintes para que as pessoas não busquem pelos seus direitos sociais.

### **3.5 Programas de Incentivo à Educação, Qualificação e treinamento nas empresas**

Assim como a contrapartida na área da saúde, na área da educação as indústrias também têm o oferecimento de benefícios que incentivam os trabalhadores na busca de qualificação.

Das empresas pesquisadas, todas incentivam os trabalhadores a concluírem o ensino fundamental e médio, através do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos ou do EJA – Educação de Jovens e Adultos oferecido no SESI Escola.

Para aqueles que desejam estudar além do ensino fundamental, as empresas oferecem ajuda de custo que é variável de empresa para empresa, mas algumas

chegam a arcar com 60% do valor da mensalidade, desde que seja em um curso que contribua em alguma função da empresa ou que seja de interesse da indústria. Geralmente são cursos técnicos na área têxtil, disponíveis no SENAI ou faculdades que possam ser utilizadas na área da produção ou RH da empresa.

Muitos trabalhadores procuram o ofício nas indústrias têxteis pela oportunidade de cursar uma faculdade, pois veem nisso uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional e com um investimento que cabe no orçamento familiar (com a bolsa parcial paga pela empresa), tendo em vista que em Blumenau há disponibilidade de apenas duas universidades públicas<sup>43</sup>, um Instituto Federal Catarinense e um Instituto Federal de Santa Catarina localizado na cidade vizinha, de Gaspar/SC. Ressalta-se que todas as demais Instituições de Ensino Superior de Blumenau arrecadam mensalidades, incluindo a FURB<sup>44</sup>.

Todas as empresas pesquisadas ainda oferecem cursos internos de qualificação e treinamentos aos trabalhadores. Esses benefícios servem para orientar os trabalhadores sobre formas de condutas morais e éticas, conforme os preceitos das empresas e capacitá-los para serviços necessários de lideranças, para futuras seleções ou quem já está no cargo.

Outros cursos oferecidos nas empresas envolvem os trabalhadores em atividades como Controle de Qualidade dos Produtos, CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Nas indústrias têxteis com as novas tecnologias o trabalho é dividido em células e cada grupo tem uma meta a alcançar, com trabalho por operação e rodízio de serviço a cada duas horas por trabalhador. Dessa forma, a partir da implantação dos CCQs - Círculo de Controle de Qualidade do produto<sup>45</sup>, pelos padrões de exigência da empresa, a responsabilidade incide diretamente sobre o trabalhador que produziu, ou seja, sabe-se exatamente qual a pessoa responsável pelo erro ou acerto.

Coggiola explica que,

---

<sup>43</sup> Das quais, uma delas trata-se de um pólo da UFSC, com 5 cursos de graduação e 1 de mestrado. Dos 5 cursos de graduação, um deles é na área têxtil – Engenharia Têxtil que iniciou em 2017.

<sup>44</sup> Destacamos aqui o caso da FURB – Universidade Regional de Blumenau, a qual é pública, administrada por uma fundação pública municipal, porém não tem gratuidade nas mensalidades dos acadêmicos.

<sup>45</sup> Os nomes para os Programas de Controle de Qualidade são variáveis de empresa para empresa, porém, todos tem o mesmo objetivo de fiscalizar a qualidade do trabalho e produto.

[...] as novas tecnologias serviriam para que os patrões se apropriassem das especialidades e habilidades dos trabalhadores, e tivessem maior controle sobre eles. Com a globalização econômica e produtiva, e com a rápida transmissão de informação entre os diversos setores de uma indústria e entre diferentes empresas, os capitalistas estariam a par e na direção de toda a situação, e poderiam agir e resolver quaisquer problemas em seu favor. A fiscalização de qualidade, as “equipes” de cada departamento de produção, criadas para instigar um “espírito de grupo” e senso de união entre os trabalhadores, somente agravariam a situação dos trabalhadores como um todo, criando um clima de competição entre eles e favorecendo os patrões. Os empregados veriam os trabalhadores de outro setor da mesma como antagonônicos e até como inimigos, e lutariam para ascender no emprego e na escala social, se importando pouco com a união com seus companheiros, na luta por melhores salários e condições de emprego para sua classe em geral (COGGIOLA, O. 2016. p. 05).

Essa estratégia das novas formas de gestão, especialmente no que diz respeito a cursos internos oferecidos pela indústria, é mais um elemento complexo de reestruturação produtiva do setor têxtil. Nesse novo contexto, inconscientemente aos trabalhadores, gera um ambiente de competição entre eles, na qual cada um se encarrega de cobrar o trabalho do colega, exigindo qualidade e eficiência.

Também se observa que quando há incentivos à qualificação interna e capacitações dos trabalhadores e os mesmos que se dispõem a participar das programações, acabam por serem escolhidos ou se candidatam para novos postos, acumulando funções, muitas vezes sem aumento de remuneração. A partir disso, duas situações são visíveis: o enxugamento da força de trabalho e a maximização da produtividade do trabalhador (polivalência).

Ainda em relação a qualificação interna, aos trabalhadores que se capacitam e se destacam em suas atividades habituais, algumas vezes são chamados para cargos de liderança e aos poucos, esses próprios trabalhadores deixam de olhar para o coletivo e passam a defender as necessidades da empresa e não dos colegas. Esse sentimento de individualismo gerado nesses “novos trabalhadores” é incentivado pela empresa e o esperado para esses cargos.

Reflete-se por fim, que todos os benefícios empresariais apresentados até aqui, têm uma contrapartida aos trabalhadores e por isso, a própria indústria prefere que seus funcionários usufruam dessas benesses internas. Além da questão de subalternidade as políticas empresariais, também é uma forma de controlar o

trabalhador, afinal, com tantos oferecimentos<sup>46</sup>, o funcionário se envolve cada vez mais na indústria e em suas atividades.

---

<sup>46</sup> Conforme vimos nas tabelas apresentadas através das entrevistas e pelos trabalhadores, são muitos os benefícios oferecidos nas indústrias, bem como, atividades de lazer, esporte, festas, confraternizações, que envolvem o trabalhador cada vez mais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até a década de 1990, a região de Blumenau era considerada um dos principais pólos fabris brasileiros, especialmente têxteis, com empregabilidade na área de mais de 50% dos trabalhadores. Com a crise de desenvolvimento ocorrida na década em questão, foram visíveis as transformações na relação capital – trabalho. Algumas das mudanças efetivas foram o fechamento de grandes parques produtivos, conforme vimos no decorrer da dissertação e a terceirização, que impactou diretamente a vida dos trabalhadores têxteis da região.

Mesmo com as demissões em massa, a indústria têxtil catarinense continua tendo um papel importante no cenário nacional, sendo que a região de Blumenau ainda é um dos principais pólos têxteis do país, mantendo a forte empregabilidade de trabalhadores.

O setor têxtil, de forma geral, vem passando por intensas transformações nas últimas décadas. Inovações organizacionais como; a organização do trabalho, a implantação de processos *toyotistas*, a terceirização das atividades ligadas à produção, bem como o oferecimento de benesses aos trabalhadores para manutenção da força de trabalho, estão sendo largamente utilizadas.

Dentro dessas transformações sentidas pelo trabalhador e observadas pelos pesquisadores da área, a proposta dessa dissertação não foi dar respostas a questionamentos ou oferecer soluções para as problemáticas levantadas, mais sim, mapear as discussões de modo a torná-las visíveis para o debate acadêmico e porque não dizer, dos trabalhadores.

Com isso, algumas considerações apresentadas no decorrer da dissertação merecem destaque.

A partir dos estudos realizados, compreende-se que responsabilidade social são planejamentos a partir da escuta das reais necessidades da sociedade e o desenvolvimento de ações que venham ao encontro dessas importâncias atreladas a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, utilizamos responsabilidade social como resposta ao desenvolvimento adequado da sociedade, envolvendo o social, cultural, econômico e território, tanto por parte da sociedade civil, como do setor privado e poder público. Por isso, não existe uma obrigatoriedade por ações de

responsabilidade social, mas sim, incentivos fiscais governamentais para incentivar a criação dessas ações.

No entanto, também se considera sobre como essa temática veio sofrendo mudanças ao longo dos anos e como o capitalismo vem se apropriando desse assunto para utilizá-lo como estratégia de *marketing* e mercantilização.

Nesse sentido, os benefícios sociais têm recente participação na rotina das empresas e seu surgimento aconteceu em conjunto com a conscientização do ramo empresarial com a responsabilidade social e redução de custos, podendo ser estratégico ou não.

Conforme vimos no decorrer da dissertação, ao oferecer serviços sociais aos seus trabalhadores, as empresas conseguem reduzir sua rotatividade e seu absenteísmo, aumentando a produtividade e a lealdade do trabalhador para com a organização. Contribui ainda para aumentar o bem estar do funcionário, facilitando o recrutamento e a retenção de pessoal e especialmente, promovendo relações públicas com a comunidade através do *marketing* da empresa, junto ao mercado concorrente.

Para os trabalhadores, as benesses oferecidas pelas empresas lhes são uma assistência disponível na solução de problemas pessoais, fazendo aumentar sua satisfação no trabalho, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e bem estar individual. É uma compensação extra além do salário e através disso a empresa se relaciona melhor com seus empregados. Esses benefícios são oportunidades adicionais de possibilitar qualidade de vida e segurança no que diz respeito aos direitos sociais básicos.

Entretanto, a partir da discussão que permeou este estudo, consideram-se também as controvérsias do oferecimento destes benefícios dentro das indústrias. Há uma relevância d'essa estratégia da reestruturação produtiva ser uma constante proposta neoliberal e se configurar conforme a necessidade da indústria em aumentar sua produção.

Ainda dentro da proposta neoliberal, a classe trabalhadora têxtil é assistida por políticas de governo ineficazes que não conseguem garantir os mínimos sociais de forma universal, conforme percebido nas falas dos trabalhadores e com isso, ficam à mercê de políticas empresariais e se sentem seguros/satisfeitos dentro disso.

Uma das problemáticas que se levanta a partir dos estudos realizados fica em torno da possibilidade da estratégia governamental o não oferecimento de políticas públicas efetivas e de qualidade, para assim terceirizar (vender) um serviço essencial dos trabalhadores para os grandes capitais.

Outra consideração é que os trabalhadores têm uma contrapartida muito árdua dentro de políticas industriais de benesses, pois se sujeitam as exigências do capital, inclusive precisam desse amparo, pois, (talvez por estratégia capitalista), aos poucos vão perdendo seu caráter de luta, sua organização política, tanto no que se refere a busca por melhores condições de trabalho e renda, quanto na luta pela efetivação dos direitos sociais, conquistados em Lei. Um exemplo bem evidente disso são as falas dos trabalhadores que confirmam não buscar as políticas públicas desde que estão inseridos na indústria, como uma troca calculada. Inclusive até mencionam os benefícios como sendo um diferencial para procurar tal trabalho.

Com esse desmanche das perspectivas de direitos sociais, as necessidades sociais passam a ser tratadas como individuais e não como um todo, uma ideologia neoliberal, individualista que visa derrubar as formas de atuação coletivas e social, induzindo o trabalhador a um novo modo de organização industrial e de relacionamento (ANTUNES, 2009).

A problemática ainda está na desconstrução salarial e no empobrecimento da classe trabalhadora, tornando-se problemas sociais. A relação capital-trabalho aparece metamorfoseada em “novas” formas de gestão. Estas aparentemente representam para os trabalhadores a reconquista da liberdade e segurança para uma qualidade de vida, porém, muitas vezes precarizam suas próprias condição de trabalho, vida e direitos. O que se percebe é que a questão social é dada na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas quando aparece sob “novas roupagens”, denota o aprofundamento de suas contradições.

Nesse sentido, o perigo é ficar nas mãos dos ideários capitalistas, pois se decidirem encerrar ou cortar as benesses, não há obrigatoriedade para amparar os trabalhadores, conforme foi percebido por alguns trabalhadores nas mudanças de gestão das empresas pesquisadas.

Outra consideração é que os capitalistas utilizam-se ainda da temática responsabilidade social para co-responsabilizar os trabalhadores em conceito como “cidadania” e “ajuda” ao próximo.

Na organização social do trabalho, a transferência para os trabalhadores de todas as responsabilidades, de certa forma isenta tanto a empresa, quanto as políticas públicas. Essa é uma forma de desmontar ainda mais os sistemas de proteção social, reconfigurando mais uma vez o papel do Estado nesse cenário atual.

Conforme vimos na comparação do que é privado e do que é ofertado pelo Estado, as políticas públicas são fragmentadas, minguadas e acabam por não ter um caráter universalizante. A ineficiência do que é público atrelado a falta de conhecimento dos direitos sociais por parte dos cidadãos acaba contribuindo para que os serviços prestados fiquem inócuos.

Considera-se que é preciso resgatar o papel do Estado, especialmente na sua instância municipal, buscando reacender a luta dos trabalhadores e o inconformismo pelo que está posto, expressando o reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais, através de contribuição acadêmica<sup>47</sup>, buscando na Administração Pública uma nova plataforma conceitual/operativa para requalificar o pensar e fazer das nossas políticas públicas.

---

<sup>47</sup> É importante que o debate sobre a administração pública alcance a discussão sobre o conteúdo programático das disciplinas e a grade curricular dos cursos da graduação e pós-graduação das Universidades, especialmente porque as IES tem responsabilidade sobre a sociedade ao qual estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

### Documentos eletrônicos

DUDALINA, <http://sa.dudalina.com.br/> consultado em 01/03/2017.

MALWEE, [www.malwee.com.br](http://www.malwee.com.br) consultado em 01/03/2017.

BRASIL – LEI 8.080/90. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)  
Consultado em 15/04/2017.

BRASIL – LEI 8.142/90. [http://conselho.saude.gov.br/web\\_siacs/docs/l8142.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_siacs/docs/l8142.pdf)  
Consultado em 15/04/2017.

BRASIL – LEI 12.435/2011. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm) Consultado em 15/04/2017.

BRASIL – LEI 8.742/1993. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)  
Consultado em 15/04/2017.

BRASIL - LEI 11.638/2007. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)

BRASIL – CF, 1988. [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC96.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC96.pdf) Consultado em 14/06/2017.

BRASIL - LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm) acesso em 27/05/2016.

BRASIL – MEC, 2004. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/expifes.pdf> acesso em 01/07/2017. Acesso em 01/07/2017.

<http://www.priberam.pt/DLPO> consultado em 13 de agosto de 2016.

<http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/> consultado em 15 de abril de 2016.

ANDRADE, E.T., SANTOS, N. A. G. (Orgs.) **Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau**: história, organização e mecanismos de participação. Florianópolis. Insular, 2010.

ANTUNES, R; SILVA, M. M. (Orgs.) **O avesso do trabalho**. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição. Boitempo. São Paulo/SP, 2009.

\_\_\_\_\_ **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 2010.

BARRETO, M. A indústria do vestuário e a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. In: **Cadernos de Saúde do Trabalhador**. CUT-INST, nov/2000.

BARTONCELLO, S.L.T. e CHANG, J. **A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação**. Disponível em [http://www.faap.br/revista\\_faap/revista\\_facom/facom\\_17/silvio.pdf](http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf) 2007. Pág. 71. Acesso em 01/07/2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. "Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas". 2. Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualização**. Editora Ática. 1993.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. 2008. Disponível em: [https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10278:-sp-1573728299&catid=187&Itemid=273](https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10278:-sp-1573728299&catid=187&Itemid=273) acesso em 10/04/2017.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: edição compacta. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. O trabalho na segunda metade do século XX. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 031-076, set. 2016. ISSN 2317-5443. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5771/3313>>. Acesso em: 05 out. 2017.

COUDEL, E. e TOUNNEAU, J. P. **Formação para o desenvolvimento territorial sustentável**. In: VIEIRA, P. F. et al. **Desenvolvimento territorial Sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED: SECCO, 2010.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Editora Revan, Editora da UFRJ, 1994.

DIAS, E. R.; MACÊDO, J. L. M. **Direito Previdenciário**. Editora Método. São Paulo. 2008.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O Welfare State no Brasil**: características e perspectivas. Universidade Federal de Campinas – UNICAMP. Núcleo de estudos de políticas públicas – NEPP. Caderno de pesquisa nº 08, 1993, p. 01-52. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf>. Acesso em: 01/07/2017.

FALVO, J. F. **O balanço da regulamentação da terceirização na America Latina**. Disponível em: [www.iela.ufsc.br/uploads/docs/134\\_texto3.josiane.pdf](http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/134_texto3.josiane.pdf). Acesso 01/05/2017.

FIGUEIRAS, G. D. Cluster industrial: organização e cooperação interempresas no pólo industrial calçadista de Birigüi – São Paulo – Brasil. **Revista Economia e Pesquisa**. Araçatuba, 2002. p. 63-76. Disponível em: [http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v4\\_artigo05\\_cluster.pdf](http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v4_artigo05_cluster.pdf) consultado em 04/04/2017.

FILHO, L. A. S.; QUEIROZ, S. N. **Emprego formal na indústria têxtil catarinense**: localização, caracterização, diferenças e semelhanças entre as mesorregiões. *Revista de Economia & Tecnologia* - Ano 07, Vol. 25, UFPR, 2011. Disponível em [revistas.ufpr.br/ret/article/download/26830/17795](http://revistas.ufpr.br/ret/article/download/26830/17795) consultado em 20/04/2017.

FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento**. (Org.) FLEURY, S. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.

FRONZA, C. **As forças do trabalho no setor têxtil e vestuário**: A fino toque têxtil cooperativa. UFSC, Florianópolis, 2006.

GALBRAITH, John K. **O novo estado industrial**. São Paulo. Pioneira, 1983.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. Tradução Gabriel Bogossian. Editora Hedra. São Paulo, 2008.

GORZ, A. **Metamorfoses do Trabalho**: Crítica a razão econômica. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista de espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **As origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 1979.

\_\_\_\_\_, Eric. **A era das revoluções**. Tradução Marcos Penchel e Maria L. Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX, 1914 – 1991.** Tradução Marcos Santarrita. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez: 1998.

JURGENFELD, V. F; SILVA, A. L. **Textos de Economia: O capital originário das grandes empresas têxteis de Blumenau e Brusque.** Florianópolis, v.16, n.1, p.68-94, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/2175-8085.2013v16n1p68/27343>, acesso em 26 de julho de 2016.

KOHLHEPP, G; RENAUX, M. L. Desenvolvimento industrial e identidade regional nos tempos da globalização: Blumenau e o Nordeste de Santa Catarina. In: **Blumenau em Cadernos.** Edição Especial 50 anos. Tomo XLVIII, Nov./Dez. 2007, nº 11/12, pág. 159 – 186.

KRZIZANOWSKI, Moacir. **A greve nas Indústrias Têxteis de Blumenau.** Monografia do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau/FURB. Blumenau, 1992.

KROST, O. **O lado avesso da reestruturação produtiva: a “terceirização” de serviços por “facções”.** Blumenau: Nova letra, 2016.

MARINI, R. M. **A dialética da dependência, 1973.**

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Introdução de JACOB GORENDER. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

\_\_\_\_\_**O manifesto do partido comunista.** Edição: Ridendo Castigat Mores. Versão digital: [www.jahr.org](http://www.jahr.org) – 2011.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política.** Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. 2013.

\_\_\_\_\_**O capital. Crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo. 1983.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Lourival José de; SCHWERTNER, Isadora Minotto Gomes. Breve análise das práticas de responsabilidade social empresarial e a concessão de incentivos governamentais em âmbito federal. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1409, 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9864>. Acesso em: 7 mar. 2017.

PAIVA, Beatriz. **Sistema Único de Assistência em Perspectiva: Diretos, Políticas Públicas e Superexploração,** Veras: São Paulo, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara A, P. "A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social". **Revista. Serviço Social e Sociedade**. No 55. Ano XVIII, Nov. 1997.

PETRY, S. M. V. **A fibra tece a história: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau: Sintex**, 2000.

PETRY, S. M. V. **Blumenau em cadernos**. Edição especial de 1957 a 2007. Fundação Cultural de Blumenau. Blumenau,SC. 2001.

RAULINO, I. **Crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do médio vale do Itajaí**. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. São Paulo. USP, 2008.

SANTOS, M. **A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar**. Anales de Geografía de La Universidad Complutense, n. 15, Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense. Madrid, 1995.

SACHS, I. **A terceira margem**. Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo. 2013.

SANTOS, B. de Souza (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. "**Do welfare ao workfare ou da política social keynesiana / fordista à política social schumpeteriana / pós – fordista**". Brasília, p. 1-222, 2011. Disponível em: <http://www.neppos.unb.br/publicacoes/DoWelfareaoWorkfare.pdf>. Acesso em: 07/03/2017.

SILVA, Paloma Barboza da; FIGUEIREDO, Rúbia Medeiros. Benefícios Sociais: A Influência Eficaz nas Empresas – **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 1. Vol. 9. pp 695-708 Outubro / Novembro de 2016. ISSN. 2448-0959.

SIMÃO, V. M. In: THEIS, I. M. (Org.) **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado: estudos de caso em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2014.

SIMÃO, V. M. **As greves dos trabalhadores blumenauenses**: expressão da consciência economicocorporativa e um caminho à individualização da classe. Revista Catalyses, UFSC. 2006.

\_\_\_\_\_. **Desemprego e sobrevivência**. Alternativas de trabalho. Blumenau. Editora: FURB. 2000.

SIMÃO, V.; WESTPHAL, R. **O impacto das transformações produtivas nas facções em Blumenau**. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, Florianópolis, ago. 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-Impacto-das-Transforma%C3%A7%C3%B5es-Produtivas-nas-fac%C3%A7%C3%B5es-de-Blumenau.pdf>. Acesso em 30/06/2017.

SINGER, P. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1994.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

THEIS, I. M; MATTEDI, M. A; TOMIO, F. R. L. (Orgs.) **Nosso Passado (In)comum**: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000.

THEIS, I. M. (Org.) **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado**: estudos de caso em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. *A árvore da liberdade*. Tradução Denise Bottmann. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

TOMIO, Fabrício R. de Lima. Representação de interesses do empresariado blumenauense: um exame da dinâmica das relações estado/sociedade através da atuação da ACIB e do SINTEX nas décadas de 80 e 90. In: THEIS, Ivo M. et al. **Novos olhares sobre Blumenau**: Contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Edifurb, 2000.

VIANNA, Marco A. F. **Revolução Estratégica e Gerencial**. Qualitymark Editora. Rio de Janeiro, 1993.

VILLAR, P. "A transição do feudalismo para o capitalismo". In: Santiago, Theo (org.). **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. São Paulo: Contexto, 1996.

## **APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com os trabalhadores**

1. Quais motivos o (a) levaram a trabalhar na indústria têxtil?
2. Atualmente, você utiliza os serviços públicos oferecidos no município? Como atendimento a saúde em PSFs, educação, etc?
3. Antes de trabalhar na indústria têxtil você utilizava os serviços públicos? Quais?
4. Você está satisfeito com o seu trabalho? Por quê?
5. Você considera a empresa que você trabalha adequada? Por quê?
6. Você considera que a sua empresa incentiva o trabalhador ao crescimento profissional? De que forma?
7. Como você considera a qualidade dos serviços públicos na cidade de Blumenau?

## APÊNDICE B – Questionário de pesquisa utilizados nas empresas

Questionário:

1. Esta empresa possui benefícios para os trabalhadores? Se sim, assinale quais:

- Ambulatório com equipe médica.
- Equipe interdisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, etc).
- Incentivo para os estudos, com bolsa parcial ou integral.
- Programas de qualificação e capacitação interna dos trabalhadores.
- Grupos de racionalização.
- Controles de qualidade dos produtos.
- Grupo de ergonomia.
- Programas de responsabilidade social e/ou sustentabilidade.
- Planos de cargos e salários.
- Refeitório na empresa.
- Atividades culturais e de lazer.
- Empréstimos consignados em parcerias com bancos.
- outros. Quais:

---

---

---

---

2. Se a empresa oferece esses benefícios, são terceirizados? Desde quando?

- sim, são terceirizados desde o ano de \_\_\_\_\_.
- Não são terceirizados.
- Alguns são terceirizados, como por exemplo:

---

---

---

3. Se a empresa não oferece benefícios: teve algum momento que já ofereceu? E porque não oferece atualmente?

( ) sim, ofereceu do ano de \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_. Encerrou porque

---

( ) não, nunca oferecemos.

4. A empresa percebe que os trabalhadores deixam de utilizar os serviços públicos quando trabalham em uma empresa que oferece benefícios industriais?

( ) sim, param de usar os serviços públicos, pois a empresa dispõe de quase tudo que precisam e os serviços públicos acabam sendo muito demorados.

( ) não, continuam usando os serviços públicos normalmente.

5. Esta empresa é familiar, ou seja, é administrada atualmente pela família? ( ) sim

( ) não

6. Se sim. Atualmente é administrada por qual geração? \_\_\_\_\_

7. Se não. Desde que ano deixou de ser familiar? \_\_\_\_\_

8. Quantos colaboradores têm a empresa atualmente? \_\_\_\_\_

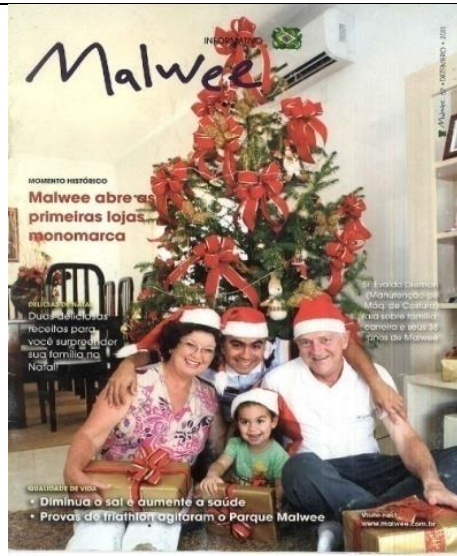
9. Quantos colaboradores tinha a empresa no ano de 2.000? \_\_\_\_\_

# ANEXO A – CAPAS DAS REVISTAS UTILIZADAS NA PESQUISA

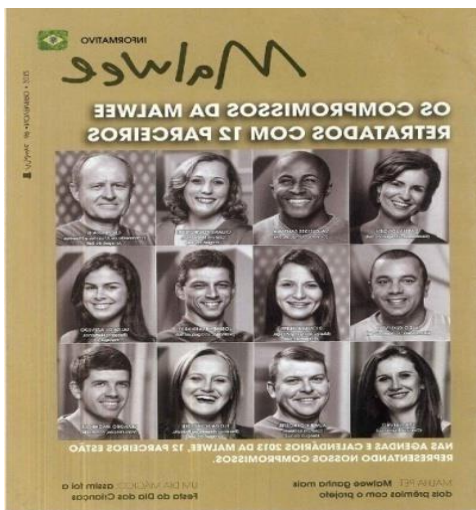
Capas das revistas de distribuição interna da indústria têxtil Malwee Malhas Ltda, compreendendo o período de 2011 a 2014.

## ANO 2011

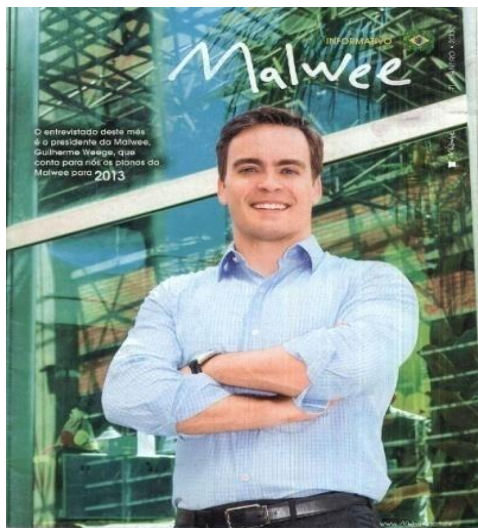
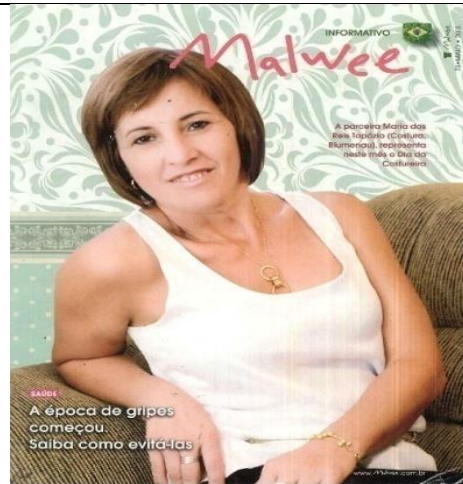
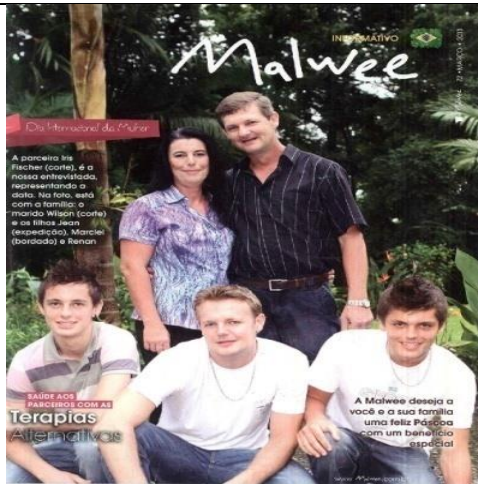




ANO 2012



## ANO DE 2013



## ANO DE 2014



Figura 2: Revistas de distribuição interna aos funcionários que divulga os benefícios sociais industriais para os trabalhadores, compreendendo o período de 2011 a 2014.

## ANEXO B – FOTOS DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DA PESQUISA

Foto 1



Fonte: <http://grupomalwee.com.br/sobre-o-grupo/> consultado em 29/03/2017.

Foto 2



Fonte: <http://grupomalwee.com.br/sobre-o-grupo/> consultado em 29/03/2017.

Foto 3



Fonte: <http://www.ciahering.com.br/novo/pt/empresa/historia> consultado em 29/03/2017.

Foto 4



Fonte: <http://www.diarioav.com.br/hering-de-ibirama-vai-fechar-as-portas/> consultado em 29/03/2017.